

Jeniffer Vitorino da Silva

**A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA
(SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO
FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2021

Jeniffer Vitorino da Silva

**A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA
(SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO
FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**




Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2021

Jeniffer Vitorino Silva

**A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA
(SP) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

Assinatura:

_____

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação: Educação Especial, realizada sob orientação da Professora Doutora Tereza Ventura.

Universidade Fernando Pessoa,
Porto, 2021

RESUMO

A presente pesquisa teve o objetivo de compreender as propostas municipais para Educação Especial na perspectiva inclusiva e o que se concretiza no ambiente de inclusão escolar, a partir do que é proposto no município de Franca/SP, com recorte sobre as séries iniciais do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), pois, 505 educandos com necessidades educacionais especiais, regularmente matriculados na rede e que apresentaram laudo médico e frequentam o Atendimento Educacional Especializado, estão nesse nível educacional. Focou-se mais especificamente na compreensão dos princípios da escola inclusiva, partindo da análise das políticas públicas de atendimentos à população, e como tem sido compreendida por extensa parte da sociedade, especificamente, por grande parte dos profissionais da educação. Inicialmente foi realizada uma contextualização histórica dos modelos educacionais e sua relação com o desenvolvimento da Educação Especial no Brasil, para que se pudesse compreender a temática estudada. Em seguida, foi realizada a discussão sobre as concepções teóricas nos âmbitos internacionais e nacionais que subsidiam as políticas públicas municipais. Posteriormente, a pesquisa focou na análise do Plano Nacional de Educação e suas metas, e no que é proposto para a construção de uma escola inclusiva, procurando analisar e compreender o que a rede municipal propõe para temática. A partir dessa análise realizou-se a contextualização das propostas educacionais da rede municipal de ensino. No que se refere ao método de recolha de dados foi utilizado o misto quali/quantitativo, que possibilita a realização de estudos com desenhos metodológicos diferentes, mas que produzem dados mutuamente complementares, favorecendo uma interpretação mais completa e abrangente do fenômeno investigado. Buscando pela objetividade das respostas, tendo em vista que a análise recorreu a um enfoque quantitativo num primeiro momento, e depois na busca de uma maior compreensão sobre o assunto, foi realizada uma análise qualitativa a partir da entrevista, buscando analisar e compreender os aspectos mais profundos da construção da escola inclusiva. A coleta de dados ocorreu de forma simultânea, ou seja, os dados qualitativos e quantitativos foram coletados ao mesmo tempo, tabulados e analisados de maneira a aprofundar a discussão sobre a educação inclusiva. A integração entre os dados foi realizada ao final da pesquisa para identificar convergências e divergências. Concluiu-se que a rede municipal vem se estruturando para atender os alunos NEE com qualidade. Os entrevistados compreendem a importância e necessidade de se realizar a inclusão, entretanto, ainda se faz necessário realizar melhorias e investimentos na formação do professor e criar uma rede de apoio técnico especializado multidisciplinar, potencializando o trabalho da escola e do professor. Corrigir, segundo o que se explica na metodologia.

Palavras-Chave: Política Pública. Educação Inclusiva. Plano Nacional de Educação.

ABSTRACT

The present research aimed to understand the municipal proposals for Special Education in an inclusive perspective and what takes place in the school inclusion environment, based on what is proposed in the municipality of Franca / SP, with an excerpt on the initial grades of Elementary School I (1st to 5th year), therefore, 505 students with special educational needs, regularly enrolled in the network and who presented a medical report and attend the Specialized Educational Service, are at this educational level. It focused more specifically on understanding the principles of inclusive school, starting from the analysis of public policies for serving the population, and how it has been understood by a large part of society, specifically, by a large part of education professionals. Initially, a historical contextualization of educational models and their relationship with the development of Special Education in Brazil was carried out, so that the theme studied could be understood. Then, there was a discussion about the theoretical conceptions in the international and national spheres that subsidize the municipal public policies. Subsequently, the research focused on the analysis of the National Education Plan and its goals, and on what is proposed for the construction of an inclusive school, seeking to analyze and understand what the municipal network proposes for the theme. From this analysis, the educational proposals of the municipal school system were contextualized. With regard to the method of data collection, the mixed quali / quanti was used, which makes it possible to carry out studies with different methodological designs, but which produce mutually complementary data, favoring a more complete and comprehensive interpretation of the investigated phenomenon. Searching for the objectivity of the answers, considering that the analysis resorted to a quantitative approach at first, and then in the search for a greater understanding on the subject, a qualitative analysis was carried out from the interview, seeking to analyze and understand the most important aspects. of building an inclusive school. Data collection occurred simultaneously, that is, qualitative and quantitative data were collected at the same time, tabulated and analyzed in order to deepen the discussion on inclusive education. The integration between the data was carried out at the end of the research to identify convergences and divergences. It was concluded that the municipal network has been structured to serve SEN students with quality. Respondents understand the importance and need to achieve inclusion, however, it is still necessary to make improvements and investments in teacher training and create a network of specialized multidisciplinary technical support, enhancing the work of the school and the teacher. Correct, according to what is explained in the methodology.

Keywords: Public Policy. Inclusive education. National Education Plan.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e avós, e todos aqueles que vieram antes de mim e teceram um caminho de sonhos e que de alguma forma, são hoje minha realidade.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Tereza Ventura, com sua paciência, compreensão e dedicação, possibilitou-me concluir este trabalho de grande significado na minha vida pessoal e profissional. Meu eterno agradecimento, respeito e admiração.

A todas as pessoas que sempre estiveram comigo e contribuíram cada qual à sua maneira, para construção do meu caráter, dos meus valores e da minha atuação no mundo, em especial aos meus avós Joaquim e Benedita; José e Jacira e meus pais João e Valdiva que nunca mediram esforços para me ajudar a continuar a caminhada.

Conquistar espaços, trilhar caminhos, cuidar... À minha irmã Deise, o mais profundo sentimento de amor e gratidão por estarmos juntas.

Ao Márcio, meu marido que acreditou e me ajudou a trilhar esse caminho, dividiu conquistas, e noites em claro para que eu alcançasse esse objetivo, ter você me fez mais forte.

Agradeço a todos os participantes da pesquisa, pessoas que me ofereceram a oportunidade de desvelar um novo horizonte educacional acreditando que é possível lutar pelas pessoas e com as pessoas.

INDÍCE GERAL

ABSTRACT	VI
DEDICATÓRIA.....	VII
AGRADECIMENTOS	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XIV
I. INTRODUÇÃO	- 1 -
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	- 7 -
1. Educação Inclusiva no âmbito internacional e nacional	- 7 -
<i>i. Ensino e avaliação inclusiva no Brasil.....</i>	- 8 -
<i>ii. Meta 4 - Uma escola Plural.....</i>	- 13 -
2. Desafios e metas da educação inclusiva	- 20 -
<i>i. Obstáculos para conseguir cumprir o PNE.....</i>	- 20 -
3. Por dentro da Rede Municipal de Ensino do Município de Franca- SP	- 26 -
<i>i. A proposta da inclusão escolar na rede municipal de ensino de Franca-SP ..</i>	- 32 -
4. Síntese da Revisão da Literatura.....	- 36 -
III. ESTUDO EMPÍRICO	- 42 -
1. Problemática	- 42 -
2. Perguntas de partida.....	- 42 -
3. Metodologia e desenho do estudo.....	- 42 -
4. Objetivos.....	- 45 -
<i>i. Objetivos Específicos</i>	- 45 -
5. População e Amostra	- 45 -
<i>i. População</i>	- 45 -
<i>ii. Amostra.....</i>	- 46 -
<i>iii. Perfil dos Participantes</i>	- 47 -
6. Procedimento de coleta de dados e informação, análise e interpretação	- 52 -
7. Apresentação e Discussão dos Resultados.....	- 56 -
<i>i.. Resultados dos questionários</i>	- 56 -
8. Conclusões, Limitações e Contribuições	- 106 -

IV – BIBLIOGRAFIA.....	- 113 -
Anexos.....	- 121 -
Anexo 01. Parecer Substanciado da Plataforma Brasil	- 121 -
Anexo 02. Autorização	- 128 -
Anexo 03. Resultados da Análise Descritiva das respostas aos Questionários	- 129 -
Anexo 04. Resultado da Análise de Conteúdo das Entrevistas	- 151 -
Anexo 05. Questionários	- 159 -
Anexo 06. Resultado do Questionário aberto.....	- 181 -

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das metas de acordo com o foco de atuação.....	- 16 -
Quadro 2 - Matriz 3 Comparativa das Perceptivas – Políticas Públicas destinadas à inclusão.....	- 64 -
Quadro 3 - Matriz 3 Comparativa das Perceptivas – Desenvolvimento da Meta 4: Uma Escola Plural	- 84 -
Quadro 4 - Matriz 3 Comparativa das Perceptivas – aspectos são mais importantes para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno.	- 101 -

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo dos participantes.....	- 49 -
Gráfico 2 - Departamento de atuação dos participantes.....	- 49 -
Gráfico 3 - Maior titulação.....	- 50 -
Gráfico 4 - Tempo de trabalho dos participantes.....	- 50 -
Gráfico 5 - Formação por ano dos participantes.....	- 51 -
Gráfico 6 - Formação Específica dos Participantes.....	- 51 -
Gráfico 7 - Disciplina específica.....	- 52 -
Gráfico 8 - Nome da Escola (Classificadas com A,B,C para preservar a identidade).....	- 52 -

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos Participantes.....	- 47 -
Tabela 2 - Exemplo da Escala Likert de cinco pontos.....	- 53 -
Tabela 3 - Exemplo da Escala <i>Pharse Completion</i>	- 54 -
Tabela 4 - Perfil das Escolas.....	- 56 -
Tabela 5 - Políticas Públicas (GESTORES DA ESCOLA).....	- 129 -
Tabela 6 - Políticas Públicas (PROFESSORES).....	- 130 -
Tabela 7 - Políticas Públicas (Gestores educacionais da Secretaria de Educação)..	- 132 -
Tabela 8 - Desenvolvimento da Meta 4: Uma Escola Plural (Gestores de Escolas)-	134 -
Tabela 9 - Desenvolvimento da Meta 4: Uma Escola Plural (Professores)	- 138 -
Tabela 10 - Desenvolvimento da Escola Plural (Gestores educacionais da Secretaria de Educação)	- 144 -
Tabela 11 - Desenvolvimento Escola Inclusiva (Escolas).....	- 149 -
Tabela 12 - Desenvolvimento Escola Inclusiva (Professores).....	- 150 -
Tabela 13 - Desenvolvimento Escola Inclusiva (Gestores educacionais da Secretaria de Educação).....	- 150 -
Tabela 14 a. Inclusão - Quadro síntese de conteúdos relevantes	- 151 -
Tabela 15 a. Preparo para a Inclusão - Quadro síntese de conteúdos relevantes..	- 152 -
Tabela 16 a. Trabalho colaborativo entre escola e equipe multidisciplinar - Quadro síntese de conteúdos relevantes	- 152 -
Tabela 17 a. Uma escola plural - Quadro síntese de conteúdos relevantes	- 152 -
Tabela 18 a. Metas para inclusão - Quadro síntese de conteúdos relevantes	- 153 -
Tabela 19 a. Formação Continuada - Quadro síntese de conteúdos relevantes	- 153 -
Tabela 20 a. Práticas Pedagógicas - Quadro síntese de conteúdos relevantes	- 153 -
Tabela 21 a. Construção da escola inclusiva - Quadro síntese de conteúdos relevantes .	
.....	- 154 -
Tabela 22 a. Construção de valores e cidadania por meio da inclusão - Quadro síntese de conteúdos relevantes	- 154 -
Tabela 23. Inclusão - Categorização	- 181 -
Tabela 24. Escola Regular e seu preparo para a inclusão.....	- 182 -
Tabela 25. Trabalho colaborativo	- 183 -
Tabela 26. Compromisso do Governo para a inclusão	- 185 -
Tabela 27. Metas da Inclusão.....	- 186 -

Tabela 28. Fomento para a formação continuada	- 188 -
Tabela 29. Práticas pedagógicas inclusivas	- 189 -
Tabela 30. Escola inclusiva no desenvolvimento integral do aluno.....	- 191 -
Tabela 31. Prática da inclusão e valores positivos	- 193 -

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
DI	Deficiência intelectual
DEC	Departamento de Educação e Cultura
DF	Distrito Federal
EPT	Educação para Todos
EMEIS	Escolas Municipais de Educação Infantil
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
MEC	Ministério da Educação e Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
OCDE	Obsessive Compulsive Disorder
OEI	Organização Intergovernamental Internacional
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento e Educação
PEA	Perturbação do Espectro Autista
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SEESP	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
SP	São Paulo
TEA	Transtorno do espectro autista
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UFP	Universidade Fernando Pessoa

I. INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro passou por várias transformações nos últimos anos, transformações essas que visam garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação básica. Tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, essas mudanças são frutos de política pública relacionada estreitamente à dívida externa. As reformas educacionais ganham força a partir da década de 90, a partir dos esforços das políticas públicas implementadas, mediante orientações dos organismos internacionais (Evangelista, 2014).

Partindo dessas reformas, vários marcos reguladores da educação surgiram, na esfera nacional, acompanhando o que se passava num nível internacional, evidenciando o direito de todos a uma educação de qualidade; há referências também à importância da qualificação dos professores como imprescindível contributo para tal qualidade. Como documento enquadratório na esfera internacional, destacamos assim a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (EPT): respeitando-se as necessidades básicas de aprendizagem, a Educação que queremos para a geração dos bicentenários: as metas educativas 2021 (OEI, 2008), a Declaração de Incheon Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à Educação ao longo da vida para todos (UNESCO, 2015).

Como repositórios de medidas e orientações nacionais, temos a Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e o Plano Nacional de Educação (Ministério da Educação, 2014).

Consideráveis destaques da Educação surgiram a partir da análise de relatórios e declarações como a da Conferência de Jomtien (UNESCO, 1998), na Tailândia, em 1990, que teve como resolução a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, realizada conjuntamente pelo Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (Pnud), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Unesco. O Brasil ratificou a Declaração em 1992.

Tendo em vista a necessidade de mudanças educacionais, a fim de garantir o desenvolvimento e o direito de educar todas as crianças, jovens e adultos, constatou-se a necessidade e a preocupação em potencializar o sistema educacional brasileiro com a criação das escolas inclusivas. Essas escolas se reestruturaram para se adaptar às necessidades e potencialidades de cada sujeito, assumindo fundamental importância para assegurar os direitos que as pessoas com deficiência têm, de frequentar a escola regular. Tal decisão política foi reafirmada no recém-aprovado Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Partindo das grandes mudanças legais que ocorreram nos últimos anos surgem algumas inquietações, como: O que é a inclusão escolar? Como ela se concretiza no dia a dia? Qual o papel docente, dos alunos e da comunidade escolar como um todo frente à proposta? Como se desenvolve o processo de ensino/aprendizagem no contexto da inclusão escolar? Foi a partir dessas questões que surgiram o argumento e objetivos de especificidade acadêmica que subsidiaram a pesquisa.

Como forma de avaliar e garantir se os direitos estão sendo assegurados, criaram-se indicadores do sistema, nomeadamente o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), no Brasil, que denota, por meio de seus resultados, o desempenho dos alunos e a necessidade de um olhar cuidadoso sobre esse desempenho, contribuindo para elucidar um dos grandes desafios da educação, o de desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem aptas a educar todas as crianças com êxito, inclusive as com necessidades educacionais especiais, sem permear a dialética da exclusão e segregação na divisão entre educação especial e ensino comum.

Foi a partir dos documentos citados acima que mudanças importantes aconteceram no Brasil, devido à necessidade de adequação do sistema educativo a novos princípios universais. É a partir desses princípios universais que a educação inclusiva surge como uma nova realidade social. E, diante disso, sabemos o quão

importante é fomentar mudanças profundas nas escolas, desde questões mais abrangentes como a da cultura escolar ou até mesmo a necessidade de novas estratégias de ensino/aprendizagem, garantindo a todos a superação de suas dificuldades, o desenvolvimento de suas qualidades, capacidades, potencialidades e habilidades, em prol da vida democrática. É por meio dessas discussões que passamos a nos questionar sobre as formas de atendimentos dadas até aqui aos alunos com necessidades educacionais específicas, se são ou não atendidos adequadamente, a fim de garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento e a aprendizagem de cada um.

A presente pesquisa focou, no seu enquadramento teórico, na literatura nacional no que tange ao fomento da educação inclusiva, tendo por objetivo identificar e analisar a inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular brasileiro, ou seja, como este processo está sendo desenvolvido, considerando os recursos disponíveis em nossa realidade. Tendo em vista a importância do assunto para o desenvolvimento social, é fundamental disponibilizar materiais que auxiliem os profissionais da educação na construção desse novo modelo educacional, pois cada vez mais a escola recebe alunos que fogem à expectativa, e profissionais nem sempre sabem como lidar com essa diferença.

Sob um olhar analítico esta pesquisa direciona-se para compreender a proposta de inclusão escolar do município de Franca/SP, com recorte sobre as séries iniciais do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), tendo por objetivo principal compreender as propostas municipais para Educação Especial na perspectiva inclusiva, e o que se concretiza no ambiente escolar, tendo como objetivos específicos:

- Verificar os traços de influência que as políticas públicas internacionais, nacionais e estaduais exercem sobre a esfera municipal para que ocorra a inclusão escolar.
- Analisar o quanto as políticas públicas vêm sendo realizadas pelos governos, tendo em vista a que ponto os alunos com necessidades especiais conseguem ter acesso a uma educação de qualidade, princípio este presente na Constituição Federal como inalienável.

Esta Dissertação foi organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo se refere à introdução, onde damos início à nossa discussão. O segundo capítulo, “Enquadramento Teórico”, no seu sub-capítulo “Educação inclusiva no âmbito internacional e nacional”, apresenta a trajetória histórica da educação especial no Brasil, e os principais documentos internacionais que estruturam esta modalidade de educação. Proporcionam ao leitor, a estrutura geral da educação especial, relacionando os aspectos pedagógicos que contribuíram para a análise e reflexão sobre as necessidades especiais e suas possibilidades de aprendizagem; relacionam a construção da Educação Inclusiva no Brasil e nos sistemas educacionais mundiais, de forma geral, observando a construção política e social pela qual a Educação Especial foi estruturada e aprofundada. Com o subtítulo “Meta 4 – Uma escola plural”, as práticas educacionais e as políticas públicas embasam teoricamente a concessão desse direito a toda a população. “Metas propostas pelo Plano Nacional de Educação são estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais”. (Ministério da Educação Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, 2014). O sub-capítulo, “Desafios e Metas da Educação Inclusiva” discute as perspectivas das metas estabelecidas como melhoria e desenvolvimento da educação e os maiores obstáculos encontrados para a realização da inclusão, tais como o repensar da prática docente, sua relação com o educando, resignificação dos paradigmas educacionais, construção da aprendizagem, análise dos mecanismos de avaliação educacional, a necessidade de estruturação de acessibilidade físico/arquitetônica e didática. De maneira a compreender melhor o tema, subdividiu-se o capítulo em “Obstáculos para cumprir o PNE” que fará uma análise dos desafios enfrentados e as metas a que se quer chegar, a fim de se atingir o objetivo final de proporcionar uma educação para todos e, de qualidade.

No sub-capítulo, “Por de dentro da Rede de ensino Municipal de Franca (SP)”, foram analisadas as políticas públicas de inclusão que o município desenvolve, compreendendo o papel do município no cenário educacional brasileiro, analisando a Lei Orgânica Municipal e seus direcionamentos quanto à educação, e a proposta e direcionamento da educação como garantia do direito irrevogável e intransferível,

materializada pelo Referencial da Educação Infantil e do Ensino Fundamental das escolas públicas de Franca (2008).

O sub-capítulo “Síntese da Revisão da Literatura” vem nos auxiliar a compreender e aprofundar sobre o estudo da arte, o que resulta de pesquisas recentes.

No capítulo III, no sub-capítulo “Metodologia e desenho de estudo”, explicita-se o caminho metodológico percorrido para o desenvolvimento do trabalho de campo, a apresentação e a voz dos sujeitos da pesquisa e o cenário em que decorreram, a problemática e a pergunta de partida. Bem como o desenho da pesquisa de campo que foi o misto quali/quantitativo, o qual possibilita a realização de estudos com desenhos metodológicos diferentes, mas que produzem dados mutuamente complementares, favorecendo uma interpretação mais completa e abrangente do fenômeno investigado.

A população inquirida são os gestores e professores das turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em Escolas da Rede Pública Municipal. A amostra foi composta por professores da rede municipal de ensino, que vivenciavam as práticas inclusivas do processo de inclusão, professores do 1º ao 5º ano (que não possuem alunos de inclusão), totalizando os docentes contratados ou efetivos, diretoras educacional e geral da Superintendência Regional de Ensino. O próximo subcapítulo apresenta a coleta de dados que ocorreu por meio do questionário aliado ao guião de entrevistas compondo o método misto.

Após a coleta de dados foram analisados e apresentados, construindo assim discussão sobre a escola inclusiva e as possíveis barreiras que impedem de se efetivar a inclusão no município de Franca (SP), trazendo contribuições e limitações sobre o tema.

E, por fim, a apresentação dos resultados, organizada em acordo com os objetivos específicos, verificando se foram atingidos com aprofundamento do tema discutido.

Buscando pela objetividade das respostas, tendo em vista que a análise recorreu a um enfoque quantitativo num primeiro momento, e depois na busca de uma mais clara

compreensão sobre o assunto, realizou-se uma análise qualitativa a partir da entrevista, buscando analisar e compreender os aspectos mais profundos da construção da escola inclusiva. A coleta de dados ocorreu de forma simultânea, ou seja, os dados qualitativos e quantitativos foram coletados no mesmo período de tempo, tabulados e analisados de maneira a aprofundar a discussão sobre ela. A integração entre os dados se concretizou ao final da pesquisa para identificar convergências e divergências.

De acordo com Carneiro (2012, p. 9), “construir uma escola diferente implica um compromisso prioritário com a transformação do modelo tradicional de formação de professores”. É preciso ter coerência entre o que os educadores aprendem e o que (e como? e quem?) queremos que ensinem. Precisamos, dessa forma, promover discussões e possibilitar a construção de parcerias entre a pesquisa científica e as práticas inclusivas.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Educação Inclusiva no âmbito internacional e nacional

Deve-se pensar a educação como um direito de todos, refletindo sobre a igualdade, reconhecendo assim, o direito à educação de qualquer pessoa, em específico as pessoas com deficiência, delimitando as discussões na perspectiva do desenvolvimento da educação inclusiva com a finalidade de uma educação democrática.

No ano de 2008, a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) é ratificada pelo Brasil, que lança o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspetiva da Educação Inclusiva” (Ministério da Educação, 2007), fundamentando a proposta com diretrizes norteadoras da educação especial inclusiva. Esse documento dá direito aos alunos com necessidades especiais a ter acesso à escola, porém, apenas o acesso não garante a inclusão de facto.

Foi necessário então pensar em políticas públicas que atendessem às discussões fomentadas pelos organismos internacionais. Dentre os documentos produzidos, destacam-se o relatório da Conferência de Jomtien, na Tailândia, em 1990, cuja resolução foi a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Unesco. Observa-se nestes documentos a preocupação em garantir condições básicas para a inclusão de todos nos processos de aprendizagem, tendo como meta a erradicação do analfabetismo. Para o desenvolvimento de escolas inclusivas capazes de educar a todas as crianças, jovens e adultos, adaptando-se às suas necessidades e potencialidades, tem sido considerado fundamental assegurar os direitos que as pessoas com deficiência têm de frequentar a escola regular. Tal decisão política foi reafirmada no recém-aprovado Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Cria-se, então, o movimento ‘Todos pela Educação’, em 2006, com o objetivo de garantir a qualidade da Educação Básica Nacional. O governo compromete-se com esse movimento ao lançar novas propostas no Plano de Metas Compromisso Todos pela

Educação, a serem executadas pelo PDE (Plano de Desenvolvimento e Educação); as metas a serem alcançadas, numa escala de 0 a 10, foram baseadas no índice educacional internacional através do Programa Internacional para o Acompanhamento das Aquisições dos Alunos e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Pisa/OCDE). Apesar de todos os programas e organizações estabelecerem metas e melhorias para educação, o que se tem no Brasil ainda é algo muito precário, os indicadores usados são essencialmente quantitativos e obtidos invariavelmente da mesma fonte: o Censo Escolar, executado e elaborado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP).

Diante dessa precariedade, buscam-se novos parâmetros em indicadores qualitativos descritos no PNE, como, por exemplo, o Observatório do PNE. Ainda não há um indicador principal que permita acompanhar de forma plenamente adequada o cumprimento das Metas que determinam ações sobre a educação especial. Isto ocorre porque não há dados disponíveis de investimento público em educação apurados de acordo com o instituído pelo PNE. Não obstante todos os esforços sobre a educação especial, não se tem um relatório quali-quantitativo a respeito do atendimento dedicado a estudantes com deficiência - falha esta que decorre da desorganização estatística e da informalidade referentes à falta de indicadores mais precisos sobre educação em amplo sentido. Dessa forma, sem parâmetros qualitativos e quantitativos podemos afirmar que existe um cenário de desinvestimento, no qual a educação vem sofrendo cortes significativos, o que acaba criando dificuldades aos executores finais de tais políticas, quais sejam, as próprias comunidades escolares. Observa-se, pois, a necessidade que se tem de melhorar as condições reais das escolas, modificando-as a ponto de ser e trabalhar de forma inclusiva.

i. Ensino e avaliação inclusiva no Brasil

De acordo com Minayo (2010), Leite (2012), Hope (2010) e Haddad (2008), a inclusão vem demonstrando crescente movimento na sociedade. Buscando uma maior compreensão deste contexto, a demanda desta pesquisa inicia-se com a discussão da fundamentação teórica já produzida em artigos e livros relativa à formação do professor, qualidade de ensino e inclusão. Dentre os autores que abordam a educação inclusiva,

Montoan e Mittler, ambos retratam a questão dos métodos e atitudes que podem contribuir para uma efetiva inclusão escolar e social.

A inclusão não depende somente de metodologias aplicadas com sucesso, mas de atitudes voltadas a minimizar ou extinguir as reações preconceituosas com essas pessoas.

O obstáculo principal para a inclusão subjaz às crenças e às atitudes, e não à ausência de prontidão das escolas e dos professores”. Portanto é preciso realizar uma boa avaliação prévia de cada caso particular e montar um plano de estudo destinado àquele aluno. “São as atitudes que precisam ser revistas (Mittler, 2003, p. 182).

Segundo Mantoan (2006), a educação escolar deve ser pensada a partir da ideia de uma formação integral do aluno, conforme suas capacidades e talentos, um ensino participativo, acolhedor e solidário. E, para que isso aconteça de forma plena, importa que haja o exercício diário de cooperação, de fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças. A escola precisa se adequar para receber esses alunos, mudando seus princípios e não os tratando com total diferenciação, mas sim com carinho e respeito - além do preparo profissional necessário para atender suas necessidades escolares. Observamos a importância de se construir uma educação inclusiva e equitativa para toda a sociedade, garantindo que nenhuma parcela da população seja esquecida; antes, tenha garantido seu direito à educação.

E, nesse movimento de transformação pelo qual a educação brasileira passa são estabelecidas novas metas na Declaração de Incheon Educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, e à educação ao longo da vida para todos - da UNESCO - inspirada na universalização e garantia de direitos de acesso, desenvolvimento e cuidado de qualidade na primeira infância. Esta declaração se refere à educação como elemento-chave para estabelecer a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável, atingindo o pleno emprego e a erradicação da pobreza. Esta educação transformadora intensifica os esforços no acesso, na equidade e na inclusão, bem como na qualidade e nos resultados da aprendizagem. “Deve-se garantir uma educação inclusiva para todos por meio do desenvolvimento e da

implementação de políticas públicas transformadoras que respondam à diversidade e às necessidades dos alunos Marco de Ação da Educação 2030, e que lidem com as múltiplas formas de discriminação e com situações, inclusive emergenciais, que impedem a realização do direito à educação” (Educação 2030 - Declaração de Incheon, 2016, p.8).

Nas últimas décadas, o Brasil passou por mudanças significativas na educação em geral e, principalmente, na educação especial, decorrentes da Convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência, realizada em 2006, cujo objetivo foi acabar com as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação e demais serviços. Assim, um de seus principais impactos para o avanço da educação inclusiva no Brasil configurou o aumento no número de matrículas de pessoas com deficiência em contextos educacionais inclusivos; idem, e a mudança radical de paradigma quanto à atuação da educação especial nos sistemas de ensino do país, garantindo acesso, participação efetiva sem discriminação e de maneira igualitária, às oportunidades para o pleno desenvolvimento do potencial de qualquer estudante; teve-se em vista que a educação inclusiva deveria ser o que na verdade a educação precisa ser para todos. Ela tem que criar sentidos, abrir possibilidades, permitir a participação e estar conectada à realidade.

Ratificada em 2008, a Convenção da ONU, com efeitos constitucionais, serviu de inspiração para que se criasse uma política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programa de 2006 têm por objetivo estabelecer diretrizes para a criação de políticas públicas e práticas pedagógicas orientadas para a inclusão escolar, criando assim o espaço de participação efetiva sem discriminação e igualitário para todos. Partindo desta análise observamos que a educação inclusiva passa a perspectiva à construção de uma escola que possibilite o acesso e a permanência de todos, com respostas às necessidades específicas dos alunos e com remoção das barreiras relacionadas ao processo ensino-aprendizagem (Glat e Blanco, 2009, Glat e Pletsch, 2011, Souza e Pletsch, 2017).

As principais contribuições dessa política são que ela perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, complementa ou suplementa o processo de escolarização em sala de aula. Dinâmica dependente, totalmente articulada com o trabalho realizado em sala, é um direito incondicional e irrestrito, o que garante o direito de todos à educação, ou seja, à plena participação e aprendizagem; parte do pressuposto de que a diferença é uma característica humana e se baseia no modelo social de deficiência, foca na articulação entre as características da pessoa e as barreiras à sua participação presentes no ambiente. Uma escola inclusiva deve responder às necessidades e interesses de todos os alunos - sem exceção - partindo do pressuposto de que todas as pessoas aprendam e quão importante é a diversificação de estratégias pedagógicas para todos.

Para se tornar inclusiva, a escola precisa formar todos os profissionais que participam da construção do ensino e aprendizagem, iniciando-se pelos professores, passando pela equipa de gestão, e revendo as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa fundamentar sua estrutura, organização, seu projeto político pedagógico, seus discursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. “Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social”. (Glat e Blanco, 2009, p. 16).

A concepção que orienta as principais opiniões acerca da educação inclusiva é de que a escola é um dos espaços de ação, e de transformação, que conjuga a idéia de políticas educacionais e políticas sociais amplas que garantam os direitos da população (Herdero, 2010, p. 197).

Portanto, no cerne das relações entre educação e sociedade, a inclusão passa a ser considerada um “direito humano emergente” (Rodrigues, 2008, Sofiato e Angelucci, 2017), que indiscutivelmente se mostra um contributo para o desenvolvimento individual e comunitário, garantindo o próprio direito humano à educação, bem como a garantia de outros direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

A partir dessas diretrizes de implementação de políticas públicas, necessária se fez a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) que orienta a política de educação no Brasil por meio de 20 metas a serem cumpridas até 2024. A área da educação inclusiva é contemplada na meta 4 que prevê a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE) para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos e com deficiência, Perturbação do Espectro Autista (PEA) e altas habilidades/sobredotação, garantindo-lhes o direito a frequentar a sala de aula comum e, quando necessário, receber atendimento educacional especializado no período inverso ao da escolarização. Importante, todavia, considerar que a efetivação da inclusão certamente beneficiará também os demais estudantes ao exigir mudanças no atual modelo de educação, vislumbrando uma escola melhor para todos.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em vigor desde 2016, tem como objetivo garantir e promover, em condições de igualdade, os direitos e as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e a cidadania. Essa determinação envolve todos os níveis de ensino da escola regular, seja ela pública ou privada. A lei traz ainda uma série de inovações na área da educação, tais como: multa e reclusão a gestores que neguem ou dificultem o acesso de estudantes com deficiência a uma vaga; proibição de cobrança de valor adicional nas mensalidades e anuidades para esse público, e a oferta de um profissional de apoio, quando necessário.

A concepção de uma escola realmente inclusiva deve partir da premissa de que o saber não deve ser pronto e acabado. Assim, a ideia de que a escola deve estar pronta para receber pessoas com deficiência acaba sendo um sofisma. Uma escola inclusiva se constrói a partir da aprendizagem de cada um, o que se dá por meio do resultado da vivência e da interação cotidiana com cada um dos estudantes, com e ou sem deficiência. Pimenta (2014) constata, entretanto, que na educação escolar, a expansão quantitativa dos sistemas de ensino não vem correspondendo a um resultado de qualidade às exigências das pessoas envolvidas, nem tampouco às necessidades pertinentes às demandas sociais, o que torna importante a definição de uma nova identidade da profissão docente. A partir dessa perspectiva, observamos a necessidade de viabilizar um desenvolvimento de um trabalho de boa qualidade, não ligado apenas a

questões do “como fazer”, já que este depende de um processo reflexivo que une um conjunto de ações sociais e políticas.

ii. Meta 4 - Uma escola Plural

A diversidade dentro das escolas é bandeira importante do movimento que luta pela educação inclusiva. Atualmente, no Brasil há cerca de 57,8% das escolas brasileiras com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, incluídos em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de apenas 31% segundo dados do Ministério da Educação (MEC, Ministério da Educação e Cultura, 2016).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011), estima-se que 15% da população mundial tem algum tipo de deficiência. Este valor representa mais de um bilhão de pessoas. Se esta taxa se mantiver no Brasil, cerca de 30 milhões de brasileiros têm alguma deficiência e, mediante a esse grande contingente a atender, num paradigma de educação ao longo da vida, a educação e, em particular, a educação especial precisaram ser repensadas, daí surgindo a educação inclusiva, especificada na Meta 4 do PNE, a qual universaliza a educação para a população com deficiência e garante o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de um sistema educacional inclusivo.

Conforme dados do PNE (Ministério da Educação, 2013), nos resultados da implementação da referida política - entre 2007 e 2013 - observa-se um crescimento nas matrículas dos estudantes com necessidades especiais em escolas regulares, que saiu da marca de 337.326, em 1998, para 843.342, em 2013, expressando um crescimento de 150%. No que se refere ao ingresso em classes comuns do ensino regular, verifica-se um crescimento de 1.377%, passando de 43.923 estudantes em 1998 para 648.921, em 2013. No mesmo ano, 78,8% desses estudantes matriculados na Educação Básica estavam estudando em salas comuns, indicando um aumento expressivo do combate à exclusão. Entretanto, para atingir esse expressivo avanço foi necessária a continuidade de investimentos na formação dos educadores, aprimoramento de práticas pedagógicas,

investimentos de acessibilidade arquitetônica e tecnológica, construção de redes de aprendizagem, estabelecimento de parcerias entre a comunidade escolar e a gestão pública.

Segundo o Ministério da Educação (2013, p.7), “O indicador de acessibilidade arquitetônica em prédios escolares, em 1998, aponta que 14% dos 6.557 estabelecimentos de ensino com matrícula de estudantes com deficiência e altas habilidades/sobredotação apresentam acessibilidade arquitetônica. Em 2013, das 104.000 escolas com matrículas de estudantes público-alvo da educação especial, 24% possuem acessibilidade arquitetônica. Com relação à formação dos professores que atuam na educação especial, o Censo Escolar registra 93.371 professores com curso específico nessa área de conhecimento”.

Apesar de todo avanço para que a meta 4 da educação garanta de fato os direitos descritos, faz-se necessário um monitoramento contínuo dos indicadores centrais e dos resultados relevantes para o país. Entretanto, não obstante os documentos e recursos disponíveis, ainda não existem dados disponíveis detalhando os avanços obtidos, as pesquisas, e o Censo do IBGE não suscita informações completas que permitam diagnosticar a situação. De acordo com Felner (2008, p. 129) “a análise de indicadores de resultados não apenas fornece um retrato instantâneo do grau do exercício dos direitos econômicos e sociais; e, também nos ajuda a avaliar se os Estados estão cumprindo com os aspectos centrais de suas obrigações”, além de nos dar parâmetros ao comparar países/ regiões onde a educação avança e vem conseguindo diminuir as disparidades atingindo assim, o desenvolvimento.

O que observamos, a partir dessa análise do percurso é que, para atingir a meta 4, vem-se progressivamente superando o desafio do ingresso desse alunos em escolas regulares, onde surge um novo desafio - o de permanência – implicando na oferta de qualidade da educação de maneira a atender às especificidades do aluno, pois a educação básica de qualidade para todos nós o sabemos é, constitucionalmente, um direito. Portanto, o papel do poder público é sanar e não aprofundar ainda mais as desigualdades existentes. Em análise das estratégias de aplicação e monitoramento das Metas propostas para educação identificamos que a maioria das ações são descritas de

forma genérica, o que impossibilita o acompanhamento e o delineamento de aspectos mais tangíveis de cada estratégia e o estabelecimento de dados quantificáveis e prazos intermédios, de forma a favorecer a gestão do processo de implementação, assim como viabilizar o controle social (Felner, 2008).

Por fim, indispensável se pontuar a necessidade da articulação entre as diferentes metas do PNE que possuem estratégias relacionadas. A estratégia 2, da meta 4, por exemplo, trata da universalização do atendimento escolar à demanda de famílias de crianças de 0 a 3 anos, público-alvo da educação especial, o que precisa estar contemplado no cumprimento da meta 1, que prevê a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE. Isso significa dizer que 100% das crianças com deficiência de 0 a 3 anos, citadas na meta 4, precisam estar amparadas nestes 50% mínimos preconizados na meta 1 para a população em geral.

Muitos são os desafios para garantir o direito inquestionável, inalienável e fundamental das pessoas com deficiência à educação, e o PNE tem papel importante nesta luta. O investimento em educação tem acontecido de forma massiva, principalmente no que tange ao esforço pela inclusão. E, principalmente, para que seja possível perseguir alcançar as metas educacionais “claras, mensuráveis e efetivas” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011, p. 11). Precisamos estar atentos à aplicação das estratégias definidas pelo plano, no qual haja indicadores mais precisos e quantificáveis passíveis de um monitoramento contínuo.

As políticas públicas educacionais têm, como propósito, a organização e desenvolvimento do trabalho escolar, portanto, interferindo diretamente nas práticas dos professores e em sua cultura, promovendo a construção de uma nova cultura escolar, com outras práticas, normas e concepções. Ela não depende apenas de mudanças legais, mas, sobretudo, da criação de condições efetivas para tal, o que incide em alterações das condições de trabalho oferecidas ao professor, estrutura da escola e preparo técnico e pedagógico aos docentes (Delgado, 2011, p. 3). Apenas a constituição da lei não altera a realidade, sem dúvida as metas que constituem o Plano Nacional de Educação como política pública contribuem para a melhoria da educação, e são reproduzidas no

cotidiano das escolas; no entanto, somente redefinirá o ambiente que for propício a alterações com interferência na cultura escolar, o que significa não ser essa responsabilidade apenas de um profissional.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), a escola inclusiva pode ser assim definida, evidencia a importância do trato social entre os pares diferentes para a constituição do sujeito, bem como, a relevância do suporte dado aos educadores para a ação pedagógica diferenciada:

O conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores – ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. (Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, 2001, p. 34).

Tendo em vista que a Educação inclusiva no Brasil vem sendo implementada de maneira gradativa, diante de vários desafios que precisam ser enfrentados, é essencial que façamos uma análise das metas segundo o PNE, de forma a facilitar a monitoração e controle da sua implementação.

Podemos separar essas metas em grandes blocos estruturantes que se baseiam na garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais, como descrito na tabela abaixo:

Quadro 1 – Distribuição das metas de acordo com o foco de atuação

Metas	Conteúdo
1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11	São estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade. Essas metas versam sobre o acesso, a universalização da alfabetização e a ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

4 e 8	Abordam, especificamente, a redução das desigualdades e a valorização da diversidade.
12, 13 e 14	Tratam da qualidade e da ampliação do acesso à educação superior e à pós-graduação.
15, 16, 17 e 18	Visam à valorização dos profissionais de educação. São metas estratégicas para o sucesso de outras metas.
19	Contempla a efetivação da gestão democrática.
20	Define a ampliação de investimentos.

Fonte: Dados organizados pela autora .Planejando a próxima década, conhecendo as 20 métras do Plano Nacional de educação (2014).

Para Gatti (2013) e Peterson (2006), a inclusão se entende como prática colaborativa e, na qual o professor necessita de estruturas que sustentem suas ações de inclusão; além do mais, ambos os professores da educação básica e especial precisam, antes de tudo, adquirir conhecimento sobre pesquisa e metodologias profícuas necessárias para ensinar a todos os alunos com deficiência. Para tanto, os autores ressaltam a importância da formação contínua sobre métodos e técnicas colaborativas e sobre como trabalhar com alunos com deficiência, o que subsidiará o aprimoramento de suas práticas inclusivas.

Toledo e Vitaliano (2012) investigam a eficácia de um programa de formação de professores numa escola de anos finais do Ensino Fundamental, com vistas a favorecer o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual (DI). As autoras utilizam a pesquisa colaborativa, a fim de almejar práticas pedagógicas mais inclusivas. Os resultados evidenciaram melhoria da qualidade do processo de inclusão dos alunos com DI e ampliação dos conhecimentos teóricos e práticos acerca da educação inclusiva, pelos professores. Comprovou-se, outrossim, que o trabalho colaborativo desenvolvido entre professores do ensino regular e professor especialista em Educação Especial é efetivo para favorecer o processo de inclusão de alunos com DI.

Benitez e Domeniconi (2014) operacionalizaram e avaliaram uma capacitação destinada aos professores da sala de aula regular, da educação especial e pais, de modo a criar condições que vislumbrassem o ensino compartilhado de leitura e escrita para

alunos com deficiência intelectual e autismo, incluídos na escola regular. A capacitação contou com a participação da comunidade escolar, por meio da orientação sobre a intervenção a ser aplicada em cada contexto de atuação, incluindo um tópico acerca das habilidades sociais educativas. As autoras apontam que, mesmo que a capacitação seja a primeira ação deste teor, criaram-se condições para desenvolver estratégias inclusivas, de modo a operacionalizar as orientações descritas nos documentos vigentes em relação à inclusão escolar, a partir do envolvimento colaborativo dos integrantes e profissionais da escola.

Portanto, faz-se necessário estabelecer uma política de valorização dos profissionais da educação em cada rede ou sistema de ensino, haja vista os benefícios educacionais e de desenvolvimento do aluno, a fim de que se fortaleça a Política de Valorização Profissional e de Formação Docente, previstos na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto nº 6.755/2009).

Percebemos que o PNE institui o que se denomina SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO, o que difere de educação inclusiva. Num sistema, devido ao envolvimento de todos aqueles atores, a inclusão passa a não ser mais responsabilidade somente do professor. Isso implica uma reestruturação da escola, quando se analisa a questão da pessoa com deficiência, uma vez que o sistema deva garantir resposta às seguintes necessidades:

- a) Formação do professor;
- b) Adequação do ambiente escolar;
- c) Capacitação dos funcionários;
- d) Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas;
- e) Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência;
- f) Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência.
- g) Adequação curricular;
- h) Adequação do número de alunos por sala de aula.

(Estatuto da pessoa com deficiência, 2015, artigo 27 a 30)

Dessa forma, o PNE (2018) repercutirá diretamente nas escolas que deverão se remodelar para responder à realidade educacional da pessoa com deficiência. Isso

dependerá das ações do poder executivo, mas também das próprias instituições educacionais, conforme elencado abaixo:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Os planos devem contemplar a realidade nacional, estadual e municipal, razão pela qual se mostra de extrema relevância o diagnóstico realizado. A seguir, as metas, estratégias e diretrizes precisam ser definidas de modo a contemplar a melhoria da educação em face da realidade apresentada, de acordo com Bordignon (2014):

- **DIRETRIZES:** indicam a direção a seguir na caminhada, balizada pelas políticas e por princípios indicando o rumo a seguir e o futuro desejado. Estabelecem as definições normativas das políticas.
- **METAS:** Constituem objetivos quantificados e datados. Representam o compromisso dos governos e da sociedade, orientando a ação dos agentes públicos e controle social.
- **ESTRATÉGIAS:** devem constituir programas definidores das ações do governo para alcançar as metas. (Bordignon, 2014, p. 31/32).

Sendo o Brasil um país de modelo democrático, o que se espera é a participação de todos, tendo em vista a premissa de que “as pessoas tendem a se comprometer com o que lhes pertence, o que lhes diz respeito” (Ferreira, Nogueira, 2015, p.243). Dessa forma, na medida em que todos os sujeitos estiverem envolvidos sendo esses profissionais da educação, pessoas dos poderes executivo, legislativo e judiciário das instâncias federal, estadual e municipal, participação e cobrança da população (pais, professores, funcionários) enfim, de toda a sociedade, a possibilidade de não se tornar

um plano fictício ou dissociado da realidade local configura-se muito menor, pois cobranças advirão da sua implementação, inclusive em esferas extra-educacionais, com a participação do Ministério Público e Judiciário.

2. Desafios e metas da educação inclusiva

i. Obstáculos para conseguir cumprir o PNE

O Plano Nacional de Educação constitui uma política pública estratégica que viabiliza o avanço da qualidade da educação. Saviane (2010) apresenta o Sistema Nacional de Educação como um movimento intencional de serviços educacionais, para compor um conjunto de ações coerentes e concorrentes para o processo educacional, reunindo normas comuns para todos os entes federados. Para se firmar como política pública, torna-se importante e justificável a existência de um plano de ações.

Percebemos então, uma relação particular entre o Sistema Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação,

[...] a formulação do Plano Nacional de Educação se põe como uma exigência para que o Sistema Nacional de Educação mantenha permanentemente suas características próprias. Com efeito, é preciso atuar de modo sistematizado no sistema educacional; caso contrário, ele tenderá a distanciar-se dos objetivos humanos, caracterizando-se especificamente como estrutura (resultado coletivo inintencional de práxis intencionais individuais). (Saviani, 2010, p. 388).

O PNE consiste numa política pública estratégica para o avanço da qualidade da educação, existindo, entretanto, em seu processo de elaboração e execução, alguns obstáculos para que realmente se cumpra o proposto em torno de alguns itens, tais como: o financiamento, a educação especial, a igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, as expectativas de aprendizagem e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Partindo do viés dos obstáculos de desenvolvimento de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), não obtivemos dados de monitoramento da Meta 4 que diz respeito à Educação Especial. De acordo

com o Censo da Educação Básica definido pelo INEP, observou-se um aumento significativo do número dos alunos portadores de necessidades especiais matriculados em sala comum da educação básica. “O aumento desses alunos na classe comum se acentuou entre 2009 e 2011 (pp. 12,6) tornando-se gradativo ao longo do tempo” (Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE, 2018, p.85). O Relatório traz informações relevantes sobre o crescimento do desenvolvimento da meta 4 sobre inclusão, que, especificamente, descreve o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica, entretanto, não traz informações sobre a metodologia utilizada para identificar se, na inclusão realizada, realmente os alunos estão sendo atendidos em suas dificuldades e se aprendem de acordo com suas capacidades; ou se, meramente, estão sendo integrados nas escolas, entretanto sem um planejamento e ou um trabalho sistematizado.

Nossas escolas abriram suas portas para todos esses alunos que antes não faziam parte do seu jogo cotidiano, porque já eram detidos pelas barreiras sistêmicas de seleção, sendo enviados para as escolas e/ou instituições especiais. Ali não recebiam qualquer escolarização ou acompanhamento pedagógico-institucional, como atesta a história da educação do deficiente em nosso país (Jannuzzi, 2006 e Mendes, 2010).

Atualmente, quanto mais se fala de democracia na escola, de maneira menos democrática se comporta essa instituição, por se pautar na igualdade formal, logo abstrata, entre todos os estudantes que nela ingressam. A escola, conseqüentemente, torna as desigualdades objetivas, impostas pela deficiência, em permanente desvantagem (auto) imposta para aqueles que apresentam tal condição ontogenética (Bezerra, 2017).

Consoante podemos perceber, os sistemas educacionais se deparam com graves desafios durante todo o tempo, porém, um dos maiores e mais importantes, na ótica do ensino e aprendizagem é desenvolver uma pedagogia apta a educar com êxito todas as crianças, inclusive aquelas que portam deficiências graves, sem recorrer à lógica da exclusão pela velha e arraigada oposição entre o ensino comum e a educação especial. Tenha-se em vista que a equidade formal, na qual todo o sistema escolar se desenvolve, é injusta e que uma sociedade onde se preconizam ideais democráticos, acaba mais desenvolvendo os privilégios do que a difusão aberta dos privilégios.

Sabemos o quão importante é fomentar mudanças profundas nas escolas. Temos, desde questões mais abrangentes como a da cultura escolar ou, até mesmo a necessidade de novas estratégias de ensino/aprendizagem, garantindo a todos a superação de suas dificuldades, o desenvolvimento de suas qualidades, capacidades, potencialidades e habilidades, em prol da vida democrática. É por meio dessas reflexões que passamos a questionar as formas de atendimento imputadas até aqui, aos alunos com necessidades educacionais específicas: se são ou não, atendidas adequadamente, a fim de garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento e a aprendizagem de cada um, individualmente.

Tendo em vista a importância do assunto para o desenvolvimento social, urge ter materiais que auxiliem os profissionais da educação na construção desse novo modelo educacional, uma vez que a escola mais recebe alunos que fogem à expectativa, os profissionais diante disso nem sempre sabendo lidar com a diferença. Nesse contexto, a formação do professor se torna fundamental na medida em que é a partir do conhecimento que se tem da inclusão, que o professor terá condições de criar oportunidades e de incluir o sujeito, atendendo sua necessidade, pois compreender o trabalho com esse aluno é sistematizar e, até mesmo, facilitar a prática do professor, aproximando-se cada vez mais do que é inserido pelas organizações internacionais como pressupostos básicos de desenvolvimento nacional.

Corroborando esta ideia, Gatti (2013, p. 54) afirma que os docentes são “profissionais detentores de ideias e práticas educativas fecundas, ou seja, preparados para a ação docente com consciência, conhecimentos e instrumentos”. Dessa forma, trazemos para esta discussão a preocupação com a formação inicial do professor para a inclusão escolar, prevendo garantir qualidade na educação.

A formação do professor - aqui colocada em discussão - parte da premissa de que os professores devem ter conhecimentos do que irão aplicar e desenvolver com seu aluno com deficiência ou não, garantindo a igualdade e, principalmente, no que tange às estratégias para que o aprendizado aconteça. A base do ensino fundamental deve ser

bem alicerçada, o que é essencial para que ocorra o seu aprofundamento e sequência no Ensino Fundamental II e Médio.

Na defesa da inclusão (Silva, 2014) destaca a importância de um profissional em educação saber observar, identificar e lidar adequadamente com as dificuldades de seus alunos, para que não crie rótulos e, consiga atendê-los em suas necessidades. O professor é um dos sujeitos na construção do saber e como tal deve estar consciente de que ensinar é muito mais que transmitir conhecimento, qual seja, é criar possibilidades para que o aluno construa seus saberes dentro de seus limites, mas, tendo em conta sua capacidade de aprender.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspetiva da Educação Inclusiva (Ministério da Educação, 2010) nos diz que as pessoas com necessidades educacionais especiais sempre se modificam, trazendo a necessidade de formação pedagógica contínua, tendo em vista que a atuação desse profissional será específica. As necessidades do público-alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiências, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem.

Dessa forma, as novas demandas da educação exigem um professor com habilidades de reflexão sobre suas práticas, seus conhecimentos curriculares, sendo que tais saberes não desvinculam o professor de suas concepções e da sua responsabilidade sobre o conhecimento produzido, que precisa ser direcionado, articulado com o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos.

No movimento de transformação pela qual a educação brasileira passa, são estabelecidas novas metas na Declaração de Incheon (2015), inspirada na universalização e garantia de direitos de acesso, desenvolvimento e cuidado de qualidade na primeira infância. Esta declaração se refere à educação como elemento-chave para estabelecer a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável, atingindo o pleno emprego e a erradicação da pobreza. Esta educação

transformadora intensifica os esforços no acesso, na equidade e na inclusão, bem como na qualidade e nos resultados da aprendizagem.

No contexto social atual, a sociedade precisa ser compreendida na complexidade do sistema educacional e na perspectiva interdisciplinar necessária para formação do professor. Minayo (2010, p. 441) “coloca que é imprescindível o pensamento complexo para definirmos o objeto, e para buscarmos seu rumo e sua compreensão interdisciplinar”. Mas a interdisciplinaridade não configura uma teoria específica: ela é uma estratégia. O conhecimento se constrói mediante uma visão complexa de um investigador ou uma rede de pesquisadores.

A autora propõe como ponto de partida para novas ações pedagógicas, pesquisas dos fenômenos educativos para construir uma fundamentação do conhecimento, indicando posturas emancipatórias e de visão da totalidade social.

Lima (2015) reflete sobre a Didática no âmbito de conhecimento que se constitui como área de ampliação natural dos assuntos pedagógicos, no âmbito da elaboração do conhecimento e de aquisição de saberes que ocorrem no contexto das instituições educativas e, mais notoriamente, nas situações reais das salas de aulas. Propõe-nos a discussão de se é possível uma formação de professores “para todos”? O trabalho do professor, relativo ao ensino e aprendizagem se reconhece na dimensão coletiva da prática reflexiva enquanto prática social, apontando para a necessidade de as escolas se constituírem comunidades de aprendizagem.

Pimenta (2014) constata que na educação escolar a expansão quantitativa dos sistemas de ensino não vem correspondendo a um resultado de qualidade que se adeque às exigências das pessoas envolvidas; nem tampouco às necessidades pertinentes às demandas sociais, o que torna importante a definição de uma nova identidade da profissão docente. A partir dessa perspectiva, observamos a necessidade de se viabilizar um desenvolvimento de um trabalho de boa qualidade não ligado apenas a questões do “como fazer”, já que este depende de um processo reflexivo que une um conjunto de ações sociais e políticas.

Pensando no ser humano como um ser múltiplo, de diferentes aprendizagens, não podemos pensar numa educação inclusiva limitada apenas por um profissional. Compreende-se a grande importância do professor, porém, acredita-se na importância de olhar o sujeito da aprendizagem como um todo, proporcionando a ele, uma ampla formação e um desenvolvimento - assim, as equipas multidisciplinares no atendimento escolar ganham seu destaque.

A equipa multiprofissional composta por Pedagogo, Assistente Social e Psicólogo, ganha espaço nas escolas para que auxiliem durante o processo de formação do aluno, promovendo um desenvolvimento mais integral e uma educação de qualidade. Reconhecemos, então, que a atual estrutura escolar conforme se apresenta é deficitária, e que a atuação de uma equipa que entende o aluno de forma multidisciplinar, tende a ser mais assertiva quanto à melhoria de resultados na educação.

Com a perspectiva de incluir aqueles que se encontram em processo de exclusão social, a escola possibilita aos seus alunos fazerem parte da sociedade em que vivem. A escola, enquanto equipamento social, precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social, incluindo-se desde questões que vão de violência, atitudes discriminatórias, de etnia, do gênero, de sexo, de classe social, etc., reprovações, até a evasão escolar, que muitas vezes é provocada pela necessidade do aluno de trabalhar para contribuir na renda familiar. E, é nesse contexto, que se apresenta o fracasso escolar, pois mais do que nunca a escola atual tem o dever de estar alerta à realidade social do aluno (Santos, 2008, p. 11).

Ainda nesta perspectiva, compreendemos o quanto a escola é desafiada diariamente a conciliar o que é trabalhado em sala de aula, ao contexto social do aluno (observando seus problemas e necessidades). Em diversos casos, o que se observa nos profissionais de educação é falta dos conhecimentos adequados para atuarem em situações oriundas de problemas pessoais e psicológicos. É fundamental, pois, que a escola conheça a realidade de seus alunos e da comunidade inserida, para que, mediante os problemas, busque alternativas que colaborem para a formação do educando, trazendo-o à luz das discussões. A Equipa multidisciplinar, composta por profissionais com formação específica, possibilita suprir as necessidades dos indivíduos para que ocorra um desenvolvimento saudável, num ambiente escolar realmente apto para compreender e acolher a todos, por meio de uma intervenção qualificada e com

princípios éticos, equidade e justiça social, assegurando a universalidade do direito à educação.

Para além da formação do professor e da constituição de um trabalho multidisciplinar, observamos ainda o grande desafio em reestruturar a escola fisicamente, de maneira a dar novas acessibilidades aos alunos que dela necessitam. Assim, faz-se necessário refletir sobre uma arquitetura funcional, que dê mobilidade e dinamize o processo ensino aprendizagem, democratizando não somente, o espaço físico, mas, idem, o aprendizado de facto.

A transformação da cultura educacional gera uma profunda reflexão sobre o papel que a escola desempenha na sociedade, o qual é indispensável. Tais mudanças não se desenvolvem com rapidez e eficácia, apesar da urgência das transformações; são discussões que devem transpor os saberes intraescolares e elevar a dimensão do entendimento a outras áreas do saber, sem, entretanto, descaracterizar o papel da escola e sim, buscando valorizar e melhorar a escola que temos.

3. Por dentro da Rede Municipal de Ensino do Município de Franca- SP

A rede municipal de educação em Franca (SP), se subdivide em educação infantil e ensino fundamental I. Na Educação Infantil, temos a fase I e fase II que recebem em média de 20 a 30 % de alunos de inclusão, de um total de 4489 alunos em toda a rede, e no Ensino fundamental I do 1º ao 5º ano, analisando dados dispostos no site da Secretaria da Educação, podemos observar que do 1º ao 2º ano tem um total de matrículas de 6040 alunos, com um índice de matrícula de 30 a 40% de alunos na educação especial, enquanto nos 4º e 5º anos finais do ciclo tem-se um total de 4390 matrículas, observando então uma diminuição de matrículas, o que, conseqüentemente, acarreta uma diminuição na inclusão escolar. Assim, destacamos a necessidade de compreender e analisar como a Secretaria de Educação do município se enquadra no trabalho e no processo de desenvolvimento de uma educação de qualidade e de uma escola para todos. A partir da análise da literatura, observando os desafios até aqui colocados, como dificultadores no desenvolvimento desse trabalho, será observada nesta pesquisa, a formação do quadro de professores, a existência do trabalho com

equipa multidisciplinar e as estruturas físicas das escolas. E o quanto a escola inclusiva influencia nos resultados da qualidade educacional. (Secretaria Municipal de Educação, 2018).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), os municípios devem se responsabilizar pela educação, ensino e cultura de sua população concomitantemente à União e o Estado de São Paulo. Para melhor direcionar os recursos e responsáveis, criou-se a Lei Orgânica do Município, a qual dispõe sobre a organização e responsabilidade do sistema municipal de ensino.

Art. 205 - O Município de Franca responsabilizar-se-á, com prioridade, pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental, sendo permitida a educação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (Redação do caput do Art. 205 dada pela EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 58, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011).

No parágrafo 2º do referido artigo, que se encontra sobre a educação especial.

§ 2º - O Município desenvolverá programas de educação especial, inseridos nas escolas de ensino regular, de forma a não haver segregação. (Franca, 1990).

Sendo complementado pelo artigo 217:

Art. 217 - O Município promoverá todos os meios para garantir atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências, visando à garantia de padrão de qualidade, atendimento às demandas e necessidades dos mesmos, quanto ao recurso humano especializado, espaço físico, material e equipamento. (Franca, 1990).

O município também prevê, na Lei Orgânica Municipal, o atendimento especializado de uma equipa multidisciplinar como previsto no artigo 205, parágrafos 8, 9 e 10.

§ 8º - A rede pública municipal de educação contará com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação. (Franca, 1990).

§ 9º - Os sistemas de ensino e as políticas públicas de educação deverão prever a atuação de psicólogos e assistentes sociais nos estabelecimentos públicos da rede municipal de educação. (Franca, 1990).

§ 10 - O serviço previsto nos parágrafos 8º e 9º será prestado aos alunos das escolas públicas municipais por psicólogos e por assistentes sociais vinculados ao serviço público municipal. (Franca, 1990).

Abrangendo assim, a importância de uma formação completa aos estudantes, como discutido no capítulo anterior – saliente-se a importância da participação ativa da comunidade para promoção social e desenvolvimento da educação municipal.

De acordo com o Plano Diretor da Secretaria de Educação e Cultura de Franca, de 1998, os primeiros atendimentos educacionais vinculados à administração municipal aconteceram por meio de convênios entre instituições filantrópicas que mantinham creches para cuidarem dos filhos de operárias na década de 1950.

A primeira escola municipal foi inaugurada pelo Departamento de Educação e Cultura (D.E.C) – designada de pré-primário na década de 1960. Em 1970 foram celebrados novos convênios com a Prefeitura e Escolas Estaduais. Nesses convênios, a Prefeitura providenciaria os professores, materiais didáticos e merenda, sendo que o outro órgão participante se responsabilizaria pelo espaço físico e mobiliário. (Secretaria Municipal de Educação, 2018).

Já na década de 1980, o estado de São Paulo realiza atuações mais pontuais e efetivas com relação à municipalização do ensino, as escolas da rede municipal passando a se chamar Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs. Na década de 90 aconteceram inúmeras reformulações para um atendimento mais efetivo, incluindo construções de novas escolas e divisão do atendimento educacional por regiões da cidade, como Norte, Sul, Leste e Oeste.

De acordo com a Secretaria de Educação do município de Franca-SP, (Secretaria Municipal de Educação, 2018) em uma comparação da rede de ensino educacional com outros estados brasileiros, São Paulo lidera isoladamente quanto ao resultado dos alunos dos Anos Iniciais no Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, órgão que

avalia e verifica o desenvolvimento e rendimento dos estudantes, passando de 5,7 em 2013 para 6,4 em 2015. Nos Anos Finais (6º ao 9º do fundamental), o avanço foi de 4,4 para 4,7. No Ensino Médio, ciclo que reúne a maior quantidade de alunos da rede estadual e os maiores desafios dos educadores de todo o mundo, São Paulo também apresentou crescimento na média. Os estudantes saíram de 3,7 para 3,9.

Segundo os resultados e metas do IDEB (2018) Franca alcançou um de seus melhores resultados, considerado o melhor ensino municipal do estado e o terceiro melhor do país. Apesar de ser motivo de comemoração para os atores responsáveis, ainda há escolas com pontos e meta estipulada pelo Ministério da Educação, tendo em vista o baixo rendimento escolar dos estudantes brasileiros em comparação a demais países participantes da avaliação do PISA.

É a partir desse cenário que o presente trabalho busca discutir a formação e as práticas educacionais dos professores da rede municipal, e quais ações são realizadas orientadas para a Meta 4 do PNE, tendo em vista o atendimento de inclusão e acesso a essa educação de qualidade por todos os alunos, deficientes ou não.

Surgem então algumas questões norteadoras a esse trabalho: Quais as deficiências incluídas na rede municipal? Que tipos de atendimento esses alunos recebem? Nas escolas com maiores índices no Ideb, existe inclusão? As escolas que não atingiram a meta estabelecida, qual tipo de formação tem o pessoal docente? Quais práticas pedagógicas influenciam o processo ensino-aprendizagem? Em meio a essas questões, surge a necessidade desta pesquisa, identificando e analisando o tipo de formação dos professores da rede municipal de Franca e como ocorre a inclusão nessas escolas, mesmo cientes de que as escolas brasileiras são norteadas por leis e diretrizes que orientam a sua prática.

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a esfera municipal passou a ser responsável, oficialmente, por duas modalidades de ensino: a educação infantil e o Ensino Fundamental. Em seu artigo 11º, inciso V, lê-se:

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental permitido à atuação em outros níveis de 14 Leis de diretrizes e bases da educação nacional de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

A Rede Municipal atualmente possui 68 escolas de Educação Infantil, atendendo uma média de 5.800 alunos, 26 escolas de Ensino Fundamental com uma média de 9.800 alunos e, em parceria com as instituições filantrópicas, 4.000 crianças em creches.

A Secretária da Educação, por meio da Divisão de Ensino, torna-se responsável por organizar e gerenciar o funcionamento das Escolas Municipais, que contam com o apoio da Equipa de Gestão com a finalidade de auxiliar com o trabalho pedagógico, tanto no aspeto teórico quanto no prático, incentivando todos os agentes educacionais a se aprimorarem, refletirem e estudarem, a fim de melhorar as ações educacionais e seus resultados, promovendo uma perspectiva acolhedora e de aprendizagem para todos.

Cada cargo na gestão educacional desempenha funções específicas, como no caso do coordenador pedagógico, ao qual compete a responsabilidade pela formação continuada dos professores, o acompanhamento do trabalho em sala de aula e a intervenção do trabalho pedagógico. O Orientador Educacional fica responsável por estabelecer o elo entre escola-família-comunidade, o que compete orientar o aluno quanto à sua formação e ao desenvolvimento sócio-emocional de sua personalidade, levando-o a compreender que deve desempenhar atitudes de respeito aos valores humanos universais. Os Pedagogos realizam avaliações e mapeamento junto aos alunos, os mesmos sendo encaminhados, pelo fato de apresentarem necessidades educacionais especiais e/ou dificuldades de aprendizagem.

O trabalho em conjunto, desses profissionais, são essenciais para o encaminhamento das propostas educacionais na elaboração de projetos pedagógicos, avaliação dos projetos, redirecionamento quando necessário, formação continuada para os professores, integração com a equipa de Assistentes Sociais para um acompanhamento qualitativo da comunidade escolar, com o objetivo de auxiliar na aprendizagem, formação continuada de especialistas que atuam nas escolas.

De maneira a organizar as ações pedagógicas e estruturar uma rede de ensino coesa e coerente, no ano de 2008 foi incluído o Referencial Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental das Escolas Públicas Municipais de Franca. Tiveram como base, as diretrizes da Conferência de Jomtien (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, os dados do Relatório Jackes Delors- Educação um Tesouro a Descobrir – de 1996 e a atenção à legislação educacional vigente no país. O Referencial foi elaborado por uma comissão de gestores educacionais do município e aprovado pela Secretaria Municipal após a validação teórica e prática das escolas.

O Referencial Curricular assume uma proposta construtivista e psicopedagógica.

Apresenta-se como uma proposta curricular que se assume como construtivista e psicopedagógica. Construtivista porque enfatiza, como finalidade última da educação, a promoção do crescimento dos seres humanos; porque valoriza uma aprendizagem significativa e uma memorização compreensiva. Psicopedagógica no sentido de que, para promover o crescimento, há de se conhecer e respeitar os processos de desenvolvimento e de aprendizagem da criança, há de se interagir com ela de forma interdependente. É, sobretudo, um projeto de ação educativa e seu valor depende do fato de realmente servir para guiar a ação pedagógica do professor, tornando-a mais eficaz e ajudando-o a enfrentar as múltiplas situações que encontra em sua tarefa profissional. (Franca, 2008, p.3, Referencial Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental das Escolas Públicas Municipais de Franca).

É a partir desse documento que se inicia a discussão sobre a concepção do currículo adotado pelo município. O currículo, assim disposto, não pode constituir apenas um mero documento com objetivos, conteúdos, experiência de aprendizagem e avaliação, mas sim, um conjunto de oportunidades e experiências, focando o desenvolvimento integral do educando, compreendido como processo coletivo, enfatizando saberes, competências, conhecimento e habilidades.

Acompanhando as novas concepções pedagógicas, deve-se ultrapassar a ideia de currículo como a simples seleção e organização de conteúdos predeterminados. Trata-se de organizar, de forma problematizadora, o conteúdo de estudo, relacionando-o com interesses e necessidades presentes e futuras, a fim de torná-lo significativo e intencional para o educando. Procura-se ultrapassar a fragmentação e os limites das especialidades, tratando os componentes curriculares global e integradamente, organizando-os por áreas do conhecimento, por projetos, por complexos

temáticos, e desenvolvendo-os interdisciplinar, transdisciplinar e transversalmente. (Franca, 2018, p.3, Referencial Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental das Escolas Públicas Municipais de Franca).

As adequações curriculares não devem ser entendidas como exclusivamente individuais ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno de acordo com o MEC/SEESP/SEP 919980, essas adaptações curriculares realizando-se em três níveis:

- No âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar);
- No currículo desenvolvido na sala de aula;
- No nível individual.

Para que os alunos com necessidades educacionais especiais e deficiências possam participar integralmente de um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, de acordo com (MEC 2003, p.34) alguns aspetos precisam ser considerados, destacando-se entre eles:

- A preparação e dedicação da equipa educacional e dos professores;
- O apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários;
- As adaptações curriculares e de acesso ao currículo.

Existem várias formas de flexibilizações curriculares, nenhuma exclui as demais, e as decisões a respeito do que é preciso adaptar só podem ser tomadas considerando as necessidades educacionais concretas do aluno, em determinado contexto, já que o mesmo aluno pode ter diferentes necessidades em uma ou outra escola, em uma ou outra aula ou em outro período de escolarização.

A educação municipal de Franca dessa forma então se fundamenta na concepção construtivista de ensino e aprendizagem, entendida como instrumento de planejamento, indagação e análise da prática educacional. Neste viés o currículo possibilita a cultura e valorização da diversidade, proporcionando uma inserção social focada no desenvolvimento do educando e no pleno exercício da cidadania.

i. A proposta da inclusão escolar na rede municipal de ensino de Franca-SP

Em se tratando de inclusão, a Rede Municipal de Educação se fundamenta no Referencial Curricular apresentado anteriormente, no capítulo denominado “Educação Inclusiva: Educação para TODOS e para cada um”, que tem por objetivo, “[...] muito mais do que a garantia de vaga no sistema comum de ensino para os alunos com deficiência”. Pressupõe uma reorganização das escolas, de forma a torná-las aptas a receber todos os alunos que a procuram, garantir respostas pedagógicas efetivas às necessidades que os alunos apresentam, de forma a promover não só o seu desenvolvimento social, através da convivência com seus pares não deficientes, mas também, proporcionar-lhes o acesso ao processo de aprendizagem. (Franca, 2008, p.57, Referencial Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental das Escolas Públicas Municipais de Franca).

Para uma escola ser Inclusiva ela necessita, primeiramente, acreditar no princípio de que todas as crianças podem aprender, e o diretor deverá proporcionar a todas as crianças, acesso igualitário a um currículo básico, rico e uma aprendizagem de qualidade. Estratégias para inclusão no cotidiano escolar:

- Promover práticas mais cooperativas e menos competitivas nas salas de aula e na escola.
- Estabelecer rotinas na sala de aula e na escola, em que todos recebam apoio necessário para participarem de forma igual e plena.
- Garantir que todas as atividades de sala de aula tenham a participação de todos, ativamente, inclusive daqueles que apresentam necessidades educacionais especiais e deficiências.
- Infundir valores positivos de respeito, solidariedade, cooperação, etc., no sistema escolar.
- É preciso desenvolver uma rede de apoio, podendo ser constituída por alunos, diretores, pais, professores, psicólogos, terapeutas, especialistas em educação e servidores para resolverem problemas, trocarem ideias, métodos, técnicas e atividades, com a finalidade de ajudar não somente os alunos, mas os professores, para que possam ser bem sucedidos em seus papéis.
- Desenvolver uma assistência técnica organizada e contínua, que deve incluir os funcionários especializados para atuarem como consultores e facilitadores; uma biblioteca prontamente acessível com materiais atualizados, recursos em vídeo e áudio que enfoquem a reforma da escola e as práticas educativas inclusivas; um plano abrangente, condizente e contínuo de formação em serviço.
- Os educadores devem desenvolver a dimensão da flexibilidade, para responderem aos desafios de apoiarem os alunos com dificuldades para aprender na participação das atividades da escola, com compromisso de fazer o ensino inclusivo acontecer, com espontaneidade e a coragem de assumir os riscos, trabalhando em equipas, desenvolvendo novas habilidades e promovendo uma educação de qualidade a todos os alunos.

- Examinar e adotar várias abordagens de ensino para trabalhar com alunos com diferentes níveis de desempenho, reavaliando as práticas e determinando as melhores maneiras de promover a aprendizagem ativa para os resultados educacionais desejáveis.
- Comemorar os sucessos e aprender com os desafios, sendo importante que os sistemas escolares cultivem a capacidade dos seus membros de pensar criativamente, pois assim respondem aos desafios que inevitavelmente surgem quando as novas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento se apresentam.
- Os educadores estarem dispostos a romper paradigmas e manter-se em constantes mudanças educacionais, criando escolas inclusivas e com qualidade.
- O sistema escolar, para construir uma comunidade escolar inclusiva, precisa planejar e desenvolver um currículo que conduza aos resultados esperados pela sociedade e pelos setores educacionais. Preparar equipa para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar conhecimentos para melhorias para um progresso contínuo. Investimento em tecnologia para dar apoio, servindo como um importante dispositivo da comunicação para conectar a escola à comunidade e o ensino dos resultados esperados, além de grupos de professores atuando como planejadores instrutores e avaliadores de programas, que conduzam a uma ação pedagógica inclusiva. (Mantoan, 1997,p.121)

A proposta de inclusão parte do pressuposto de que a escola não pode se isentar ante as dificuldades de aprendizagem dos alunos, norteadas no princípio de que todas as crianças aprendem juntas, independentemente das necessidades que cada uma possui. Defendendo que o processo de ensino- aprendizagem deve ser desenvolvido plenamente na sala de aula e no ambiente escolar, contemplando todos os alunos que dele participa. Propõe-se então, a oportunidade de constituir uma rede de apoio à escola, contendo alunos, pais, diretores, professores, psicólogos, terapeutas e especialistas em educação.

Como uma equipa de apoio, esses agentes educacionais terão a responsabilidade e a oportunidade de resolverem problemas, trocarem ideias, desenvolverem novos métodos, técnicas e atividades, tendo por finalidade não apenas o aluno, mas também, em auxílio do trabalho do professor, para que possam ser bem sucedido em seus papéis. Uma escola inclusiva deve proporcionar a todas as crianças, acesso igualitário básico, rico de uma aprendizagem de qualidade, promovendo, concomitantemente, a ressignificação da cultura escolar, desenvolvendo práticas que envolvam cooperação nas salas de aula e na escola como um todo, incentivando assim, a criação de valores de respeito, solidariedade, ética, cidadania e diversidade.

O papel dos professores mediante as adaptações curriculares e a Rede de apoio é de refletir as diversas abordagens pedagógicas para trabalhar com alunos com diferentes níveis de desempenho, reavaliando práticas, sendo esta uma oportunidade de replanejar sua prática para melhor atender seu aluno. As diversas formas de ensinar, compreendidas aqui como adaptações didáticas e metodológicas são fundamentadas na utilização de recursos de acessibilidade, favorecendo o apoio físico, visual, verbal e gestual aos alunos com necessidades especiais, sejam elas permanentes ou não, na medida em que possibilite a realização das atividades escolares e o processo avaliativo.

Um dos principais destaques na proposta inclusiva do município é a necessidade de mudança nos paradigmas, no sentido de promover a valorização e o desenvolvimento do aluno. A verdadeira inclusão, como descrita até aqui, visa sanar as dificuldades salientadas pelo Observatório de Metas do PNE, especificamente. O disposto na Meta 4 só será possível se os profissionais da rede municipal de ensino oferecerem aos alunos, oportunidade reais de experienciar, compreender o erro como um momento que oportuniza o aprendizado, aprendendo assim, com os desafios, considerando a criatividade e a iniciativa como premissa do desenvolvimento educacional.

Para que os propósitos educacionais sejam contemplados, faz-se necessário desenvolver a assistência técnica sistematizada e contínua, com recursos humanos especializados atuantes como consultores e facilitadores do processo ensino-aprendizagem, recursos materiais, tendo como perspectiva, a reforma da escola e as práticas educativas inclusivas, além de um plano abrangente, condizente e contínuo de formação em serviços.

A concepção de Educação Inclusiva se contrapõe ao papel de Educação Especial diante da realização de ações pedagógicas inclusivas, no qual requer a percepção do sistema escolar como um todo, unificado, ao invés de estruturas paralelas como escolas destinadas apenas à educação especial, realizando assim, apenas a integração de alunos e não a inclusão.

Pensando as escolas especiais como suporte ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e com deficiências na escola regular, a

coordenação entre o referencial curricular da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas municipais de Franca, serviços de educação, saúde e assistência social aparecem como essenciais, apontando, nesse sentido, a possibilidades de as escolas especiais funcionarem como centros de apoio e formação para a escola regular, facilitando a inclusão dos alunos nas classes comuns ou mesmo, a frequência concomitante nos dois lugares. (Franca, 2008, p.55-56, Referencial Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental das Escolas Públicas Municipais de Franca).

Compreende-se o atendimento educacional especializado como o processo de inclusão escolar. A manutenção de serviços especializados e de apoio aos processos de ensino-aprendizagem são essenciais para a concretização de uma educação radicalmente inclusiva. E a proposta de inclusão escolar enfatizada pelo município de Franca (SP), somente obterá sucesso na medida em que houver um trabalho integrado de diversos profissionais como uma equipa de apoio, promovendo suporte ao aluno que apresente dificuldades em aprender.

4. Síntese da Revisão da Literatura

Para o início da investigação e desenvolvimento da metodologia foram adotadas cinco etapas que se configuram em: 1) formulação do problema, 2) coleta de dados ou definições sobre a busca na literatura, 3) avaliação dos dados, 4) análise dos dados e 5) apresentação e interpretação dos resultados. Para viabilização desta investigação/pesquisa, utilizamos a estratégia PICO (P: paciente ou problema; I: intervenção; Co: contexto), que consistiu em: P (alunos com deficiência), I (atendimento educacional), Co (implementação, acesso e permanência na educação inclusiva). A seleção dos artigos ocorreu a partir das bases de dados eletrônicos, dentre eles, a DÉDALUS Banco de dados Bibliográficos da USP e a plataforma SCIELO. Partindo da pergunta de investigação, buscou-se realizar a pesquisa bibliográfica sobre os temas centrais deste trabalho como estudo empírico, usando palavras-chave por meio de descritores, resultando nos artigos relevantes ao tema. As palavras-chaves utilizadas foram “educação inclusiva AND direito social”. Os artigos científicos foram submetidos a uma pré-seleção por meio de leituras do título e resumo, de forma a compor um

conjunto de trabalhos associados à questão norteadora, selecionando três pesquisas de importante contribuição quanto ao cenário da construção Escola Inclusiva no Brasil, das Políticas Públicas que subsidiam a inclusão e quanto à Avaliação dessas ações para melhoria da educação no país.

Tendo em vista que a Educação inclusiva no Brasil vem sendo implementada de maneira gradativa, diante de vários desafios que precisam ser enfrentados, é essencial que façamos uma análise do que a literatura aponta sobre essa implementação. Para isso foi analisada a pesquisa intitulada “A educação especial no contexto do Plano Nacional de Educação” de Moraes, Louise. – Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. Este estudo aborda o debate sobre educação especial no Brasil, utilizando como premissa estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, a autora identifica o atendimento e a demanda escolar da população de 4 a 17 anos de idade, com deficiência, no País. Cerca de um milhão de crianças e jovens de 4 a 17 anos de idade (2,4% da população brasileira na faixa etária de educação obrigatória) apresentava, em 2010, algum tipo de deficiência, devendo, segundo a Meta 4 do PNE, ter acesso ao ensino regular e ao AEE.

Educação Inclusiva diz respeito ao direito de todos de participar e aprender em igualdade de condições. Por isso, exige-se a transformação da escola e da comunidade a partir do reconhecimento da diferença como um valor intrinsecamente humano e do direito de cada um ser como é. É inevitável que haja uma reestruturação no modelo educativo. Incluir exige renovação da estrutura escolar e uma construção do senso de comunidade onde se atenda às necessidades de todos, compreendendo que a construção da escola inclusiva é responsabilidade de todos e perpassa todos os níveis. Podemos observar a grande importância da formulação das Leis criadas pelos níveis nacionais, estaduais, municipais, bem como a responsabilidade de comunidade escolar como um todo em colocar tais metas em prática, o que transfere a responsabilidade não apenas ao professor.(Moraes, 2017; Alves, 2014; Rieckmann, 2017).

Como já visto, a educação faz parte de um grupo de direitos essenciais na vida humana, assim como alimentação, saúde e os direitos humanos, corroborando à

formação da educação inclusiva em pauta, o papel da escola na superação da lógica da exclusão na sociedade contemporânea. Para melhor compreender o papel da escola nessa construção, analisou-se então a pesquisa “Educação Inclusiva e Direitos Humanos: Quais as concepções dos professores?” de Costa e Leme (2014). Com o objetivo de refletir sobre os limites e desafios sociais que impedem a afirmação e, conseqüentemente, a concretização do direito social, humano e universal à educação, a pesquisa analisa as concepções e percepções acerca da educação inclusiva de professores do Ensino Médio de uma escola da Rede Estadual, na cidade do Rio de Janeiro. Passando pela problematização sobre o direito à educação como princípio basilar que consubstancia a educação inclusiva, colocando em pauta o papel da escola na superação da lógica da exclusão, dessa forma a discussão traz os princípios da igualdade e da dignidade humana em face de sua substancialidade na Constituição Brasileira, reconhecida como “Cidadã” - bem como por sua relevância social, na medida em que se propõe a garantir que não serão adotados critérios teóricos ou práticos, que afastem ou impeçam o exercício do direito à educação.

Inicialmente, a educação é discutida em sua perspectiva inclusiva no que tange ao direito social, humano e universal à educação como um dos pilares da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), e afirmado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (UNESCO, 2009). Em seguida, analisaram-se as concepções dos professores acerca da educação inclusiva na pesquisa “Educação inclusiva: concepções de professores e diretores”, de Sant’Ana (2021), que investigou as concepções de 10 professores e seis diretores de escolas públicas do Ensino Fundamental de uma cidade do interior paulista, sobre a inclusão escolar. Foram feitas entrevistas e os dados transcritos foram submetidos à análise de conteúdo (e análise estatística-excluído) Docentes e diretores conceberam a educação inclusiva sob diferentes enfoques, com definições que ora se aproximavam dos princípios de integração, ora se referiam à orientação inclusiva. As principais dificuldades indicadas para a realização da inclusão referiram-se à falta de formação especializada e de apoio técnico no trabalho com alunos inseridos nas classes regulares. Como sugestões se destacaram: necessidade de orientação por equipe multidisciplinar, formação continuada, infra-estrutura e recursos pedagógicos adequados, experiência prévia junto a alunos com necessidades especiais, atitude positiva dos agentes, além de apoio da

família e da comunidade. Os dados permitiram identificar vários aspectos necessários à efetivação da proposta inclusiva.

Esses aspectos necessários dizem respeito a reestruturar o sistema educacional, tendo por objetivo a formação inicial e contínua do professor, adequação, estrutura e acessibilidade, observando as necessidades pessoais e pedagógicas, capacitação de funcionários, participação ativa da família, adequação curricular, número de alunos por sala, criar uma rede de apoio mediante trabalho compartilhado com vários profissionais. Apesar dos avanços que a educação nacional obteve, as escolas brasileiras ainda não conseguiu se reestruturar por completo conforme a legislação prevê.

Observa-se que a maioria das experiências com a inclusão não foi aplicada em condições favoráveis devido a obstáculos encontrados nas ações descritas acima. Outro aspecto importante diz respeito à relação entre a compreensão do conceito de inclusão e a efetivação da mesma, na qual se define como adaptação arquitetônica, curricular e profissional capacitado; entretanto, o que vemos é a adaptação do Programa Nacional Educação Especial à realidade já existente. Compreendemos então que a educação carrega um modelo sócio-educacional que seleciona e exclui usuários; como um processo paralelo, em face de necessidade de trabalhos individualizados e métodos e técnicas adequados e, por fim, como um processo de homogeneização de oportunidades a pessoas ditas normais.

Ao se apresentar uma proposta inclusiva, a expectativa é de que os profissionais envolvidos tenham o mínimo de capacitação, que o professor não acompanhe a aprendizagem desse aluno sozinho, que tenha uma rede de apoio durante o trabalho. A existência da lei é um marco importante, entretanto, a construção de uma escola inclusiva não deve parar por aí, deve dispor de todas as condições necessárias para que o aprendizado ocorra, efetivamente.

Tendo em vista a importância de se construir uma escola realmente inclusiva e que mude os rumos da educação no Brasil, se faz importante monitorar e avaliar as Políticas Públicas já realizadas a fim de servir como ponto de partida das próximas ações afirmativas a serem desenvolvidas, fazendo-se premente monitorar e avaliar o que

está sendo feito. Quanto à inclusão escolar, aborda-se o texto “A inclusão escolar e o movimento Todos Pela Educação” de Hattge (2015). O intuito é de analisar e avaliar a inclusão a partir de uma das cinco metas previstas para assegurar que até o ano de 2022 todas as crianças e jovens tenham garantido o direito de acesso à escola básica de qualidade: o Todos Pela Educação, criado em 2006. A pesquisa analisa a proveniência e emergência do Movimento no cenário educacional brasileiro neste início de século e suas implicações na política educacional. A partir da análise de excertos retirados de publicações de divulgação e de relatórios de monitoramento das metas produzidos pelo Movimento Todos Pela Educação, conclui-se que a inclusão escolar no Movimento assume um caráter de minimização do risco social e que a relação da performatividade com a inclusão se constitui um paradoxo. Se, por um lado, num sistema escolar pautado pelas exigências da auferição de resultados, a inclusão de todos é uma condição inegociável, absolutamente necessária para reduzir o risco social e elevar o Brasil nos *rankings* internacionais na Educação, por outro lado, esses ditos “incluídos” ameaçam a produtividade escolar, uma vez que seus desempenhos nas avaliações de larga escala, muitas vezes, não são considerados satisfatórios para atender às metas estabelecidas pelo Movimento Todos Pela Educação.

Observa-se que essa abordagem sobre a efetivação de uma educação inclusiva capaz de combater as práticas de discriminação e exclusão social corroboram os preceitos democráticos discutidos por Casanova (2018), em “Educación inclusiva: ¿Por qué y para qué?” , que analisa o modelo de educação inclusiva como uma forma de oferecer igualdade de oportunidades, equidade e qualidade a todos. Parte-se do respeito às diferenças, favorecendo que cada pessoa se realize dentro do conjunto social. Destaca que a escola, enquanto instituição político-social, precisa se reestruturar, se atualizar e se inovar para oferecer a todos os alunos um ensino de qualidade que responda às suas reais necessidades e lhes possibilitem o alcance de seus objetivos. No estudo fica evidente a urgência de implementar as medidas necessárias para propor um modelo válido e viável que torne as salas de aula inclusivas possíveis; sem mais delongas, porque o futuro imediato das sociedades desenvolvidas exige soluções inovadoras no campo da educação.

A partir da análise desses estudos, nota-se que caminhamos até certo ponto e evoluímos no cumprimento de um direito inquestionável, inalienável e fundamental à

sociedade, mas ainda não atingimos todas as metas descritas nos documentos oficiais; falta-nos alinhar as metas e ações nacionais com estaduais e municipais, para que se facilite o monitoramento e o diagnóstico dos problemas, sendo possível traçar novas estratégias, descrevendo com clareza e de forma mais específicas os preceitos da inclusão, garantindo assim a diminuição das diferenças sociais, mais igualdade e oportunidade de desenvolvimento humano.

III. ESTUDO EMPÍRICO

1. Problemática

A partir da revisão da literatura, sintetizamos o conhecimento pré-existente sobre a educação inclusiva no Brasil, recolhido em documentos legislativos e orientadores e em relatos de diversas pesquisas, evidenciando a fundamentação das discussões atuais sobre o tema. Entretanto, a inquietação que ainda resta e que será o ponto de partida dessa pesquisa, é:

A implementação da educação inclusiva avançou ou retrocedeu face às metas estabelecidas para o país?

2. Perguntas de partida

No município de Franca (SP), as políticas públicas de inclusão atingem seus objetivos? Os alunos especiais estão sendo atendidos por uma escola realmente inclusiva? As escolas municipais de Franca (SP), na prática se enquadram no aporte teórico sobre escola inclusiva, uma escola para todos? Quais características são necessárias para originar uma escola realmente inclusiva?

3. Metodologia e desenho do estudo

No Brasil, e em outros países do mundo, a educação inclusiva como política pública de atendimento à população, tem sido compreendida por extensa parte da sociedade, especificamente, por grande parte dos profissionais da educação, como um problema. Para Machado (2009, p. 14), a inclusão escolar é vista “como uma inovação educacional, que decorre de um paradigma educacional que vira a escola do avesso!”. Nesse sentido, observa-se que realizar a inclusão é de facto um desafio para toda a comunidade escolar. Daí a necessidade de análise sobre a demanda da inclusão, analisando como tem sido o papel de cada agente escolar e cada educador, diante desse processo.

Quanto aos procedimentos utilizados a fim de compreender a realidade e a construção da escola inclusiva e os caminhos percorridos até ao presente momento, será utilizada a pesquisa bibliográfica, a qual fundamentar-se-á em fontes bibliográficas, ou seja, os dados serão obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos.

Partiremos então de uma visão geral, seguindo para o particular, iniciando pela análise de documentos referentes à inclusão, nas quais se estabelecem metas educacionais a serem cumpridas pelos países em desenvolvimento. Serão obtidos, no portal da ONU, além de documentos e informações disponibilizados no Portal do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação da cidade de Franca (SP), programas e projetos de inclusão elaborados, mais as metas educacionais exigidas pelos órgãos internacionais, com o intuito de aumentar o nível de desenvolvimento econômico e qualidade de vida de países subdesenvolvidos.

Caracterizado como pesquisa aplicada, o intuito deste estudo é gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. Dessa forma, o pesquisador acaba sendo movido pela sua necessidade de conhecer, para aplicação imediata de seus resultados. A Investigação descritiva de acordo com Barros e Lehfeld (2005) é aquela que tem como finalidade a descrição do objeto por meio da observação e do levantamento de dados. Fortin (2006) complementa a descrição acima, utilizando essa investigação para determinar a frequência da ocorrência de um fenômeno ou categorizar uma informação.

O método de recolha de dados utilizado foi o misto quali/quantitativo, o qual possibilita a realização de estudos com desenhos metodológicos diferentes, mas que produzem dados mutuamente complementares, favorecendo uma interpretação mais completa e abrangente do fenômeno investigado.

Segundo Gatti (2002, p.11), “os conceitos de quantidade e de qualidade não são totalmente dissociados”. De acordo com a autora, se de um lado a quantidade é um tipo de qualificação - pois se trata de uma interpretação específica atribuída a uma grandeza

de um fenômeno qualquer - de outro a quantidade precisa ser interpretada qualitativamente, dada sua relação com um referencial. Para Small (2011), a ideia básica é garantir a complementariedade das técnicas: utilizar as vantagens analíticas de cada perspectiva para produzir um estudo mais robusto do que seria realizado de forma unilateral (apenas quanti ou apenas quali).

Neste estudo, optou-se pela coleta de dados simultânea, ou seja, os dados qualitativos e quantitativos foram coletados ao mesmo tempo, tabulados e analisados de maneira a aprofundar a discussão sobre a educação inclusiva. A integração entre os dados foi realizada ao final da pesquisa para identificar convergências e divergências. No início da pesquisa estava estabelecido como procedimento metodológico um estudo comparativo entre duas escolas, na qual uma seria detentora de recursos e subsídios necessários para a efetivação da inclusão e outra, sem esses recursos, para que pudesse estabelecer um paralelo a partir dos resultados do desenvolvimento que procurava traçar as características que mais influenciavam e intensificavam a efetivação da escola inclusiva. Entretanto, no cenário atual vivemos a situação de uma pandemia devido ao novo Corona vírus, e a situação de lockdown impossibilitando que a pesquisa acontecesse como proposto no início, foi necessário repensar os procedimentos metodológicos e o tipo de estudo, coletando dados de diferentes escolas e não apenas de duas, como de início se pensara, a fim de tomar um construto em torno de “escolas do município de Franca (SP)” e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição da construção da escola inclusiva. Assim, o desenho do estudo foi reconfigurado como estudo descritivo de caso das escolas do município de Franca (SP).

Dessa forma, a utilização do método quanti/quali traz a objetividade das respostas tendo em vista que a análise recorreu a um enfoque quantitativo num primeiro momento, e depois, na busca de uma maior compreensão sobre o assunto, foi realizada uma análise qualitativa a partir da entrevista, buscando analisar e compreender os aspectos mais profundos da construção da escola inclusiva.

O projeto de investigação foi submetido à Plataforma Brasil, tendo obtido Parecer Substanciado favorável (Anexo 1).

4. Objetivos

O objetivo proposto para esta pesquisa é o de identificar e analisar as principais características que transformam uma escola mais favorável à inclusão, o quanto a formação do professor interfere na melhoria da inclusão e da aprendizagem. Em uma análise mais aprofundada, realizou-se no município de Franca (SP), considerando aspectos sociais e qualidade do ensino oferecido a esses alunos, e compreendendo como ocorre o processo de inclusão, além de verificar seus desafios e perspectivas de desenvolvimento.

i. Objetivos Específicos

01. Verificar se o município de Franca (SP) empreende as políticas nacionais destinadas à inclusão.
02. Analisar o desenvolvimento da escola inclusiva, observando as possíveis barreiras e quais aspectos são facilitadores do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.
03. Relacionar a formação e conhecimento do professor e equipa educacional com o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

5. População e Amostra

i. População

A pesquisa foi realizada no município de Franca, no Estado de São Paulo, Brasil, com gestores e professores das turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em Escolas da Rede Pública Municipal. A pesquisa teve inicialmente o objetivo de identificar e analisar a formação dos professores de ensino fundamental I de 1º ao 5º ano, e verificar o que o município vem realizando quanto à inclusão na rede municipal. Observaram-se as influências no ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, a partir do tipo de formação que seu professor possui, e o quanto isso auxilia ou prejudica no desenvolvimento da aprendizagem. Tendo em vista um aprofundamento maior, busca-se evidenciar os problemas que se tornam obstáculos a que a inclusão aconteça.

ii. Amostra

A escolha intencional da amostra ocorreu ante o objetivo de assegurar que o pesquisador não se dirija à “massa”, isto é, a elementos representativos da população geral, mas sim, aqueles que melhor atendem os objetivos da pesquisa (Marconi e Lakatos, 2012b, p. 38).

Dessa forma os sujeitos que melhor atendem o universo da pesquisa são:

- Professores da sala de aula regular; e da sala de recurso quando houver;
- Diretor de escola;
- Coordenador da Educação Inclusiva do Município; (Divisão de inclusão do Município).

A amostra foi composta por professores da rede municipal de ensino, que vivenciavam ou não as práticas inclusivas do processo de inclusão, gestores escolares e gestores da Secretaria Municipal de Educação.

O município de Franca (SP) possui atualmente 26 escolas municipais de Ensino Fundamental que atendem 9.811 alunos matriculados do 1º ao 5º ano. Dessas escolas, apenas 12 possuem alunos com necessidades educacionais especiais matriculados, somando um total de (404) alunos. Para proporcionar um suporte pedagógico para esse público, o município possui 21 salas de recursos multifuncionais que realizam o atendimento educacional especializado.

A partir desses dados foram selecionadas para formar as amostras, escolas com salas de recurso multifuncional, nas quais procurou-se ouvir professores, gestores escolares e gestores da Secretaria de Educação. Na amostragem por acessibilidade, selecionam-se “os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam [...] representar o universo” (Gil, 2008, p. 94).

Dessa forma, a amostra é formada por um total de (34) participantes, sendo (25) docentes, (5) gestores escolares e (4) gestores educacionais da Secretaria de Educação Municipal, os quais se dispuseram a responder aos questionários.

iii. Perfil dos Participantes

Foram inquiridos professores, gestores e secretários da educação que trabalham nas escolas no município de Franca. A população (universo) sobre a qual incide esse estudo é constituída por docentes dos dois ciclos do ensino fundamental por professores do Atendimento Educacional Especializado, todos esses professores da educação básica.

A tabela 1 representa o perfil da amostra dos participantes deste estudo em relação ao sexo, tempo de instituição, formação especial, titulação.

Tabela 1 - Perfil dos Participantes

		Escola		Professores		Gestores educacionais da Secretaria de Educação		Geral	
		n	%	n	%	n	%	n	%
Sexo	Feminino	5	100%	25	100%	4	100%	34	100%
	Masculino	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Departamento	Gestão Escolar	5	100%	1	4,0%		0,0%	6	17,6%
	Gestão-Secretaria da Educação Municipal		0,0%		0,0%	4	100%	4	11,8%
	Professor/a		0,0%	24	96,0%		0,0%	24	70,6%
Maior titulação	Especialista	1	20,0%	7	28,0%	2	50,0%	10	29,4%
	Graduação	3	60,0%	18	72,0%	2	50,0%	23	67,6%
	Mestre (a)	1	20,0%		0,0%		0,0%	1	2,9%
Tempo de trabalho na instituição	Menos de 1 ano		0,0%	1	4,0%		0,0%	1	2,9%
	Entre 1 e 5 anos	2	40,0%	1	4,0%		0,0%	3	8,8%
	Entre 5 a 10 anos		0,0%	4	16,0%		0,0%	4	11,8%
	Entre 10 a 20 anos	2	40,0%	13	52,0%	2	50,0%	17	50,0%
Quantas atividades de	Mais de 20 anos	1	20,0%	6	24,0%	2	50,0%	9	26,5%
	1 a 2 formações		0,0%	3	12,0%		0,0%	3	8,8%
	3 a 4 formações		0,0%	12	48,0%		0,0%	12	35,3%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

participa por ano	7 a 8 formações	0,0%	3	12,0%	0,0%	3	8,8%	
	9 a 10 formações	0,0%	1	4,0%	0,0%	1	2,9%	
	Mais de 10 formações	0,0%	6	24,0%	0,0%	6	17,6%	
	Não se aplica	5	100%	0,0%	4	100%	9	26,5%
Na sua graduação cursou disciplinas voltadas para educação especial? Se sim, qual?	Não	0,0%	13	52,0%	0,0%	13	38,2%	
	Sim. Educação especial	0,0%	12	48,0%	0,0%	12	35,3%	
	Não se aplica	5	100%	0,0%	4	100%	9	26,5%
Tem formação específica em educação especial? Se sim, quais??	Não	0,0%	21	84,0%	0,0%	21	61,8%	
	Sim. Deficiência visual	0,0%	1	4,0%	0,0%	1	2,9%	
	Sim. DM	0,0%	1	4,0%	0,0%	1	2,9%	
	Sim. Educação especial	0,0%	1	4,0%	0,0%	1	2,9%	
	Sim. Educação inclusiva	0,0%	1	4,0%	0,0%	1	2,9%	
	Não se aplica	5	100%	0,0%	4	100%	9	26,5%
Nome da Escola	A	0,0%	1	4,0%	0,0%	1	2,9%	
	B	2	40,0%	4	16,0%	0,0%	6	17,6%
	C	1	20,0%	17	68,0%	0,0%	18	52,9%
	D	0,0%	1	4,0%	0,0%	1	2,9%	
	E	2	40,0%	0,0%	0,0%	2	5,9%	
	F	0,0%	1	4,0%	0,0%	1	2,9%	
	G	0,0%	1	4,0%	0,0%	1	2,9%	
	Secretaria da Educação	0,0%	0,0%	4	100%	4	11,8%	

Os participantes são 100% do gênero feminino, contando conforme se apresenta o gráfico 1.

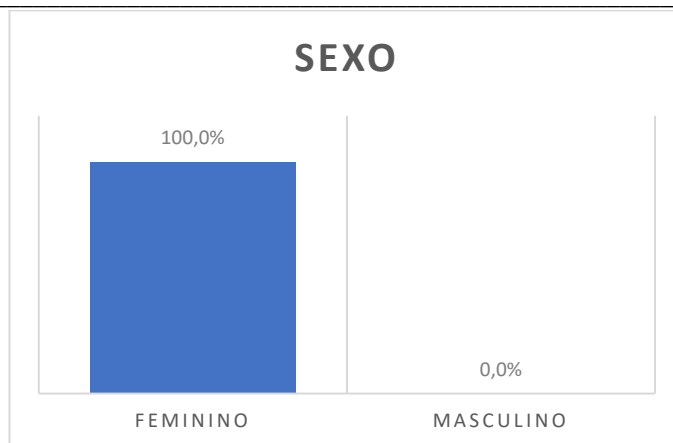


Gráfico 1 - Sexo dos participantes

De acordo com o gráfico 2: 70,6% dos inquiridos, ou seja, a maioria não possui experiência em direção ou coordenação pedagógica, sendo professores, enquanto 11,8% dos docentes possuem experiência com gestão na secretaria da educação municipal e 17,6% como gestores em escolas.

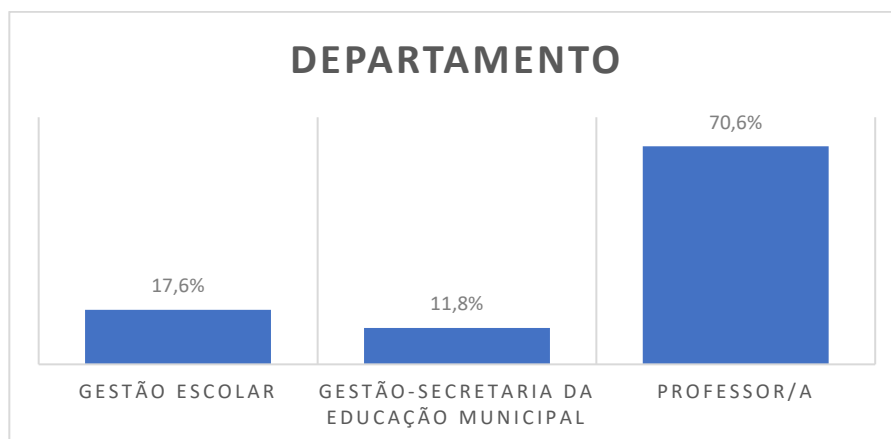


Gráfico 2 – Departamento de atuação dos participantes

Em observância ao gráfico 3, constatamos que dentre os inquiridos a maioria representada por 67,6% possui o Ensino Superior completo, 29,4% possui Pós-Graduação Latu Sensu como seu maior nível de formação e apenas 2,9% dos inquiridos possuem o Mestrado.

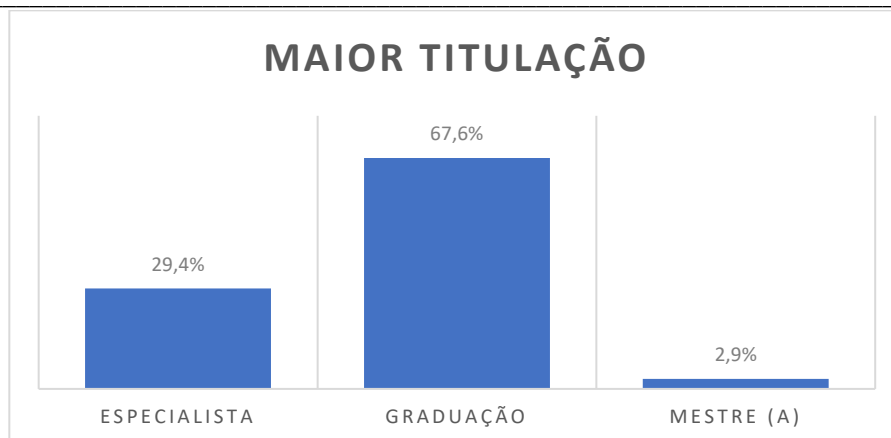


Gráfico 3– Maior titulação

Quanto à experiência dos inquiridos destacamos que o grupo se divide da seguinte forma de acordo com a aferição apresentada no gráfico 4: 26,5% possuem mais de 20 anos de trabalho, 50,0% dos inquiridos possuem de 10 a 20 anos de experiência, 11,8% dos pesquisados possuem de 5 a 10 anos, 8,8% possuem de 1 a 5 anos e 2,9% possuem menos de 1 ano de experiência de trabalho na educação.

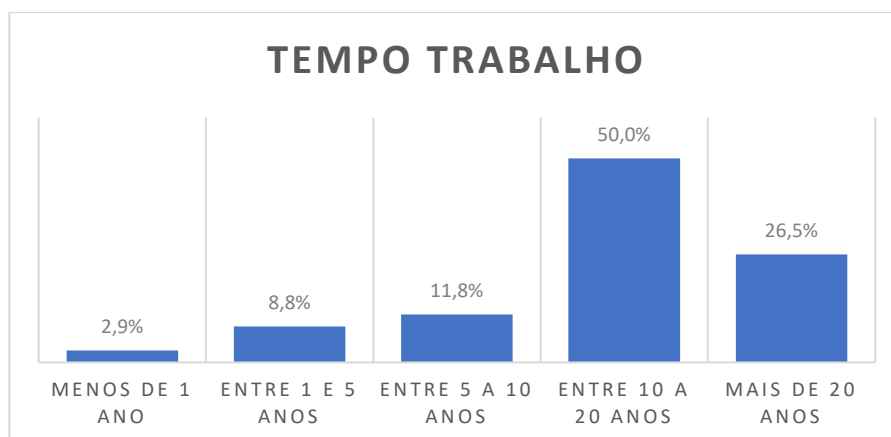


Gráfico 4 – Tempo de trabalho dos participantes

A maioria dos participantes realiza de 3 a 4 formações durante o ano (35,3%), seguidos das pessoas que realizam mais de 10 formações (17,6%), as outras porcentagens são como mostra o gráfico 5.

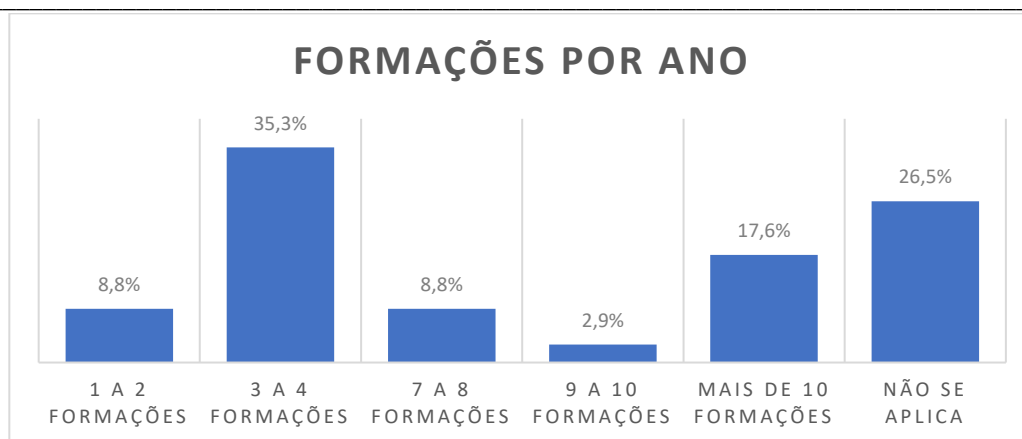


Gráfico 5 – Formação por ano dos participantes

Quanto à formação específica a maioria dos participantes não possui formação, sendo representado por 61,8% dos participantes, em deficiência visual, educação especial, educação DM e educação inclusiva, se tem a porcentagem de 2,9%, conforme exposto no gráfico 6.

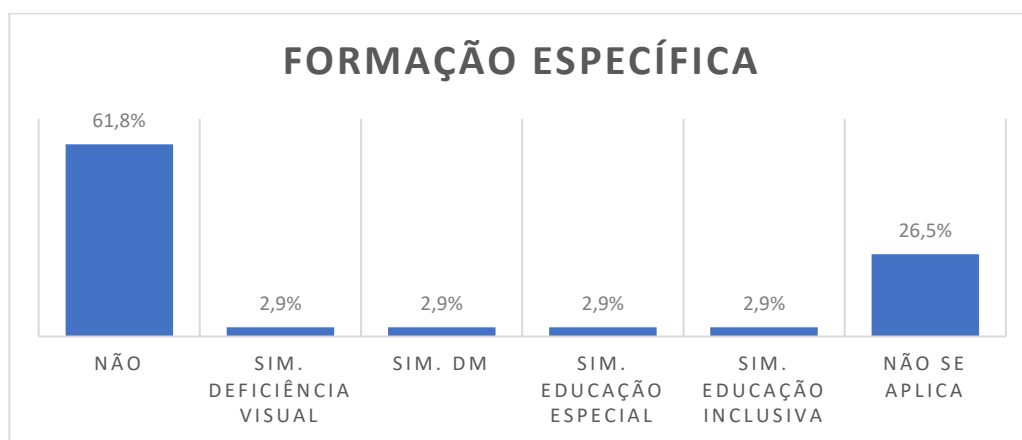


Gráfico 6 – Formação Específica dos Participantes

Durante a graduação dos professores inquiridos no Ensino Superior é possível constatar que 38,2% não realizou disciplinas voltadas para educação especial e 35,3% cursou a disciplina, conforme mostra o gráfico 7.

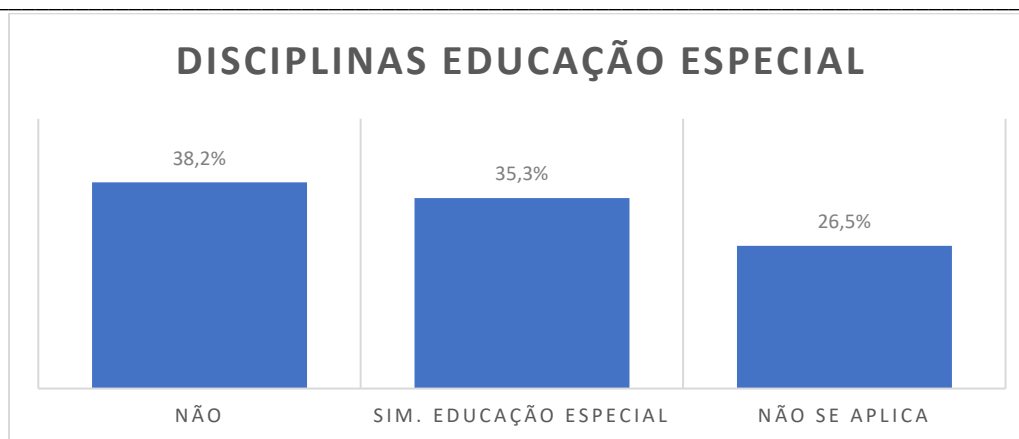


Gráfico 7 – Disciplina específica

A pesquisa foi proposta entre os docentes de escolas nas diversas regiões geográficas do município de Franca, com o objetivo de traçar um perfil que contemplasse o atendimento a diferentes públicos, mas como a adesão era voluntária, o resultado em participação na pesquisa foi ao final apresentado como demonstrado no gráfico 8. Observa que 52,9% dos entrevistados são da escola C, 17,6% da escola B, da Secretaria de educação 11,8% e 5,9% da E. Como minoria, a porcentagem de 2,9% das escolas A, B, F e G.

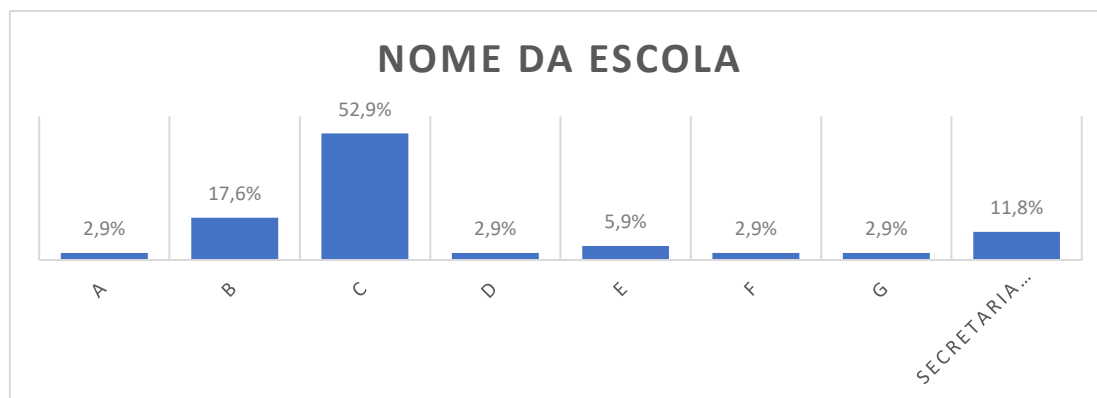


Gráfico 8 – Nome da Escola (Classificadas com A,B,C para preservar a identidade)

6. Procedimento de coleta de dados e informação, análise e interpretação

Para esta pesquisa foi utilizado para coleta de dados o questionário que suporta a técnica de inquirição, uma “técnica de investigação composta por um conjunto de

questões submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, [...] etc.” (Gil, 2008, p. 121). Para a amostra de docentes utilizam-se 15 questões fechadas e 2 dependentes, totalizando 17 questões, como pode ser visto no anexo (3). Foram aplicados entre o mês de março e abril de 2020, quando a pesquisadora participou dos encontros pedagógicos realizados uma vez por semana, reuniões pedagógicas realizadas com diretores, pedagogas, coordenadoras, realizadas na Secretaria de Educação; por fim, com as superintendentes regionais de Ensino, utilizou-se também um relatório de observação realizado pela pesquisadora, como registro consolidando os resultados da pesquisa. As perguntas fechadas possibilitam ao respondente escolher uma alternativa fornecida pelo autor, conferindo maior uniformidade às respostas, facilitando a aplicação e análise estatística. Em contrapartida, as respostas podem dispor de informações reduzidas que possibilitem concluir de forma simplificada (Gil, 2008).

Quanto às questões dependentes, “há perguntas que só fazem sentido para alguns respondentes” (Gil, 2008, p. 123), pois dependem obrigatoriamente da função que realizam. Na elaboração das questões fechadas, optou-se pela utilização das escalas do tipo *Likert*, de cinco pontos, e *Phrase Completion*. Desenvolvida por *Rensis Likert*, “a escala de verificação de *Likert* consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância” (Silva Júnior; Costa, 2014, p. 05), como pode ser visto na Tabela 2. Tendo como vantagem a simplicidade do manuseio, considera-se a facilidade de o respondente emitir um grau de concordância sobre determinada questão.

Tabela 2 – Exemplo da Escala Likert de cinco pontos

O uso de tecnologias digitais contribui para o aperfeiçoamento da formação profissional				
1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Já a escala *Phrase Completion* foi desenvolvida por Hodge e Gillespie com um padrão de mensuração de 11 pontos (0 a 10), onde “o 0 tem associação com a ausência

de atributo, enquanto o 10 tem relação com a intensidade máxima de sua presença” (Silva Júnior; Costa, 2014, p. 06), como pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3 – Exemplo da Escala *Pharse Completion*

De zero a dez, qual a sua proximidade com a temática Indústria 4.0?										
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Baixa intensidade			Intensidade moderada					Alta intensidade		

De zero a dez, qual o seu nível de satisfação com as estratégias de inclusão realizadas nas escolas?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

A intensidade do construto é mensurada na própria escala, sendo de fácil interpretação por parte do respondente, uma vez que essa referência de escala é mais familiar às pessoas (Silva Júnior; Costa, 2014).

Após coletar os dados, foram tabulados, organizados e categorizados de modo a permitir uma análise mais sistemática, por meio da análise da escala. Dessa forma, buscou-se averiguar o ponto de vista dos docentes, gestores escolares e gestores da Secretaria da Educação, a partir das frequências absolutas e relativas das variáveis quantitativas e qualitativas.

Foi utilizado de forma simultânea o guião de entrevistas, com perguntas abertas com alguns participantes que se colocaram à disposição para complementar as informações, de forma a garantir a complementariedade do estudo aprofundando a discussão sobre educação inclusiva. A integração entre os dados foi realizada ao final da pesquisa para identificar convergências e divergências. A entrevista foi subdividida em blocos assim como o questionário. Os blocos analisados seguiram o padrão de discussão sobre as Políticas Públicas desenvolvidas para educação inclusiva, Trabalho colaborativo entre escola e equipe multidisciplinar, Desenvolvimento da Meta 4 - Uma Escola Plural, características importantes para construção da escola inclusiva e sobre a

Construção de valores e cidadania por meio da inclusão, pensando na importância de desenvolver uma sociedade baseada na inclusão e democracia.

As entrevistas e questionários foram submetidos a testes e validação antes de sua aplicação de fato, para que se observassem os pontos falhos a fim de melhorá-los de forma a coletar dados mais próximos à realidade vivida quanto à inclusão.

Considerando a revisão de literatura e a estratégia de estudo de caso, foram definidas as categorias e elementos de análise: o Perfil dos respondentes, a caracterização da escola (está apenas para docentes e gestores escolar), Compreensão das Políticas Públicas realizadas no município de Franca, o Desenvolvimento da meta 4, como meio de estruturação e garantia do direito à educação básica com qualidade e, por fim, última categoria de análise à estruturação e ao desenvolvimento de uma escola inclusiva, buscando compreender os elementos necessários para garantir o direito educacional de alunos com necessidades especiais.

De modo a buscar a essência presente nos dados, informações e evidências, detalhadamente se utilizou como técnica a Análise Descritiva dos dados para o questionário que, por meio de métodos de Estatística Descritiva, permitiu “organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos” (Reis, 2002, p.5).

E, para a entrevistas, foi utilizada como metodologia a análise de conteúdo, baseada nas expressões mais utilizadas, agrupando em categorias, para focalizar temas, padrões e conceitos, permitindo perceber certas nuances que, no decorrer da conversa, possa ter passado despercebido como, por exemplo, a preferência por determinadas expressões por parte de cada entrevistado. Conforme Gil (2002), a linguagem não é um meio neutro de refletir ou descrever o mundo, já que o discurso tem importância central na construção da vida social. Esgotando a fase da exploração do material, foram realizadas a codificação e classificação das amostras, de modo a dialogar com as hipóteses iniciais e os blocos de respostas do questionário.

A utilização simultânea dos dois procedimentos facilitou a elaboração das ideias conclusivas acerca dos resultados da pesquisa, tendo em vista que ao descrever detalhadamente, citações diretas das experiências expressas pelos inquiridos, auxilia no aprofundamento das percepções sobre a inclusão no município de Franca (SP).

7. Apresentação e Discussão dos Resultados

i.. Resultados dos questionários

Os resultados obtidos no inquérito por questionário serão apresentados com base nas tabelas criadas a partir dos Blocos do questionário e esses, com seus respectivos objetivos.

Iniciaremos a análise traçando o perfil das escolas e dos participantes da pesquisa. De acordo com a tabela 2, dos professores que participaram do questionário, 91,18% lecionam para os alunos do 1º ao 5º ano (1º segmento do Ensino fundamental da Educação Básica) e 8,82% dos participantes são docentes no nível infantil.

Tabela 4 - Perfil das Escolas

		Geral	
		n	%
Tipo de atendimento	Ensino Fundamental 1 ao 5		
	ano	31	91,18%
	Infantil	3	8,82%
	Não se aplica	4	11,76%
	15	1	2,94%
	20	1	2,94%
	23	1	2,94%
	24	2	5,88%
	25	1	2,94%
	26	3	8,82%
Quantidade de aluno matriculado	50	1	2,94%
	300	1	2,94%
	342	2	5,88%
	440	12	35,29%
	500	1	2,94%
	537	2	5,88%
	539	1	2,94%
	550	1	2,94%
Atende aluno com necessidades educacionais especiais?	Não	9	26,47%
	Sim	25	73,53%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	0	8	23,53%
	1	5	14,71%
	3	2	5,88%
	5	1	2,94%
	6	2	5,88%
Se sim, quantos?	8	1	2,94%
	10	1	2,94%
	11	8	23,53%
	13	2	5,88%
	15	3	8,82%
	16	1	2,94%

Ainda de acordo com a tabela 2: a dimensão mais frequente (referida por 35,29% dos participantes) dessas escolas é de 440 alunos matriculados. A escola com menor quantidade de alunos possui 15 alunos matriculados e a escola com maior quantidade, 550 alunos matriculados.

Além disso, a percentagem de 73,53% dessas escolas atende alunos com necessidades educacionais especiais. A situação mais frequente é a quantidade de alunos com necessidades especiais atendidos ser de 11 alunos (o que ocorre em 23,53% das escolas referidas).

Para o primeiro objetivo específico: **Verificar se o município de Franca (SP) empreende as políticas nacionais destinadas à inclusão**, o bloco III dos questionários contribuindo para a resposta deste objetivo:

Bloco III – Políticas Públicas

Nas tabelas 5, 6 e 7 do Anexo 03 são apresentados os resultados de aplicação do Bloco III do Questionário aos três grupos de inquiridos (gestores escolares, professores e gestores da Secretaria Educacional). Nas tabelas 14, 15, 16 e 17 do Anexo 04 são apresentados os resultados da aplicação do Bloco III do Guião de Entrevista aos três grupos de entrevistados.

Interpretação de resultados da Tabela 5 – Políticas Públicas destinadas à inclusão (Gestores escolares)

A tabela 5 (Anexo 03) descreve estatisticamente a percepção dos gestores escolares quanto às Políticas Públicas implantadas para o desenvolvimento da inclusão nas escolas.

Algumas das afirmações congregaram forte unanimidade.

A questão 1 fala sobre *“Barreiras que impedem a implantação da inclusão”*. Observa-se que a gestão escolar considera como as barreiras mais importantes para implantação da educação inclusiva nas escolas, as Barreiras arquitetônicas (referidas por 100% dos gestores) e a Formação do professor (100%).

Para a *“03- construção do Plano Municipal da Educação”*, os gestores afirmam que houve participação da Equipe de Coordenadores Pedagógicos (referida por 60,0% dos gestores inquiridos) e Supervisão Escolar (40,0%).

Em relação ao *“04- tipo de formação continuada voltada para a inclusão, que já foi proporcionada”*, os gestores das escolas afirmam que são realizados Encontros para discussão por área (80%); Palestras (60%) e Oficinas/workshops (40%).

Na opinião dos gestores das escolas para a pergunta *“06-Tendo em vista que o município de Franca SP vem atingindo as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, assinale quais estratégias de ensino e aprendizagem você julga satisfatórias para os bons resultados?”* os gestores escolares afirmam que as Diferentes metodologias (80,0%) e a Formação de Professores (20%), sejam importantes para inclusão.

Em relação *“07- número de alunos com necessidades especiais que são atendidos nas escolas”* são citados Entre 5 e 10 alunos (40,0%) e Entre 10 e 15 alunos (60,0%), por se tratar de mais de uma escola inquirida.

As opiniões são mais contrastadas em relação às seguintes afirmações:

Quanto à “02 - *articulação entre os Planos nacional, Estadual e Municipal de Educação*” (40,0%) dos gestores das escolas avaliam como 8 e um gestor como 9 (20,0%). Dois gestores também avaliam com uma nota baixa, de 2 pontos (40,0%) indicando assim que para estes é escassa a articulação dos planos.

Quanto ao “05- *nível de satisfação com as estratégias de inclusão que são realizadas nas escolas*”, observa-se que a maior parte dos gestores das escolas inquiridos estão satisfeitos: responderam atribuindo 8 pontos (40,0%) e 9 pontos (20,0%). Mas dois dos gestores responderam com um nível de satisfação baixo, de 2 pontos (40,0%).

Não houve discordância quanto à importância das Políticas Públicas citadas.

Interpretação de resultados da Tabela 6 – Políticas Públicas destinadas à inclusão (Professores)

A tabela 6 (Anexo 03) descreve estatisticamente a perceptiva dos professores quanto às Políticas Públicas implantadas para o desenvolvimento da inclusão nas escolas.

Algumas das afirmações congregaram forte unanimidade.

Sobre as “01- *barreiras mais importantes para implantação da educação inclusiva nas escolas*” a maioria dos professores compreende que suas maiores barreiras são: falta da equipe de apoio (fono, fisio, psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social) com (96,0%), formação do professor com (88,0%) e acessibilidade arquitetônica com (80,0%).

Quanto aos “02-*itens que já são utilizados pela escola*” um vasto conjunto de professores considera que já é feita a flexibilização do currículo com (52,0%), acessibilidade tecnológica (32,0%), e avaliação diferenciada atendendo às necessidades dos alunos especiais com (28,0%).

Para a “03- *construção do Plano Municipal da Educação*”, os professores afirmam que houve maior participação da Equipe de Coordenadores Pedagógicos (28,00%), Equipe de diretores escolares (20,00%) e Supervisão Escolar (20,00%).

Em relação aos “04- *tipo de formação continuada voltada para inclusão, que já foi proporcionada aos profissionais escolares formação para que atendam de forma adequada os alunos com necessidades especiais*” os professores afirmam que são necessárias Palestras (84,0%); Análise e observação de aula (24,0%) e observação da aula pelo coordenador pedagógico (24,0 %), para cursos de especialização apenas (8,0%) respondem que Curso de especialização seria importante. Outras formações tiveram apenas uma citação por parte dos inquiridos: Análise de pesquisa científica; Congressos; Encontros para discussão por área; Seminários de pesquisa.

Sobre “06- *Para o município de Franca (SP) atingir as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, relacionando a quais estratégias de ensino e aprendizagem julgam satisfatórias para bons resultados?*” os professores afirmam ser a Formação de professor (36,00%); o Uso de materiais concretos (20,00%); Diferentes metodologias (16,00%) e Material didático adequado (16,00%).

Em relação “07-*ao número de alunos com necessidades especiais atendidos nas escolas*” o valor mais citado é]10 a 15] alunos (60,00%).

Quanto “08-*ao desenvolvimento da escola nos resultados do IDEB*” os professores afirmam que a avaliação está entre 7,0 a 7,5 (48,00%). São minoritárias as escolhas entre 5,0 a 5,5 (4,00%), 6,0 a 6,5 (32,00%), e 8,0 a 8,5 (16,00%).

As opiniões são mais contrastadas em relação às seguintes afirmações:

Quanto à afirmativa “12 -*Considera as tecnologias de apoio importantes para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais.*”, observa-se que 48,00% dos inquiridos concordam totalmente com a tecnologia ser importante para o desenvolvimento da inclusão e 48,00% concorda parcialmente.

Em relação a “12.1- *as tecnologias que poderiam ajudar*” são citadas: Jogos (28,00%); Notebook/Computadores (20,00%); Material interativo (8,00%), citados como recursos importantes para o desenvolvimento da inclusão. Enquanto Mais Tecnologias Audiovisual; Aulas adaptadas; Monitores especializados que os atendam individualmente; Profissional especializado e materiais concretos; Teclado alternativo; livros e publicações em áudio, planilhas eletrônicas, sublinhadores e organizadores gráficos, softwares para reconhecimento de fala, leitores de tela e sintetizadores de voz e a mesa digital receberam 4,00% de votos cada um.

Discordância quanto às Políticas Públicas e práticas de inclusão pode-se observar na afirmação:

Quanto a “10-*permanência das crianças com NEE em unidades especializadas*” 40,00% dos inquiridos consideram que crianças com necessidades educacionais especiais devem permanecer nas unidades de ensino especializado como APAE.

As opiniões mais contrastadas aparecem em relação às seguintes afirmações:

Sobre “09-*a escola regular não está preparada para atender alunos com necessidades educacionais especiais*” (24,00%) dos professores avaliam com nota 2 na escala de 0 a 10, que a escola não esteja preparada para atender alunos com necessidades especiais, ao mesmo tempo que (24,00%) dos professores com nota 4, na escala, acreditam estar preparados para atender esses alunos. “9.1-*Os entraves apontados*”: Falta de formação da equipe de apoio especializado (40,0%), Falta de formação para professores (24,0%) e Falta de estrutura e tecnologias (12,0%).

Discordância quanto à importância das Políticas Públicas citadas:

Em relação a “05- *avaliação do nível de satisfação com as estratégias de inclusão que são realizadas nas escolas*”, podemos observar que a maior parte dos professores não estão satisfeitos e há maior quantidade de respostas abaixo de 5 pontos: 0 (12,00%); 1 (12,00%); 2 (12,00%); 3 (8,00%); 4 (20,00%); 5 (20,00%); 6 (8,00%); 7 (4,00%); 10 (4,00%).

Quanto à afirmativa “11-*Considera que a inclusão de crianças com necessidade educacional no ensino regular é um fator prejudicial as outras crianças sem necessidades educativas especiais?*.”, observa que (8,00%) dos inquiridos concordam totalmente, (16,00%) concorda parcialmente, (4,00%) são indiferentes, (16,00%) discordam parcialmente e 56,00% discordam totalmente.

Interpretação de resultados da Tabela 7 – Políticas Públicas destinadas à inclusão (Gestores da Secretaria de Educação)

A tabela 7 (Anexo 03) descreve estatisticamente a perceptiva dos gestores da Secretaria de Educação quanto às Políticas Públicas implantadas para o desenvolvimento da inclusão nas escolas.

Várias das afirmações congregaram forte unanimidade.

Sobre as “01- *barreiras mais importantes para implantação da educação inclusiva nas escolas*” os gestores da Secretaria de Educação compreendem que todas as barreiras citadas dificultam a implantação da escola inclusiva, como se pode observar em Acessibilidade Tecnológica (100,0%), barreiras arquitetônicas (100,0%), barreiras informacionais (100,0%), barreira urbanística (100,0%), Equipe de apoio (fono, fisio, psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social) (100,0%) e formação do professor (100,0%).

Sobre “02- *articulação do Planos Nacionais, Estadual e Municipais*”, 25,00% dos inquiridos avaliam com nota, na escala, de 5 pontos, e 75,00% avaliam com nota de 8 pontos.

Quanto a “03- *a construção do Plano Municipal da Educação*”, os Gestores da Secretaria de Educação consideram que houve participação da Equipe de Coordenadores Pedagógicos (referida por 50,00% dos participantes), pela Equipe de Diretores Escolares (25,00%) e Supervisão Escolar (25,00%).

Em relação aos “04- tipos de formação continuada voltada para inclusão, já foi proporcionado aos profissionais escolares para que atendam de forma adequada os alunos com necessidades especiais”, os gestores da Secretaria de Educação afirmam, com igual peso (100,0%), que são necessários Encontros para discussão por área; Palestras; Oficinas/workshop; Análise de pesquisa científica; Observação à aula por parte do coordenador pedagógico; Análise e observação de aula; Congressos; Seminários de pesquisa.

Sobre “05- a avaliação do nível de satisfação com as estratégias de inclusão que são realizadas nas escolas”, podemos observar que 100% dos inquiridos avaliam com nota de 7 pontos na escala.

Quanto à pergunta “06- atingir as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, quais estratégias de ensino e aprendizagem você julga satisfatórias para os bons resultados?” os gestores da secretaria de educação afirmam com Incentivo à leitura e escrita de bons textos (25,00%); Uso de materiais concretos (50,00%) e Uso de tecnologias (25,00%).

Sobre “ 07- o número de alunos com necessidades especiais atendidos em sua escola.” Não se aplica ao gestores da Secretaria de educação.

Em relação “08-ao nível do desenvolvimento da escola nos resultados do IDEB”, 100,00% dos inquiridos afirma que está entre 7,00 e 7,50.

Para as respostas dos gestores da Secretaria de Educação não houve discordância quanto às Políticas Públicas e práticas de inclusão, como não houve contrastes nas opiniões.

Quadro 2 - Matriz 3 Comparativa das Perceptivas – Políticas Públicas destinadas à inclusão

	Gestores de Escola		Professores		Gestores da Secretaria de Educação	
	Escolha maioritária	%	Escolha maioritária	%	Escolha maioritária	%
1. Enumere de 1 a 8, o que você considera serem barreiras mais importantes para implantação da inclusão escolar.	Barreiras arquitetônicas e Formação do professor	100,0% 100,0%	Equipe de apoio Formação de professor	96,00% 88,0%	Acessibilidade Tecnológica; barreiras arquitetônicas; barreiras informacionais Equipe de apoio e formação do professor	100,0% Cada opção.
2. Numa escala de 0 a 10, qual o grau de articulação entre os Planos nacional, Estadual e Municipal de Educação?	Valor 8 na escala Valor 2 na escala	40,0% 40,0%	Não se aplica	—	Valor 8 na escala	75,00%
3. Para a construção do Plano Municipal de Educação, quem foram os participantes?	Equipe de Coordenadores Pedagógicos gestores e Supervisão Escolar	60,0% 40,0%	Coordenadores Pedagógicos Equipe de diretores escolares	28,00% 20,00%	Equipe de Coordenadores Pedagógicos	50,00%
4. Que tipo de formação continuada voltada para inclusão, já foi proporcionada aos profissionais escolares para que atendam de forma adequada os alunos com necessidades especiais? (É possível selecionar mais de uma opção)	Encontros para discussão por área E Palestras	80,0% 60,0%	Palestras Análise e observação de aula	84,0% 24,0%	Encontros para discussão por área; Palestras; Oficinas/workshop Análise de pesquisa científica; Observação à aula por parte do coordenador pedagógico; Análise e observação de aula; Congressos; Seminários de pesquisa.	100,0% Cada opção
5. De zero a dez, qual o seu nível de satisfação com as estratégias de inclusão que são realizadas nas escolas?	Valor 8 na escala Valor 2 na escala	40,0% 40,0%	Valor 4 na escala Valor 5 na escala	20,00% 20,00%	Valor 7 na escala	100%
6. Tendo em vista que o município de Franca SP vem atingindo as metas propostas pelo	Diferentes metodologias	80,0%	Formação de professor	36,00%	Uso de materiais concretos	50,00%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Plano Nacional de Educação, assinale quais estratégias de ensino e aprendizagem você julga satisfatórias para os bons resultados			Uso de matérias concretos	20,00%	Incentivo à leitura e uso da tecnologia	25,00%
7. Na sua escola qual o número de alunos com necessidades especiais são atendidos?	Entre 10 e 15 alunos	60,0%	Entre 10 e 15 alunos	60,0%	Não se aplica	_____
8. Qual o desenvolvimento da escola nos resultados do IDEB?	Nota de 7,0 a 7,5	48,00%	Nota de 7,0 a 7,5	48,00%	Nota de 7,0 a 7,5	100,00 %
9. De zero a dez a escola regular está preparada para atender alunos com necessidades educacionais especiais?	Não se aplica	_____	Valor 2 na escala	24,00%	Não se aplica	_____
			Valor 4 na escala	24,00%		
9.1. Por quê?	Não se aplica	_____	formação da equipe de apoio especializado.	40,00%	Não se aplica	_____
			Falta de formação para professores	24,00%		
10. De zero a dez, acha que crianças com necessidades educacionais especiais devem permanecer nas unidades de ensino especializado como APAE?	Não se aplica	_____	Valor 5 na escala	40,00%	Não se aplica	_____
			Valor 7 na escala	24,00%		
11. Considera que a inclusão de crianças com necessidade educacional no ensino regular é um fator prejudicial as outras crianças sem necessidades educativas especiais?	Não se aplica	_____	discordam totalmente	56,00%	Não se aplica	_____
12. Considera as tecnologias de apoio importantes para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais?	Não se aplica	_____	concordam totalmente	48,00%	Não se aplica	_____
			concordam parcialmente.	48,00%		

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

12.1 Qual (is) tecnologias mais te ajuda?	Não se aplica	—	Jogos	28,00%	Não se aplica	—
			Notebook/Computadores	20,00%		

Como se verifica na matriz acima a comparação de resultados obtidos nos 3 segmentos da amostra enriquece a compreensão da situação.

Numa leitura vertical da matriz constata-se unanimidade na concordância de todos os Gestores Educacionais da Secretaria da Educação quanto ao que consideram ser barreiras para a implementação da inclusão obtendo a mesma percentagem para cada opção. Concordam que todos os tipos de formação de professor citados na pesquisa são importantes e concordam quanto ao nível de desenvolvimento das escolas em relação a resultados do IDEB.

Já quanto aos Gestores Escolares a unanimidade nas respostas também foi sobre as barreiras para implantação da inclusão obtendo a mesma percentagem para barreiras arquitetônicas (100,00%) e formação do professor (100,00%).

Quanto aos professores, a maior percentagem de concordância foi sobre as barreiras para implantação da inclusão, obtendo 96,00% falta da equipe de apoio e 88,00% na formação do professor.

Passando ao cruzamento de perceptivas dos 3 segmentos da amostra, verifica-se que algumas das afirmações congregaram forte unanimidade entre os gestores inquiridos que, só nalguns casos se estende aos professores.

Assim, verifica-se uma forte concordância com as afirmativas: “01- barreiras mais importantes para implantação da educação inclusiva nas escolas” os gestores da secretaria da educação acreditam que todas as opções relatadas são importantes, obtendo um total de 100,00% para cada opção; para os gestores da escola as barreiras se encontram na formação do professor 100,00% e barreiras arquitetônicas 100,00%, enquanto para os professores as maiores barreiras estão na falta de equipe de apoio

96,00% e formação do professor 88,00% , convergindo as opiniões e evidenciando a necessidade de formação do professor.

Quanto à “02 articulações entre os planos nacional, estadual e municipal” os gestores da secretaria de educação e o os gestores da escola concordam que há articulação, não se aplicando aos professores.

Para a afirmação “03- construção do Plano Municipal da Educação” os gestores da secretaria de educação, gestores da escola e professores concordam em sua maioria que houve forte participação da equipe de coordenadores pedagógicos, participando ativamente para a construção do Plano municipal.

Para a afirmação “07-ao número de alunos com necessidades especiais atendidos nas escolas” os gestores da escola, os professores e gestores da Secretaria de Educação, concordam que atendem entre 10 e 15 alunos com necessidades educacionais especiais, não se aplicando aos gestores dela.

E, por fim, para afirmação “08-ao desenvolvimento da escola nos resultados do IDEB” os gestores da escola, gestores da secretaria de educação e professores concordam que o desempenho das escolas acha-se entre a nota 7,0 e 7,5; resultado considerado satisfatório por alcançar as metas propostas quanto às avaliações externas.

Para a afirmativa “12 *Considera as tecnologias de apoio importantes para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais?*.” 48 % dos professores concordam totalmente e 48% concordam parcialmente com a afirmação.

As opiniões são mais contrastadas em relação às seguintes afirmações.

Em relação aos “04- *tipo de formação continuada voltada para inclusão, que já foi proporcionada aos profissionais escolares formação para que atendam de forma adequada os alunos com necessidades especiais*”. Os gestores escolares acreditam que a formação oferecida aos professores, são encontros para discussão por área 80,00%, e

palestras 60,00%, para os professores essa formação acontece por meio de palestras 84,00% e análise e observação da prática 24,00%, já que para os gestores da secretaria de educação a formação perpassa todos os itens citados na entrevista, com 100,00% cada item.

Em relação a “05- *avaliação do nível de satisfação com as estratégias de inclusão que são realizadas nas escolas*”, gestores da escola relatam sua satisfação 40% no valor 8 na escala e 40% no valor 2 na escala; para os professores a satisfação fica entre 20% no valor 4 da escala e 20% para valor 5 na escala e, por fim, para os gestores da secretaria da educação a satisfação fica no valor 7 da tabela de maneira unânime com 100% dos votos.

Sobre “06- *O município de Franca (SP) atingir as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, relacionando a quais estratégias de ensino e aprendizagem julgam satisfatórias para os bons resultados?*” 80% dos gestores escolares acreditam na estratégia de utilizar diferentes metodologias, 36% dos professores acreditam que a melhor estratégia é a formação do professor, 20% acreditam no uso de materiais concretos e, para o gestor da secretaria escolar, a satisfação fica em 50% para o uso de materiais concretos e 25% para o uso de tecnologia e forte incentivo à leitura.

Sobre as afirmações “09- *a escola regular não está preparada para atender alunos com necessidades educacionais especiais*” que se aplicou apenas ao professor; numa escala de 0 a 10, 24% dos professores acreditam no valor 2 e 24% acreditam no valor 4, quanto ao preparo da escola para as necessidades educacionais especiais. Quando questionados o que falta ao preparo das escolas 40% dos professores acreditam que ainda faltam formação da equipe de apoio e 24% formação do professor.

Quanto a “10- *permanência das crianças com NEE em unidades especializadas*” numa escala de 0 a 10, os professores apostam no valor 5 com 40%, e no valor 7, com 24%.

E, por fim, as “12.1- *as tecnologias que poderiam ajudar*” mais citadas pelos professores foram jogos com 28% e Notebook/computadores com 20%. Estas afirmações aplicaram-se apenas para os professores.

A opinião de mais discordância foi em relação às seguintes afirmações: “11- *Considera que a inclusão de crianças com necessidade educacional no ensino regular é um fator prejudicial às outras crianças sem necessidades educativas especiais?*.” 56 % dos professores discordam totalmente da afirmação.

Discussão sobre Perceptivas – Políticas Públicas destinadas à inclusão

As entrevistas de aprofundamento versaram 3 temas “Compreensão sobre o que é inclusão”, “Preparação das escolas para atender alunos com necessidades especiais” e “Articulação e um trabalho colaborativo entre a escola, os docentes e equipe de apoio”.

Em relação ao conceito de inclusão (4 dos entrevistados) adotaram o conceito da universalidade dos direitos à inclusão. Tal como o descreve P2:

P2- “Pessoas com diversas deficiências e/ou de etnias diferentes e/ou de raças diferentes convivendo e realizando atividades em um grupo de pessoas que são consideradas padrão, né! É assim que a gente vê a inclusão.”

P6 - “É o meio pelo qual os indivíduos com deficiência podem ser inseridos e integrados em todos os setores da sociedade. Essa é a minha definição! O processo de inclusão é ainda mais complexo, envolve especialista, metodologias específicas e infraestrutura, assim que vejo a definição mais completa”.

Quanto ao preparo para inclusão, 5 entrevistados reconhecem a importância da infraestrutura, para que a escola possa ser considerada inclusiva, como podemos observar:

P4- “Acredito que não. É necessário primeiramente formar o professor para atender as diversas deficiências existentes, concorda? Então, a maior dificuldade que vejo, está em oferecer um local que seja totalmente preparado para receber todo tipo de deficiência e transtorno. Isso seria maravilhoso! Pena que a realidade não condiz com o desejo.”

Outra preocupação dos participantes foi quanto à adaptação dos instrumentos pedagógicos; relataram a necessidade de ter materiais adaptados à disposição para melhorar a qualidade do trabalho, como vemos:

P2: “Acredito que existem muitas escolas preparadas, mas a minha não. Falta material pedagógico para todos os alunos, imagine aqueles que precisam de um planejamento mais específico e um material mais bem elaborado para atender a sua demanda. É muito triste! Penso que seria muito bom se todas as escolas, sem exceção, tivessem sua estrutura física e pedagógica inclusiva.”

Quanto à Articulação e um trabalho colaborativo entre a escola, os docentes e equipe de apoio” apenas 3 (dos entrevistados) acreditam no conceito de interação e colaboração. Como podemos observar:

P2: “Certamente. Nenhum segmento, sozinho, consegue garantir a inclusão na escola. É um trabalho conjunto. Mas às vezes não conseguimos ter esse trabalho. Acho que a articulação depende muito do grupo de profissionais que atuam na escola em que estamos. Mas sempre valorizei essa interação e colaboração e sempre busco fazer acontecer.”

Apenas 2 entrevistados falaram sobre articular e colaborar, restringindo na troca entre o grupo de professores, não ampliando para uma equipe multidisciplinar, ainda que seja uma troca apenas entre os profissionais da educação. Ainda assim, a troca e articulação se faz importante no diálogo sobre a inclusão, como podemos observar:

P4: “Com certeza para que a inclusão aconteça de verdade deve haver essa articulação com todos envolvidos. Não existe sucesso sem o outro. Vejo, no meu grupo de professores, um engajamento muito verdadeiro. E, no final, colhemos os frutos, que é o sucesso do aluno. Esse não é o nosso objetivo maior??? Acho que sim.”

A formação continuada aparece em maior frequência, 4 participantes citam como um fator importante para que a escola seja inclusiva e plural, que atenda a todos, independentemente de suas dificuldades, como se percebe:

P5: “Existem algumas políticas que ajudam no engajamento, mas nem sempre elas são efetivas, a inclusão ainda é um caminho que falta muito para ser feito, existem muitas lacunas que é preciso observar, a formação de quem atende deve ser melhorada dando melhores subsídios ao atendimento”.

Tendo em vista que a inclusão é um direito de todos os alunos, garantidos por lei observa-se nesta análise as Políticas Públicas realizadas para que a inclusão aconteça. Durante a análise percebe-se que cada sujeito enfatiza como barreira elementos presentes em seu dia a dia, destacando o lugar que ocupa na colaboração da construção da escola inclusiva. Observa-se que para a elaboração do Plano Municipal de educação inclusiva todos os participantes deixam claro que a participação da Equipe Pedagógica e dos coordenadores foi relevante, entretanto, outros profissionais poderiam ter sido ouvidos. Compreende-se, então, a necessidade de se realizar uma ação conjunta por

meio de uma escuta ativa da necessidade de cada profissional diante da responsabilidade na construção da escola inclusiva. Criar uma rede de apoio, podendo ser constituída por alunos, diretores, pais, professores, psicólogos, terapeutas, especialistas em educação e servidores traria uma oportunidade maior de resolverem problemas, trocarem ideias, desenvolverem métodos, técnicas e atividades, não para abdicar e transferir para eles a responsabilidade do professor regente como condutor da ação docente, mas com a finalidade de ajudar não somente os alunos, mas os professores, para que possam ser bem sucedidos em seus papéis, ampliando assim a compreensão de inclusão. (MEC, SEESP, 2003).

Observa-se ainda como barreiras do processo de inclusão o fato de os professores não se sentirem preparados para atender alunos com necessidades educacionais; acreditam na formação continuada por meio de palestras, entretanto, para que a inclusão seja realmente discutida e refletida de maneira aprofundada, a formação do professor também precisa ser mais ampla e notável, permeando processos por meio de Oficinas/workshop; Análise de pesquisa científica; Observação da aula por parte do coordenador pedagógico; Análise e observação de aula e Congressos. De acordo com Franca (2008), é essencial que esse professor esteja sintonizado e receptivo a novos conhecimentos, vindos das diversas dimensões que as constituem no seu aspecto físico, cognitivo-linguístico, emocional, social e afetivo. Nessa perspectiva, faz-se essencial assegurar ao professor programas de formação continuada específicos que atendam às crianças desta faixa etária.

É fundamental que sejam planejados processos formativos preparando o educador para uma atitude aberta frente ao e no mundo, pronto para aceitar o novo e a promovê-lo, ajudando a desenvolver nas pessoas com quem se relaciona um processo de subjetivação autônomo e singular. Em outras palavras, o educador deve estar preparado para o principal desafio que se lhe coloca hoje, que se denomina como novas potencialidades. A abertura das escolas para as diferenças tem a ver, dentre outras questões, com uma mudança radical nos processos de ensino e aprendizagem, visando realmente integrar diferenças, nas quais deve convocar os governantes, os professores, as famílias e a sociedade como parceiros diante desses desafios. Mais do que isso: trata-se da necessidade de rever paradigmas, de analisar a legislação, de conhecer e

contextualizar políticas públicas, de modo a criar um novo movimento de olhar para o ensino e para a aprendizagem sob novos ângulos.

Bloco IV – Desenvolvimento da Meta 4 – Uma Escola Plural

iii. Resultados concorrentes para o objetivo O2: Analisar o desenvolvimento da escola inclusiva, observando as possíveis barreiras e quais aspectos são facilitadores do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Nas tabelas 8,9 e 10 do Anexo 03 são apresentados os resultados de aplicação do Bloco IV do Questionário aos três grupos de participantes (gestores escolares, professores e gestores da Secretaria Educacional). Nas tabelas 18, 19 e 20 do Anexo 04 são apresentados os resultados da aplicação do Bloco IV, do Guião de Entrevista aos três grupos de entrevistados.

No presente tópico, após a interpretação da estatística descritiva de cada tabela, produz-se a matriz comparativa das perceptivas dos grupos questionados/entrevistados acima referidas.

Interpretação de resultados da Tabela 8 – Desenvolvimento da Meta 4: Uma Escola Plural (Gestores de Escolas)

Algumas das afirmações congregaram forte unanimidade concordante

Verificou-se que 80,00% dos gestores escolares inquiridos concordam parcialmente que “4-*Existe fomento da formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas*”. E 20,00% discordam totalmente.

Quanto à afirmação “11 - *Existe fomento às pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.*” 80,00% dos inquiridos concordam parcialmente e 20,00% discordam, parcialmente.

Para a afirmação “16- *É realizada a pesquisa, demografia e estatística competentes, para obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos*” 80,00% concordam parcialmente e 20,00%, discordam parcialmente.

Quanto à afirmação “17- *Os cursos de graduações existentes no município incentivam a formação desses profissionais observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem*” 80,00% concordam parcialmente e 20,00% discordam, parcialmente.

Para a afirmativa “18- *A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiências*”. 20,00% concordam totalmente, 60,00% concordam parcialmente e 20,00% discordam, parcialmente.

Para a afirmativa “19- *A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços*” 20,00% concordam totalmente, 60,00% concordam parcialmente e 20,00% discordam, parcialmente.

Quanto à afirmação “20- *A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema*”, 80,00% concordam parcialmente e 20,00% discordam, parcialmente.

Em relação à opinião dos gestores escolares sobre “5-*Para identificar necessidades educacionais especiais e superdotação, sua família é ouvida e eles passam*

por avaliação.” Constatamos na tabela que 40,0% concordam totalmente e 60,0% concordam, parcialmente.

Uma forte concordância também: 40,00% concordam totalmente e 60,00% concordam parcialmente com a afirmativa “9-É garantida a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.”

Também 40,00% concordam totalmente e 60,00% concordam parcialmente com a afirmativa “10- Existe acompanhamento e monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso.”

Quanto à afirmação “7-Os alunos com necessidade especiais fazem parte de programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir seu acesso e permanência realizando adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilidade” observa-se que 20,00% concordam totalmente, 60,00% concordam parcialmente e 20,00% discordam, parcialmente.

A discordância revela-se mais significativamente em seguida.

Para a afirmativa “8-É garantida a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete)” a maioria discorda parcialmente (60,00%) e 20,0% discordam totalmente. Apenas 20,00% concorda, parcialmente.

Em relação à afirmativa “14- Ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência.” a maioria (60,00%) discorda parcialmente e 40% discordam, totalmente.

Para a afirmação “12- *É promovido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência,*” observa-se que 40,00% concordam parcialmente, 40,00% discordam parcialmente e 20,00 afirmam-se indiferentes.

As opiniões são mais contrastadas em relação às seguintes afirmações.

Para a afirmação “1-*São contabilizados para fins de repasse do FUNDEB as matrículas dos-(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação*”, observa-se que 40,00% concordam totalmente, 20,00% concordam parcialmente, embora 40,00% discordem, parcialmente.

Quanto à afirmativa “2-*As crianças de 0 a 3 com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, são atendidas em escolas públicas.*”, constatamos na tabela que 20,00% concordam totalmente, 40,00% concordam parcialmente, mas 40,00% discordam, totalmente.

Para a afirmação “3-*Os alunos com necessidades educacionais especiais são beneficiados pela sala de recursos,*” observa-se que 40,00% concordam totalmente, 20,00% concordam parcialmente e 40,00% discordam, parcialmente.

Sobre a afirmação “6- *Foram criados juntamente ao trabalho da Secretaria Municipal de Educação centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagógico*”, observa-se que 20,00% concordam totalmente, 40,00 % concordam parcialmente, 20,00% discordam parcialmente e 20,00% discordam, totalmente.

Quanto à afirmação “13- *Ocorre a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar de alunos*” observa-se que 60,00% concordam parcialmente, 20,00% são indiferentes e 20,00% discordam, parcialmente.

Quanto à afirmação “15- *Existem indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência.*” 20,00% concordam totalmente e 40,00% concordam parcialmente, mas outros 40% discordam, totalmente.

Interpretação de resultados da Tabela 9 – Desenvolvimento da Meta 4: Uma Escola Plural (Professores)

A tabela 9 (Anexo 03) descreve estatisticamente a perceptiva dos professores em relação às afirmativas sobre o desenvolvimento de uma Escola Plural.

Para a afirmação “1-*São contabilizados para fins de repasse do FUNDEB as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular*”, observa-se que 32,00% concordam totalmente, 24,00% concordam parcialmente, 28,00% são indiferentes, 8,00% discordam parcialmente e 8,00% discordam, totalmente.

Quanto à afirmativa “2-*As crianças de 0 a 3 com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, são atendidas em escolas públicas.*”, constatamos na tabela que 16,00% concordam totalmente, 44,00% concordam parcialmente, 24,00% são indiferentes e 16,00% discordam, totalmente.

Para a afirmação “3-*Os alunos com necessidades educacionais especiais são beneficiados pela sala de recursos,*” observa-se que 8,00% concordam totalmente,

8,00% concordam parcialmente, 36,00% são indiferentes, 20,00% discordam parcialmente e 4,00% discordam, totalmente.

O total de 12,00% concorda totalmente, 28,00% concordam parcialmente, 4,00% são indiferentes, 16,00% discordam parcialmente e 40,00% discordam totalmente para a afirmativa “4-*Existe fomento à formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas*”.

Em relação à opinião dos professores sobre “5-*Para identificar necessidades educacionais especiais, superdotação e sua família são ouvidos e passam por avaliação,*” constatamos na tabela que 44,00% concordam totalmente, 36,00% concordam parcialmente, 8,00% são indiferentes, 8,00% discordam parcialmente e 4,00% discordam, totalmente.

Sobre a afirmação “6- *Foram criados juntamente ao trabalho da Secretaria Municipal de Educação centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;*” observa-se que 4,00% concordam totalmente, 24,00% concordam parcialmente, 20,00% são indiferentes, 36,00% discordam parcialmente e 16,00% discordam, totalmente.

Quanto à afirmação “7-*Os alunos com necessidade especiais fazem parte de programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir seu acesso e permanência realizando adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva*” observa-se que 8,00% concordam totalmente, 40,00% concordam parcialmente, 24,00% são indiferentes, 12,00% discordam parcialmente e 16,00% discordam, totalmente.

Para a afirmativa “8-É garantida a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas” na tabela registra que 8,00% concordam totalmente, 20,00% concordam parcialmente, 16,00% são indiferentes, 2,00% discordam parcialmente e 48,00% discordam, totalmente.

O total de 36,00% concorda totalmente, 44,00% concordam parcialmente, 8,00% são indiferentes, 4,00% discordam parcialmente e 8,00% discordam totalmente para a afirmativa “9-É garantida a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.”

Também foi observado que o total de 12,00% concordam totalmente, 52,00% concordam parcialmente, 12,00% são indiferentes, 8,00% discordam parcialmente e 16,00% discordam totalmente com a afirmativa “10- Existe acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso.”

Quanto à afirmação “11 - Existe fomento a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.” O total de 8,00% concorda totalmente, 16,00% concordam parcialmente, 24,00% são indiferentes, 28,00% discordam parcialmente e 24,00% discordam, totalmente.

Para a afirmação “12- É promovido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência,” observa-se que 4,00% concordam totalmente, 24,00% concordam parcialmente, 36,00% são indiferentes, 24,00% discordam parcialmente e 12,00% discordam, totalmente.

Quanto à afirmação “13- *Ocorre a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais*”, observa-se que 4,00% concordam totalmente, 32,00% concordam parcialmente, 28,00% são indiferentes, 16,00% discordam parcialmente e 20,00% discordam, totalmente.

Em relação à afirmativa “14- *Ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência,*” foi registrado que 4,00% concordam totalmente, 32,00% concordam parcialmente, 24,00% são indiferentes, 20,00% discordam parcialmente e 20,00% discordam, totalmente.

Quanto à afirmação “15- *Existem indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência.*” o total de 4,00% concorda totalmente, 40,00% concordam parcialmente, 28,00% são indiferentes, 20,00% discordam parcialmente e 8,00% discordam, totalmente.

Para a afirmação “16- *É realizada a pesquisa, demografia e estatística competentes, para obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos*”, o total de 12,00% concorda totalmente, 36,00% concordam parcialmente, 36,00% são indiferentes, 4,00% discordam parcialmente e 12,00% discordam, totalmente.

Quanto à afirmação “17- *Os cursos de graduações existentes no município incentivam a formação desses profissionais observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou*

superdotação,” o total de 8,00% concorda totalmente, 40,00% concordam parcialmente, 28,00% são indiferentes, 8,00% discordam parcialmente e 16,00% discordam, totalmente.

No que tange à afirmativa “18- *A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência*”, o total de 8,00% concorda totalmente, 28,00% concordam parcialmente, 32,00% são indiferentes, 12,00% discordam parcialmente e 20,00% discordam, totalmente.

Para a afirmativa “19- *A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino,*” o total de 8,00% concordam totalmente, 28,00% concordam parcialmente, 32,00% são indiferentes, 12,00% discordam parcialmente e 20,00% discordam, totalmente.

Quanto à afirmação “20- *A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo*”, o total de 8,00% concorda totalmente, 28,00% concordam parcialmente, 36,00% são indiferentes, 12,00% discordam parcialmente e 16,00% discordam, totalmente.

Interpretação de resultados da Tabela 10 – Desenvolvimento da Meta 4: Uma Escola Plural (Gestores educacionais da Secretaria de Educação)

A tabela 10 (Anexo 03) descreve estatisticamente a perceptiva dos professores em relação às afirmativas sobre o desenvolvimento de uma Escola Plural.

Para a afirmação “1-*São contabilizados para fins de repasse do FUNDEB as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular*”, observa-se que os inquiridos concordam, totalmente (100,00%).

Quanto à afirmativa “2-*As crianças de 0 a 3 com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, são atendidas em escolas públicas.*”, constatamos na tabela que todos os gestores concordam totalmente (100,00%).

Para a afirmação “3-*Os alunos com necessidades educacionais especiais são beneficiados pela sala de recursos,*” observa-se que todos os gestores concordam totalmente (100,00%).

Todos os gestores concordam totalmente (100,00%) que “4-*Existe fomento à formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas*”.

Em relação à opinião dos gestores sobre “5-*Para identificar necessidades educacionais especiais e superdotação, eles e sua família são ouvidos e passam por avaliação.*” Foi registrado que todos concordam totalmente (100,00%).

Sobre a afirmação “6- *Foram criados juntamente ao trabalho da Secretaria Municipal de Educação centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação*”, os gestores concordam parcialmente (100,00%).

Quanto à afirmação “7-Os alunos com necessidade especiais fazem parte de programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir seu acesso e permanência realizando adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilidade de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva”, observa-se que os gestores concordam parcialmente (100,00%).

Para a afirmativa “8-É garantida a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”, os gestores concordam parcialmente (100,00%).

Também há uma concordância parcial (100,00%) para a afirmação “9-É garantida a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.”

Todos os gestores concordam totalmente (100,00%) que “10- Existe acompanhamento e monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;”

Quanto à afirmação “11 - Existe fomento a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem”, os gestores concordam parcialmente (100,00%).

Para a afirmação “12- É promovido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência”, existe uma concordância parcial por parte dos gestores (100,00%).

Quanto à afirmação “13- *Ocorre a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais*”, o total de 75,00% concordam totalmente e 25,00% concordam parcialmente.

Em relação à afirmativa “14- *Ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência*”, o total de 25,00% concorda totalmente e 75,00% concordam, parcialmente.

Quanto à afirmação “15- *Existem indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência*”, o total de 75,00% concordam totalmente e 25,00% concordam, parcialmente.

Para a afirmação “16- *É realizada a pesquisa, demografia e estatística competentes, para obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos*”, o total de 50,00% concorda totalmente e 50,00% concordam, parcialmente.

Quanto à afirmação “17- *Os cursos de graduações existentes no município incentivam a formação desses profissionais observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação*”, o total de 75,00% concordam totalmente e 25,00% concordam, parcialmente.

Em relação à afirmativa “18- *A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio*

ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência”, o total de 100,00% concorda totalmente.

Para a afirmativa “19- A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;” o total de 100,00% concorda totalmente.

Quanto à afirmação “20- A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção dos sistemas educacional inclusivo”, 100,00% concorda totalmente.

Quadro 3 - Matriz 3 Comparativa das Perceptivas – Desenvolvimento da Meta 4: Uma Escola Plural

	Gestores de Escola		Professores		Gestores da Secretaria de Educação	
	Escolha maioritária	%	Escolha maioritária	%	Escolha maioritária	%
1 - São contabilizados para fins de repasse do FUNDEB as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.	Concordam total ou parcialmente	60,00 %	Concordam total ou parcialmente	56,00 %	Concordam totalmente	100,00 %
2 - As crianças de 0 a 3 com deficiência,	Concordam total ou	60,00 %	Concordam total ou	40,00	Concordam totalmente	100,00 %

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, são atendidas em escolas públicas.	parcialmente		parcialmente	%		
3 - Os alunos com necessidades educacionais especiais são beneficiados pela sala de recursos.	Concordam total ou parcialmente	60,00 %	Concordam total ou parcialmente	40,00 %	Concordam totalmente	100,00 %
4 - Existe fomento à formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas.	Concordam parcialmente	80,00 %	Concordam total ou parcialmente	40,00 %	Concordam totalmente	100,00 %
5 - Para identificar necessidades educacionais especiais, superdotação, eles e sua família são ouvidos e passam por avaliação.	Concordam total ou parcialmente	100,00 %	Concordam total ou parcialmente	80,00 %	Concordam totalmente	100,00 %
6 - Foram criados juntamente ao trabalho da Secretaria Municipal de educação centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do	Concordam total ou parcialmente	60,00 %	Concordam total ou Parcialmente	28,00 %	Concordam parcialmente	100,00 %

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;						
7 - Os alunos com necessidade especiais fazem parte de programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir seu acesso e permanência realizando adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva.	Concordam total ou parcialmente	80,00 %	Concordam total ou parcialmente	48,00 %	Concordam parcialmente	100,00 %
8 - É garantida a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.	Discordam total ou parcialmente	80,00 %	Discordam total ou parcialmente	56,00 %	Concordam parcialmente	100,00 %
9 - É garantida a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	Concordam total ou parcialmente	100,00 %	Concordam total ou parcialmente	80,00 %	Concordam totalmente	100,00 %
10 - Existe	Concordam	100,00	Concordam	64,00	Concordam	100,00

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;	total ou parcialmente	%	total ou parcialmente	%	totalmente	%
11 - Existe fomento a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.	Concordam total ou parcialmente	80,00 %	Concordam total ou parcialmente	80,00 %	Concordam parcialmente	100,00 %
12 - É promovido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência.	Discordam parcialmente	40,00 %	Discordam total ou parcialmente	36,00 %	Concordam parcialmente	100,00 %
Concordam parcialmente	40,00 %	Concordam total ou parcialmente	28,00 %			
13 - Ocorre a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e	Concordam parcialmente	60,00 %	Concordam total ou parcialmente	36,00 %	Concordam total ou parcialmente	100,00 %
Discordam total ou	36,00 %					

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.			parcialmente			
14 - Ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendem à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência.	Discordam total ou parcialmente	100,00 %	Concordam total ou parcialmente Discordam total ou parcialmente	36,00 % 40,00 %	Concordam total ou parcialmente	100,00 %
15 - Existem indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência.	Concordam total ou parcialmente	60,00 %	Concordam total ou parcialmente	44,00 %	Concordam total ou parcialmente	100,00 %
16 - É realizada a pesquisa, demografia e estatística competentes, para obtenção de informação detalhada; concordam parcialmente sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.	Concordam parcialmente	80,00 % 80,00%	Concordam total ou parcialmente	48,00 %	Concordam total ou parcialmente	100,00 %
17 - Os cursos de graduações existentes no município incentivam a						

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

<p>formação desses profissionais observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;</p>	<p>Concordam parcialmente</p>	<p>80,00%</p>	<p>Concordam total ou parcialmente</p>	<p>48,00 %</p>	<p>Concordam total ou parcialmente</p>	<p>100,00 %</p>
<p>18 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência.</p>	<p>Concordam parcialmente</p>	<p>60,00%</p>	<p>Indiferente</p>	<p>32,00%</p>	<p>Concordam plenamente</p>	<p>100%</p>
<p>19 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e</p>	<p>Concordam parcialmente</p>	<p>80,00 80,00%</p>	<p>Concordam total ou parcialmente</p>	<p>36,00 %</p>	<p>Concordam totalmente</p>	<p>100,00 %</p>

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;						
20 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.	Concordam parcialmente	80,00 % 80,00%	Concordam total ou parcialmente	36,00 %	Concordam totalmente	100,00 %

Como se verifica na matriz acima, a comparação de resultados obtidos nos 3 segmentos da amostra enriquece a compreensão da situação.

Numa leitura vertical da matriz constata-se unanimidade na concordância quase total dos Gestores Educacionais da Secretaria da Educação com todas as afirmações testadas. Apenas 5 dessas afirmações atingem 100% de concordância parcial e não há manifestações de indiferença ou discordância.

Já quanto aos Gestores Escolares essa unanimidade é menos frequente: atinge-se 100% de concordância total ou parcial em 2 afirmações e uma discordância total ou parcial de 100% dos inquiridos numa afirmação apenas. Ainda assim, nos Gestores de Escolas, a percentagem de concordância total ou parcial mais frequente (8 afirmações) é de 80%. Os casos de discordância foram analisados acima.

Quanto aos professores, a concordância total ou parcial desce ainda mais: só 5 afirmações atingem mais de 50% de aderentes.

Passando ao cruzamento de perceptivas dos 3 segmentos da amostra, verifica-se que algumas das afirmações congregaram forte unanimidade entre os gestores inquiridos que, só nalguns casos se estende aos professores.

Assim, verifica-se uma forte concordância com as afirmativas “5-*Para identificar necessidades educacionais especiais, superdotação, suas famílias são ouvidas e passam por avaliação*” e “9-*É garantida a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado*”, para as quais constatamos na matriz que 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria de Educação concordam totalmente, 100,00% dos gestores escolares e 80,00% dos professores concordam total ou parcialmente.

Também foi observado que 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria de Educação concordam totalmente, 100,00% dos gestores escolares e 64,00% dos professores concordam total ou parcialmente com a afirmativa “10-*Existe acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso.*”

Quanto à afirmação “11 -*Existe fomento da pesquisa voltada para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.*” 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria de Educação concordam parcialmente, 80,00% dos gestores escolares e 80,00% dos professores concordam, parcialmente.

Quanto à afirmação “7-*Os alunos com necessidades especiais fazem parte de programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir seu acesso e permanência realizando adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva*” 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria de Educação

concordam parcialmente, 80,00% dos gestores escolares e 48,00% dos professores concordam total ou parcialmente.

Verificou-se ainda que 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria de Educação concordam totalmente que “4- *Existe fomento da formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas*”. E 80,00% dos gestores escolares concordam parcialmente, mas apenas 40% dos professores concordam total ou parcialmente com a afirmação.

Para a afirmação “16- *É realizada a pesquisa, demografia e estatística competentes para obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 a 17 anos*” 80,00% dos gestores escolares concordam parcialmente, 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria da Educação e, apenas 48,00% dos professores concordam total ou parcialmente.

Quanto à afirmação “17- *Os cursos de graduações existentes no município incentivam a formação desses profissionais observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;*” 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria da Educação, mas apenas 48,00% dos professores concordam total ou parcialmente. 80,00% dos gestores escolares concordam, parcialmente.

Em relação à afirmativa “18 - *A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência*” 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria de Educação concordam totalmente, mas 80,00% dos gestores escolares e apenas 36,00% dos professores afirmam concordar total ou parcialmente.

Para a afirmativa “19- *A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino*”, 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria de Educação concordam totalmente, mas 80,00% dos gestores escolares e apenas 36,00% dos professores afirmam concordar total ou parcialmente.

Quanto à afirmação “20- *A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo*” 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria de Educação concordam totalmente e 80,00% dos gestores escolares concordam parcialmente, mas apenas 36,00% dos professores concordam total ou parcialmente com ela.

Há 3 afirmações que congregam mais forte discordância que concordância.

Para a afirmativa “8-*É garantida a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete)*” 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria de Educação concordam parcialmente, mas 80,00% dos gestores escolares e 56,00% dos professores discordam total ou parcialmente com ela.

Em relação à afirmativa “14- *Ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência*”, 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria de Educação concordam total ou parcialmente, mas 100,00% dos gestores escolares discorda total ou parcialmente e 36,00% dos professores concordam e 40,00% discordam total ou parcialmente com ela.

Para a afirmação “12- *É promovido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência.*” observa-se que 100,00% dos gestores educacionais da Secretaria de Educação concordam parcialmente, 40,00% dos gestores escolares concordam total ou parcialmente, mas 40,00% deles discordam total ou parcialmente e, quanto aos professores, as discordâncias e concordâncias - totais ou parciais - atingem respectivamente 36,00% e 28,00%.

As entrevistas de aprofundamento versaram sobre 3 temas: “Compromisso do governo e da prefeitura em relação à inclusão nas escolas da rede municipal”, “Ações do governo que atende a Meta da Inclusão”, “Fomento à formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas”.

Apenas um dos 6 entrevistados acredita no “Compromisso do governo e da prefeitura em relação à inclusão nas escolas da rede municipal”. As lacunas apontadas no processo de desenvolvimento da inclusão escolar ficam bem ilustradas nas respostas:

P1 - “Não. (...) Faltam estrutura física e material pedagógico para atender a realidade de todos os alunos, sejam eles com deficiência ou não.”

P2 - “Não. (...) A realidade da escola pública, em sua maioria, pelo menos nas que tive a experiência de lecionar, é de uma estrutura precária para atender a inclusão. Falta estrutura física, formação de professores.”

P3 - “Acredito que estão caminhando. Já passei por diversas escolas municipais em que há um ótimo trabalho com alunos de inclusão. Em contrapartida, sabemos de vários casos em que a criança só pode contar com um cuidador após ação judicial.”

P6 - “Sim, eles ajudam no processo de formação do professor. Mas em relação à manutenção das escolas e a adaptação dos materiais pedagógicos específicos para a inclusão, é difícil. Infelizmente não há planejamento e recursos para atender a demanda de todas as escolas públicas que o município possui. Mas só de oferecer a formação, já ajuda para receber os alunos especiais.”

Quanto à identificação de “Ações do governo que atende a Meta da Inclusão” a opinião generalizada é a de que não cobrem as necessidades:

P1 - “Na verdade, estamos vivenciando um governo que está fazendo o movimento contrário da inclusão. E com a nova lei que o governo votou, para oferecer escola especializada aos alunos

com deficiência, mais segrega do que acolhe e isso me incomoda muito. Foram anos de luta para incluir, sem segregar e agora querem separar todos os alunos, isso é triste! Muito triste!”

P2 - “A meu ver, nenhuma, pois apesar de tentaram fazer a inclusão com o professor interlocutor dentro de sala de aula acompanhando o aluno, este profissional não é capacitado para atender tal função, esbarrando aí mais uma vez na barreira da formação do professor ou profissional que vai estar diretamente com esse aluno.”

P3 - “Quando o governo equipa a escola com materiais adequados, adequa o espaço físico, capacita seus profissionais, mas nem sempre vejo isso ocorrer, o que percebemos são formações sem muito aprofundamento e reflexão, o que não muda a posição dos profissionais frente à inclusão e materiais pedagógicos nem sempre tão adequados que nos auxiliem realmente com o aprendizado dos alunos.”

P5 - “Já caminhamos bastante em relação à implementação da inclusão se pensarmos na época em que esses alunos nem podiam ir à escola, mas o trabalho com a inclusão deve ser intensificado, faltam muitos aspectos ainda para a inclusão ser realidade, realmente.”

Os resultados da análise de conteúdo das entrevistas (Bloco IV, perguntas 18, 19 e 20) contribuíram também para o aprofundamento destas conclusões.

Discussão sobre Perceptivas – Desenvolvimento da Meta 4: Uma Escola Plural

Tendo em vista a compreensão de Políticas Públicas, de acordo com a Unesco (1994), o princípio fundamental da escola inclusiva é reconhecer e responder às necessidades educacionais diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos. Então, observando as Políticas Públicas realizadas no município de Franca, de acordo com os participantes da pesquisa, é possível afirmar que para a Educação Inclusiva acontecer, o repasse de investimentos como FUNDEB se mostra de grande importância para realização da inclusão.

Da análise feita aos resultados apresentados na Matriz 3, infere-se uma forte concordância dos Gestores Educacionais da Secretaria de Educação inquiridos com os traços identificados, do percurso seguido pelo município com vista ao desenvolvimento de uma escola plural. Verifica-se também que os Gestores Escolares, embora com menor nível de concordância geral, apenas apresentam uma discordância total ou parcial de 100% dos inquiridos numa única afirmação (ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes NEE). Ainda assim, nos Gestores de Escolas a percentagem de concordância total ou parcial mais frequente (8

afirmações) é de 80%. Quanto aos Professores inquiridos, a concordância total ou parcial desce ainda mais: só 5 afirmações atingem mais de 50% de aderentes, 6 afirmações recolhem discordância - total ou parcial - maioritária e 9 recolhem essa discordância ou a indiferença maioritária. Relembre-se a citação de dois dos professores entrevistados:

P3 - “Acredito que estamos caminhando. Já passei por diversas escolas municipais em que há um ótimo trabalho com alunos de inclusão. Em contrapartida, sabemos de vários casos em que a criança só pode contar com um cuidador após ação judicial.”

P5 - “Já caminhamos bastante em relação à implementação da inclusão se pensarmos na época em que esses alunos nem podiam ir à escola, mas o trabalho com a inclusão deve ser intensificado, faltam muitos aspectos ainda para a inclusão ser realidade, realmente.”

Estas conclusões corroboram as de Sampaio e Morgado (2014), a educação inclusiva constitui-se um processo em progressivo desenvolvimento que exige dos professores uma reflexão crítica sobre o seu novo papel enquanto atores educativos em prol de uma educação de qualidade, baseada na heterogeneidade das turmas.

Ante o exposto acima, os Professores acreditam que é necessário promover pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de Políticas Públicas eficientes, os Gestores Escolares e os Gestores Educacionais da Secretaria de Educação compreendem que as pesquisas são promovidas, mas poderiam ser mais difundidas para a obtenção de melhores resultados. Outro aspecto em que os professores e os gestores escolares acreditam é na necessidade de ser melhor difundidos os indicadores de qualidade para avaliação das Políticas Públicas realizadas, já para os Gestores da Secretaria Municipal, esse é um aspecto bem desenvolvido.

Enquanto Política Pública, a Secretaria Municipal de Educação diz promover a oferta de formação continuada aos professores e produção de material didático para acessibilidade do ensino aprendizagem dos alunos. A gestão escolar corrobora a afirmação da Secretaria de Educação, enquanto os professores afirmam que poderiam existir mais formação continuada e apoio quanto aos materiais didáticos. A Secretaria e os gestores escolares ainda afirmam que existe fomento de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias e materiais didáticos, equipamentos e recursos tecnológicos com vistas à promoção do ensino e aprendizagem. Os professores, *idem*.

Os professores afirmam ainda, que as universidades do município em seus cursos de graduação incentivam a formação e especialização em educação especial, o que facilita a ampliação da equipe educacional por profissionais especializados a fim de atender à demanda do processo de escolarização dos alunos com NEE. De acordo com os professores e os gestores educacionais da Secretaria Municipal, os gestores escolares afirmam não ocorrer essa ampliação. O professor também deve ser um investigador reflexivo e crítico sobre todo o processo de ensino/aprendizagem. (Sánchez, 2005).

Outra afirmação importante é a Política Pública de articulação interdisciplinar entre as políticas públicas de saúde, assistência social, direitos humanos e atendimento escolar. Para os professores essa articulação existe, mas deveria ser melhor, os gestores da escola e da secretaria de educação acreditando nela.

Estas perceptivas são concordantes com a Revisão da Literatura: nas questões envolvidas no desenvolvimento e na aprendizagem de alunos com necessidades especiais, a articulação e a cooperação entre os setores de educação, saúde, assistência e comunidade são fundamentais e potencializam a ação de cada um deles. (Brasil, 2001a, p. 65).

Quanto à criação de centros e equipes multidisciplinares de apoio e assessoria, integrando profissionais das áreas de saúde, assistência social e pedagógica, os professores afirmam não existir esse apoio, os gestores escolares afirmam existir; entretanto, o acesso deve ser melhorado, e para tal que os gestores da Secretaria Municipal afirmam desenvolver esse trabalho.

Estas conclusões vão no sentido das ideias defendidas há mais de uma década por Bento (2007). O setor pedagógico ainda requer a construção da equipe multidisciplinar, que seria um setor de grande ajuda para o tratamento das demandas escolares. A escola deve ser vista como um espaço não só de construção do saber, mas de construção da cidadania, o que implica a construção do sujeito, integralmente; dessa

forma, a atuação desta equipe é importante no ambiente escolar, não somente em relação aos alunos - que são prioridade - alcançando também a família e a sociedade.

Uma das principais realizações de Política de atendimento da Secretaria Municipal são as salas de recursos. poucos professores (40%) concordam nos benefícios que a sala de recurso traz para os alunos, a maioria dos gestores escolares concordam total ou parcialmente, enquanto os gestores educacionais da Secretaria de Educação concordam totalmente que essas salas trazem benefícios.

Estas conclusões estão de acordo com afirmações referenciadas na Revisão da Literatura: o Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir sejam reconhecidas e atendidas as peculiaridades de cada aluno com NEE. A Sala de Recursos Multifuncional é muito relevante, haja vista que promove apoio educacional suplementar para que este aluno desenvolva e persevere na classe regular, corroborando Alves (2006). Este acredita que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais. Potencializa o trabalho com pequenos grupos, permite melhor acompanhamento do aluno e favorece trajetórias de aprendizagem mais individualizadas sob a supervisão de um docente com formação específica para as diferentes complementações ou suplementações curriculares.

A participação da família é vista como relevante para o trabalho multidisciplinar com os alunos NEE. Para os participantes é importante identificar as necessidades educacionais especiais avaliando e ouvindo as famílias. Entretanto os professores afirmam que a Secretaria de Educação poderia ampliar e favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional integrado. Os gestores escolares e os gestores educacionais da Secretaria afirmam desenvolver tal trabalho. Conclusões de acordo com a Revisão da Literatura: quando a escola propõe envolvimento da família em ações educativas, apresenta seu Projeto Pedagógico, numa escuta atenciosa às expectativas familiares em relação ao desenvolvimento de seus filhos. De acordo com MEC, SEESP (2006), consistem em ações que garantem a segurança e confiança no trabalho desenvolvido pela escola, corroborando Cavalcante (1998), ao dizer que o sucesso no processo de educar é maior quando há parceria entre pais e escola, proporcionando uma completa formação ao

educando, produz melhores resultados em seu comportamento individual e coletivo, desenvolvimento social, convivência familiar, dentre outros aspectos do cotidiano do aluno.

E por último, temos o objetivo: *Relacionar a formação e conhecimento do professor e equipa educacional com desenvolvimento da aprendizagem do aluno*, o qual será respondido com base nos resultados do Bloco V – Desenvolvimento Escola Inclusiva.

Bloco V – Desenvolvimento Escola Inclusiva (ESCOLAS)

De acordo com a tabela 12 (anexo 3) são apresentadas as opiniões dos inquiridos em relação ao desenvolvimento de escola inclusiva. Foi calculado para cada afirmativa estatísticas descritivas quanto à média, desvio-padrão, mediana, mínimo e máximo. Quanto maior a média da afirmativa maior é a concordância dos entrevistados em relação ao aspecto avaliado.

A tabela 11 (Anexo 03) descreve estatisticamente a perceptiva dos gestores escolares em relação às afirmativas sobre quais aspectos são mais importantes para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno.

Os resultados mostram que os inquiridos avaliaram que o grau máximo de importância (nota 10) as seguintes afirmativas: Criatividade (10); Metodologia (10); Flexibilidade/aceitação (10); Comunicação (10); Trabalho em equipe (10); Formação de professor (10); Capacitação dos funcionários (10); Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas (10); Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência (10); Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência (10); Adequação curricular (10).

As menores avaliações são para os itens: adequação do número de alunos por sala (9,6), Avaliação e análise de aprendizagem (9,2), Adequação do ambiente escolar (9,2), Pensamento crítico (9) e Uso de tecnologia (7,6).

De acordo com a tabela 13 (anexo3) são apresentadas as opiniões dos inquiridos em relação ao desenvolvimento de escola inclusiva. Foram calculadas para cada afirmativa estatísticas descritivas quanto à média, desvio-padrão, mediana, mínimo e máximo. Quanto maior a média da afirmativa, maior é a concordância dos entrevistados em relação ao aspecto avaliado.

Os resultados mostram que os professores fizeram melhores avaliações as seguintes afirmativas: Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência (9,64); Adequação do número de alunos por sala de aula (9,64); Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas (9,6); Adequação curricular (9,56); Trabalho em equipe (9,52); Capacitação dos funcionários (9,52).

Outras afirmativas também tiveram notas acima de nove pontos: Flexibilidade/aceitação (9,48); Comunicação (9,48); Adequação do ambiente escolar (9,48); Formação de professor (9,32); Metodologia (9,2); Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência (9,16).

As menores avaliações ficaram para os itens: Avaliação e análise da aprendizagem (8,92); Pensamento crítico (8,8); Criatividade (8,48) e Uso de tecnologia (8,36).

A tabela 13 (Anexo 03) descreve estatisticamente a perceptiva dos gestores da secretaria de educação em relação às afirmativas sobre quais aspectos valem mais para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno.

Os resultados mostram que os entrevistados avaliaram que o grau máximo de importância (nota 10) as seguintes afirmativas: Criatividade (10); Metodologia (10); Flexibilidade/aceitação (10); Avaliação e análise da aprendizagem (10); Comunicação (10); Formação de professor (10); Adequação do ambiente escolar (10); Capacitação dos funcionários (10); Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas (10); Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com

deficiência (10); Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência (10); Adequação curricular (10).

A menor avaliação é para o item: Adequação do número de alunos por sala de aula (8,5).

Quadro 4 - Matriz 3 Comparativa das Perceptivas – aspectos são mais importantes para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno.

	Gestores de Escola		Professores		Gestores da Secretaria de Educação	
	Escolha maioritária	%	Escolha maioritária	%	Escolha maioritária	%
Criatividade	10	100%	8,48	85%	10	100%
Metodologia	10	100%	9,2	92%	10	100%
Flexibilidade/aceitação	10	100%	9,48	95%	10	100%
Avaliação e Análise da aprendizagem	9,2	92%	8,92	89%	10	100%
Comunicação	10	100%	9,48	95%	10	100%
Pensamento crítico	9		8,8	88%	9,5	95%
Trabalho em equipe	10	100%	9,52	95%	9,75	97%
Uso de tecnologia	7,6	76%	8,36	84%	9,75	97%
Formação de professor	10	100%	9,32	93%	10	100%
Adequação do ambiente escolar	9,2	92%	9,48	95%	10	100%
Capacitação dos funcionários	10	100%	9,52	95%	10	100%
Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas	10	100%	9,6	96%	10	100%
Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência	10	100%	9,16	92%	10	100%
Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência	10	100%	9,64	96%	10	100%
Adequação curricular	10	100%	9,56	95%	10	100%
Adequação do número de alunos por sala de aula	9,6	96%	9,64	95%	8,5	85%

Conforme se verifica na matriz acima a comparação de resultados obtidos nos 3 segmentos da amostra enriquece a compreensão da situação quanto às afirmativas mais importantes para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno.

Os resultados mostram que a importância das afirmativas para os gestores escolares, para professores e para os gestores da secretaria se aproximam, como podemos observar:

Criatividade - gestores escolares (100%), professores (85%), gestores da secretaria (100%);

Metodologia - gestores escolares (100%); professores (92%), gestores da secretaria (100%);

Flexibilidade/aceitação - gestores escolares (100%); professores (95%), gestores da secretaria (100%);

Avaliação e análise da aprendizagem - gestores escolares (92%); professores (89%), gestores da secretaria (100%);

Comunicação - gestores escolares (90%); professores (88%), gestores da secretaria (95%);

Pensamento crítico - gestores escolares (90%); professores (88%), gestores da secretaria (95%);

Trabalho em equipe - gestores escolares (100%); professores (95%), gestores da secretaria (97%);

Uso de tecnologia - gestores escolares (76%); professores (84%), gestores da secretaria (97%);

Formação de professor - gestores escolares (100%); professores (93%), gestores da secretaria (100%);

Adequação do ambiente escolar - gestores escolares (92%); professores (95%), gestores da secretaria (100%);

Capacitação dos funcionários - gestores escolares (100%); professores (95%), gestores da secretaria (100%);

Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas - gestores escolares (100%); professores (96%), gestores da secretaria (100%);

Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência - gestores escolares (100%); professores (92%), gestores da secretaria (100%);

Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência-gestores escolares (100%); professores (96%), gestores da secretaria (100%);

Adequação curricular - gestores escolares (100%); professores (96%), gestores da secretaria (100%);

Adequação do número de alunos por sala de aula - gestores escolares (96%); professores (96%), gestores da secretaria (85%);

Observa-se que os gestores escolares não consideram afirmativas como uso de tecnologia, pensamento crítico, avaliação e análise da aprendizagem, adequação do ambiente escolar e adequação do número de alunos por sala como as afirmativas mais importantes não se caracterizam como pontos muito importantes para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno. Já para os gestores escolares as afirmativas consideradas menos importantes são adequação do número de alunos por sala, o Pensamento crítico, Trabalho em equipe e uso da tecnologia. Enquanto para os professores as afirmativas menos importantes são o uso da tecnologia, criatividade e pensamento crítico.

Discussão sobre Perceptivas – Políticas Públicas destinadas à inclusão

As entrevistas de aprofundamento versaram sobre 3 temas: “Compreensão sobre o que é inclusão”, “Preparação das escolas para atender alunos com necessidades especiais” e “Articulação e um trabalho colaborativo entre a escola, os docentes e equipe de apoio”.

Em relação à preparação das escolas para atender os alunos com necessidades especiais, analisaram-se afirmativas importantes para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno.

Os participantes acreditam que para a constituição de uma escola verdadeiramente inclusiva seja necessária a junção de diversos fatores como formação continuada, parceria escola, família comunidade; currículo adaptado, formação

continuada dos professores, rede de apoio e uma infraestrutura adequada. Configuram fatores importantes nessa construção, como se pode observar na fala de:

“P5 - Sala de recursos, profissionais preparados, orientação à comunidade escolar e à família são elementos importantes na construção da escola inclusiva que deveria ser o que na verdade a educação precisa ser para todos. Ela tem que criar sentidos, oportunidade, deixar com que todos participem dela estar conectada com a realidade em que vivemos.”

E o P6, que confirma a necessidade da articulação dos vários elementos para que a inclusão realmente aconteça:

“Que a escola possa ter instrumentos pedagógicos adaptados para todas as diferenças. Por exemplo, quando criamos um material para que uma aluno cego consiga compreender o que está sendo estudado, de primeiro momento não pensamos que o aluno que não é cego também precisa de informações sensoriais para compreender algumas coisas. Quando oferecemos isso, despertamos nas crianças várias percepções. O grupo inteiro vai aprender muito mais, junto.”

Perante as afirmativas consideradas importantes observa-se que a escola deve ir além das aprendizagens cognitivas, e oportunizar o desenvolvimento do indivíduo como seres pensantes, criativos, construtores de conhecimento, que saibam se relacionar consigo mesmos e com os outros, comprometidos na construção de um mundo melhor, promovendo o desenvolvimento integral do aluno, conforme se observa nas falas:

P1: “Sim, a convivência pode fazer com que as crianças compreendam as diferenças e que possam respeitá-la. Às vezes o maior desafio é fazer os pais e os outros professores da sala regular compreenderem a importância da inclusão e da sala de recursos. Quando me refiro aos pais, não quero dizer somente os pais dos alunos que necessitam da sala de recursos, mas os pais de todos os alunos. O desenvolvimento da empatia é fundamental para que a inclusão dê certo. Acreditar que todos têm direito de aprender e que todos devem estar na escola já é um trabalho difícil de se fazer, não acha?”

P5: “Sim, é possível fazer com que os colegas aprendam mais sobre as diferenças, porque se a gente pensar pra que serve a educação, é muito mais do que ensinar e aprender a fazer conta, ler e escrever, não é? Considero que é também formar para a vida, para a sociedade. Aí eu penso, que tipo de cidadania se está ensinando para as pessoas quando elas estão em um espaço à parte? Que há uma cidadania para aqueles que são “normais” e outra para aqueles que são “diferentes”, isso não constrói a cidadania que a sociedade precisa.”

Estas conclusões corroboram Pletsch (2010, p. 13) que traz aspectos como “acessibilidade, flexibilidade escolar, práticas pedagógicas diferenciadas de ensino e avaliação, e, principalmente uma equipe de professores e gestores capacitados para lidar com a diversidade dos estilos de aprendizagem e demandas de seu alunado”, como características importantes para reformular a escola de maneira que ela seja inclusiva.

Os professores serão capazes de oferecer tal aprendizagem quando forem preparados e equipados com recursos pedagógicos, se lhes forem dados meios de avaliar seus alunos e elaborar objetivos específicos, se estiverem instrumentados para analisar a eficiência dos programas pedagógicos, preparados para a superação dos medos e superstições e contarem com uma orientação eficiente nesta mudança de postura para buscar novas aquisições e competências. De acordo com Valle e Guedes (2003), a capacitação dos professores é um dos modos de se começar a mudança na qualidade do ensino com o objetivo de criar cenários educacionais inclusivos, capazes de oferecerem a aprendizagem a todos os alunos.

Para Pacheco (2007), as práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional, levando os profissionais a se capacitarem para as novas demandas. A partir dessas definições, observa-se a importância de refletir sobre diferentes metodologias como características importantes na inclusão. Mantoan (2006) também evidencia a necessidade de se pensar o papel do aluno que será abarcado pela proposta de educação inclusiva, pois, o aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes e essenciais, estabelecendo uma relação mais flexível e comunicativa, de modo a compreender a demandas antes não pensadas, levando em conta a necessidade de cada aluno.

Efetivar a inclusão não é tarefa e competência apenas da escola. Faz-se necessário compreender o papel de todos os atores institucionais envolvidos no processo de aprendizagem, e a participação ativa da família no processo ensino/aprendizagem. De acordo com Aranha (2003), o processo educacional não acontece exclusivamente no interior da sala de aula, ele deve ser estimulado também na família. Deve-se incluir a discussão aos profissionais da educação, sobre como apoiar as famílias na tarefa de desenvolver as capacidades das crianças.

Desse modo, a inclusão deve ser compreendida como um processo dependente do desenvolvimento da capacidade interna da escola como um todo e de cada membro dela, em particular. Facion (2008), ainda propõe que o modelo educacional da inclusão deve ser coerente a uma realidade que extrapole o universo escolar, no qual todos os

alunos possam estar na escola com a garantia de desfrutar uma vida mais digna, inclusive no âmbito social, aprendendo a conviver em grupo e trabalhar em equipe, colaborando com o primeiro meio social em que esse aluno vive, que é a família.

Os aspectos acima evidenciados pelos participantes, serviram de pano de fundo para a análise das políticas públicas para a inclusão escolar, observando e discutindo sobre os papéis da instituição e de seus profissionais e o papel da família, ao propor a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais às salas de aula e escolas comuns da rede regular de ensino, e repensando o movimento reducionista e limitado que cria barreiras à inserção de alunos com deficiência no contexto comum da educação.

Para as escolas, essas afirmativas devem conduzir ao reconhecimento e à legitimação de novas práticas, respondendo às necessidades diversificadas dos alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade para todos. É uma possibilidade que se abre para o desenvolvimento e para o benefício de todos, com ou sem necessidades especiais, nas escolas e nas diferentes instituições. Traz consigo um conjunto de fatores, a fim de que todos possam ser inseridos totalmente na sociedade em todos os seus segmentos: cultura, trabalho, lazer, saúde. A educação inclusiva propõe pensar a diferença como uma marca humana, presente em todas as situações sociais e, conseqüentemente, em todas as salas de aula, nos diversos níveis e modalidades de ensino, bem como realidades socioculturais.

8. Conclusões, Limitações e Contribuições

Esta investigação buscou compreender como ocorre a construção de uma escola inclusiva que enfrente os desafios das metas para o ensino fundamental com base no Plano Nacional de Educação. Tal temática se justifica com base na necessidade de fomentar mudanças educacionais, garantir o desenvolvimento e o direito de educar todas as crianças, jovens e adultos, nomeadamente, desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem capazes de educar todas as crianças com êxito, inclusive as com necessidades educacionais especiais. Passamos a nos questionar sobre as formas de

atendimentos dadas até aqui aos alunos com tais necessidades, se são ou não atendidos adequadamente, de modo a garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos.

Para isso, surgiu o seguinte questionamento: no município de Franca (SP), as políticas públicas de inclusão atingem seus objetivos? As escolas municipais de Franca (SP), na prática se enquadram no aporte teórico sobre escola inclusiva, uma escola para todos? Quais características são necessárias para originar uma escola realmente inclusiva? As escolas que atingem os índices estabelecidos pelas Metas do PNE, são inclusivas?

Para respondê-lo foram criados quatro objetivos que serão elencados abaixo: Em relação ao primeiro objetivo: 1. Verificar se o município de Franca (SP) empreende as políticas nacionais destinadas à inclusão.

A proposta de inclusão escolar do município de Franca (SP) está teoricamente estruturada e bem fundamentada, resultando em ações práticas e efetivas com relação ao que a legislação prevê. Apesar de constatar a existência de políticas públicas, ao prosseguir os objetivos propostos nesta pesquisa percebem-se ainda muitas barreiras impedindo o avanço da construção da escola inclusiva no município.

As diretrizes internacionais e nacionais são a base dos direcionamentos municipais e determinam a prática das políticas públicas, tais como a implementação das salas de recursos multifuncionais, o atendimento especializado em sala de recurso, os projetos de acessibilidade físico/arquitetônica e a aquisição de tecnologias assistivas. Mesmo que essas ações não atendam à demanda geral dos educandos que necessitam de atendimento especializado, as perspectivas para a ampliação e adequação de todas as escolas para o AEE existe, e com projetos já aprovados pelos órgãos governamentais competentes.

Partindo do princípio de que a inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico - e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento - pode-se afirmar que o município de Franca (SP) , proporciona o ingresso e a

permanência dos alunos. Quanto ao aproveitamento, observa-se que o município cumpre com os indicadores estabelecidos ao atingir as médias de desenvolvimento do IDEB, mas, durante a pesquisa, observou-se a manifestação dos inquiridos quanto às diversas barreiras que impedem a estruturação de uma escola inclusiva que priorize, no seu projeto pedagógico, a questão do clima, do acolhimento, do respeito às singularidades, formação relevante aos professores, espaços adequados, equipe multidisciplinar de apoio, fazendo-se imprescindível uma reestruturação progressiva e uma transformação do pensar a escola.

O segundo objetivo: analisar o desenvolvimento da escola inclusiva, observando as possíveis barreiras e quais aspectos são facilitadores do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Constata-se que as escolas que participaram da entrevista atendem um número considerável de alunos com necessidades educacionais especializadas, tendo a proposta de inclusão escolar como uma perspectiva educacional na construção de uma escola inclusiva. Observa-se a preocupação com os recursos didáticos e uma metodologia de ensino que possibilite a todos os educandos levar o que aprendem e ensinam na escola para além de seus muros, potencializando suas habilidades, competências e as diferentes aptidões. Contribui para essa mudança de paradigma escolar, quebrar as estruturas escolares onde o que mais se valoriza é um sistema de notas e valores. Nesse viés inclusivo, a escola representa um lócus de possibilidades de mudança social e ressignificação cultural.

As maiores barreiras apontadas foram quanto à formação do professor, a necessidade de ter uma equipe multidisciplinar de apoio ao trabalho pedagógico e as barreiras arquitetônicas e de acessibilidade. A maioria dos professores inquiridos concorda com a formação especializada do professor indispensável ao fomento da inclusão dos alunos com NEE. Salientam ainda que não se sentem preparados para oferecerem uma aprendizagem de fato inclusiva. Verifica-se, pois, que os professores sentem necessidade de fundamentar sua prática através da promoção de estudos e qualificação acerca do tema, realçando ser a formação uma condição para o sucesso da inclusão. Entretanto, os profissionais da gestão advertem que a formação continuada é algo recorrente na rede de ensino, e muito eficaz, contrapondo-se ao sentimento dos professores que anseiam por mais apoio e formação. A falta de apoio técnico

especializado e a falta de oferta de recursos didáticos são também destacadas como fatores passíveis de desqualificar o trabalho a ser desenvolvido.

Quanto aos meios facilitadores, foram apontados a utilização de diferentes metodologias, uso de materiais concretos, incentivo à leitura e uso da tecnologia como recursos importantes para se obter um bom resultado. Quanto ao bom desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais acerca de novas metodologias, houve relevância, como aspectos essenciais na prática da inclusão. Os participantes se preocupam em refletir sobre as diferentes maneiras de ensinar e aprender, destacando novas metodologias. Acreditam que em uma escola inclusiva precisa existir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional, levando os profissionais a se capacitarem para as demandas diferenciadas.

Daí então a necessidade de se analisar o terceiro objetivo: Relacionar a formação e conhecimento do professor e equipe educacional com desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Observou-se que, embora discursos oficiais visem orientar uma formação estruturada ao conflitar as respostas dos diferentes grupos de inquiridos, o que se vê é que ainda não é realizada pelo município uma formação que auxilie uma mudança nas práticas pedagógicas quanto a inclusão, na medida que se compreende como formação apenas encontro e discussões por área e palestras em detrimento de congressos, seminários, análise de pesquisas científicas, cursos de graduação, oficinas e workshop, uma formação assim poderia fazer emergir discussões profundas quanto a prática pedagógica e a necessidade de suprir as novas demandas sociais quanto a formação do indivíduo.

As políticas quanto a formação docente nem sempre explicita de forma clara as formas de oferta, adaptações, mudanças e os prazos dessa formação, mas explicita em seus textos, o lugar que o professor deve ocupar, regulando e agindo nas dimensões técnicas, políticas e éticas, que limitam a articulação entre metas e estratégias de ação. Isso pode estar anunciando que os avanços na oferta de formação não eliminam os desafios, a falta de professores com formação adequada à disciplina que lecionam, os

conflitos e tensões que circulam no interior das escolas, especialmente no preparo dos professores para atender o contexto da educação especial.

O processo de formação continuada, de acordo com os inquiridos é um fator relevante no desenvolvimento do aluno, toma como partida o saber experiencial dos professores, os problemas e desafios da prática escolar. Nesse contexto a prática pedagógica é compreendida como um processo contínuo de construção do saber, o que significa conduzir o processo educativo dos níveis da prática reflexiva e da ciência aplicada. Entretanto o que a pesquisa revela são formações rápidas como encontros, palestras e análise e observação de aula, talvez seja necessário avaliar e utilizar novas estratégias de formação já que para os professores isso traz baixa satisfação como visto na pesquisa quanto as estratégias de inclusão.

A importância dessa mudança na prática pedagógica implica a releitura da função do professor como profissional reflexivo e da escola participando de formações mais reflexivas como análise de pesquisa científica, congresso, seminários e pesquisas onde a discussão pode ser mais aprofundada, aproveitando esses momentos como promotor do desenvolvimento do processo educativo.

Munido desses elementos o ambiente dentro e fora da sala de aula dará bons frutos. Pois após passar por formação e reflexão da prática o profissional busca de renovação de conhecimento e novas formas de aplicar seu conhecimento com seus alunos, melhorando e aprimorando a metodologia utilizada, materiais pedagógicos adequando a aula á necessidade do aluno o que conseqüentemente traz benefícios para aprendizagem.

Os entrevistados ressaltam que o processo educacional não é tarefa exclusiva da escola, discutir e refletir sobre a responsabilidade de cada ator envolvido no processo de aprendizagem, e a participação ativa da família no processo ensino aprendizagem, bem como a necessidade em orientar as famílias na tarefa de desenvolver as capacidades das crianças. Ressaltam ainda como fatores limitadores do processo de inclusão a falta de apoio de equipes multidisciplinares de apoio e acessoria, integrando profissionais das áreas de saúde, assistência social e pedagógica, a escola passa a ter um significado

maior do que apenas o espaço de construção do saber, mas sim de construção da cidadania o que implica na construção do sujeito integralmente, dessa forma a atuação desta equipe é de grande importância no ambiente escolar.

Observa-se que resistência ao processo de inclusão escolar ainda está longe de ser superada por inúmeros profissionais da rede e membros da comunidade escolar, mas os caminhos já estão traçados. Um ponto comum em todos os questionários, até mesmo dos profissionais que tem maior resistência à proposta de inclusão escolar foi a crença de que a inclusão escolar beneficia a todos os envolvidos com a proposta.

No que se refere as limitações a busca por espaços escolares para a realização da pesquisa demandou paciência, determinação e compreensão dos aspectos técnicos e burocráticos que são necessários para se iniciar uma pesquisa em educação, atendendo aos aspectos éticos e culturais que estão envolvidos com o processo de inclusão escolar. O distanciamento social ocasionado por conta da pandemia do novo Corona Virus foi um fator bastante limitante, foi necessário deixar os questionários nas escolas, nas quais os professores comparecerem ocasionalmente para reuniões ou organização e planejamento de algum trabalho, e nessas oportunidades pegaram o questionario e depois devolviam em uma proxima visita, o que demandou um tempo maior de espera protelando o encaminhamento da pesquisa.

Ao final, espera-se que esta dissertação possa contribuir para a melhoria de prática dos professores, construção de uma nova escola, avaliação e redirecionamento da políticas públicas do município. Acredita-se que com todo o aparato teórico, tecnológico e psicopedagógico que as concepções educacionais possa contribuir para o desenvolvimento de práticas inclusivas cada vez mais significativas, redirecionando as políticas públicas municipais para minizar os desafios diários que são encontrados pelos profissionais e estudantes e pelas possibilidades de mudanças educacional e social que o processo de inclusão escolar almeja. Percebe-se que muito ainda precisa ser discutido e realizado para que a inclusão escolar se efetive como uma prática real de democratização do ensino no país.

Neste sentido, longe de esgotar as discussões, as pesquisas e os questionamentos que envolvem a proposta e a prática da inclusão escolar, esta pesquisa reafirma a necessidade de inferir e questionar a realidade vivida, aspirando o mundo e a sociedade que se quer construir descendendo da educação fundamentada na igualdade e equidade.

IV – BIBLIOGRAFIA

- Alexandrino, D. F. de L. (2015). *O PIBID e a Deficiência: entre ações e tensões*. Tese, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Alves, D. D. O. (2006). *Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado*. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Brasília.
- Alves, M. P. (2012). *Metodologia científica*. Editora Escolar, Lisboa.
- Alves, M. L. T.; Duarte, E. (2014). A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. In: *Rev Bras Educ Fís Esporte*. Abr-Jun, 28(2), pp. 329-380, São Paulo.
- Aranha, M. S. F. (2003). *Referenciais para construção de sistemas educacionais inclusivos. A fundamentação filosófica: a história – a formalização*. MEC/SEESP. Brasília.
- Barros, A. J. P.; Leheld, N. A. S. (2005). *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Benitez, P.; Domeniconi, C. (2014). Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. In: *Revista Brasileira de Educação Especial*. vol. 20, n. 3, pp. 371-386. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382014000300005>. [Consultado em: 09/03/2019].
- Bezerra, G. F. (2017). A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu. In: *Rev. Bras. Educ.* vol.22, n.69, pp.475-497. ISSN 1413-2478. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782017000200475>. [Consultado em: 02/03/2019].
- Bento, A. M. D. O. (2007). *Percepção da equipe multidisciplinar frente à função do pedagogo numa escola de educação especial*. São Paulo. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Ana%20Maria%20-%20Final.pdf>>. [Consultado em: 03/04/2019].
- Bordignon, G. (2014) Caminhar da educação brasileira: muitos planos, pouco planejamento. In: *Planos de Educação no Brasil: planejamento, políticas, práticas*. Donald B. D. S., Angela M. M. (Orgs.). Edições Loyola, São Paulo.
- Brasil. (2001). *Plano Nacional de Educação*. Educação Especial. Brasília.
- Brasil. (1990). *Câmara Municipal de Franca – SP. Lei Orgânica Municipal*. [Em linha]. Disponível em: <<https://site.camarafranca.sp.gov.br/legislacao/lei-organica-do-municipio-de-franca>>. [Consultado em: 12/12/2018].

- Brasil. (2008). Câmara Municipal de Franca – SP. *Referencial Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Franca - SP*. [Em linha]. Disponível em: <<https://site.camarafanca.sp.gov.br/legislacao/lei-organica-do-municipio-de-franca>>. [Consultado em: 12/12/2018].
- Carneiro, R. U. C. (2012). Formação de professores: da educação especial à inclusiva - alguns apontamentos. In: Zaniolo, L. O. e Dall’acqua, M. J. (Ed.). *Inclusão Escolar: Pesquisando políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas*. pp. 7-24. Editorial Paco, Jundiaí.
- Cavalcanti, L. D. S. (1998). *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Editora Papyrus, São Paulo.
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Presidência da República, Casa Civil. Brasília. [Em linha]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. [Consultado em: 25/10/2018].
- Costa, F. J. (2014). *Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração*. Editora Ciência Moderna, Rio de Janeiro.
- Creswell, J. W.; Clark, V. P. (2007). *Designing and conducting mixed methods research*. Sage Publications, California.
- De Olho nas Metas. (2010). *Terceiro relatório de acompanhamento das Metas do movimento Todos Pela Educação*, p. 162, São Paulo.
- Decreto nº 6.755, de 29 de Janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Senado, Brasília. [Em linha]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Decreto/D6755.htm>, [Consultado em: 18/12/2018].
- Delgado, A. P. (2012). O impacto das políticas públicas nas práticas escolares sob a ótica da avaliação de aprendizagem. *Espaço do Currículo*, v. 4, n. 2, pp.162-171, Setembro de 2011 a Março de 2012. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/12333/7109>>. [Consultado em: 18/12/2018].
- Delgado, A. P. (2011). O impacto das políticas públicas nas práticas escolares sob a ótica da avaliação de aprendizagem. *Espaço do Currículo*, v. 4, n. 2, pp.162-171.
- Evangelista, O. (2014). *Política de formação docente no governo Lula (2002-2010)*. Relatório de Pesquisa. Florianópolis, UFSC.
- Facion, J. R. (2008). *Inclusão escolar e suas implicações*. 2.ed. IBPEX, Curitiba.

- Felner, E. (2008). Novos limites para a luta pelos direitos econômico e social? E sociais? Dados quantitativos como instrumentos para a responsabilização por violações de direitos humanos. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, ano 4, n. 9, São Paulo.
- Ferreira, L. A. M., Nogueira, F. M. D. B. (2015). *Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas Plano Nacional de Educação*. São Paulo.
- Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Editora Lusodidacta, Lisboa.
- Gatti, B. A. (2013). Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. *Educar em Revista*, Curitiba-PR, n. 50, pp. 51-67. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n50/n50a05.pdf>>. [Consultado em: 09/08/2018].
- Gatti, B. A. (2002). *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Editora Plano, Brasília.
- Glat, R.; Blanco, L. M. V. (2009). Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: Glat, R. (Org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. 2. ed, 7Letras, pp. 15-35. Rio de Janeiro.
- Glat, R.; Pletsch, M. D. (2007). *Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Especiais*. EdUERJ, Rio de Janeiro.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas, São Paulo.
- Haddad, F. (2008). Inclusão. *Revista Educação Especial*. Brasília, v. 4, n. 1, pp. 4-6.
- Herdero, E. S. (2010). A escola inclusiva estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. *Acta Scientiarum. Education*, v. 32, n. 2, pp. 193-208.
- Hope, W. C. (2010). *Negando igualdade de oportunidades educacionais: foco no monitoramento de habilidades na Educação Especial*. v. 28, n. 1, pp. 89-115. Editora Perspectiva, Florianópolis.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. (2011). *Censo Escolar 2010*. Brasília, MEC.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. (2007). *Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar 2006*. [Em linha]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/Sinopse+estat%C3%ADstica+a+da+educa%C3%A7%C3%A3o+b%C3%A1sica+censo+escolar+2006/9dc9b493-ff6f-4649-a4e9-f4b2b9510831?version=1.2>>. [Consultado em: 15/01/2019].

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. (2018). *Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF. [Em linha]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1476034>. [Consultado em: 15/12/2018].
- Jannuzi, G. M. (2006). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 2. Ed. Autores Associados, Campinas.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasil. Senado, Brasília. [Em linha]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. [Consultado em: 26/09/2018].
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Senado, Brasília. [Em linha]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. [Consultado em: 25/10/2018].
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Senado, Brasília. [Em linha]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. [Consultado em: 25/10/2018].
- Leite, L. P. (2012). Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola. In: Leite, L. P e Martins, S. E. S. de O. ,São Paulo, Cultura Acadêmica, Marília, Oficina Universitária.
- Lima, M. S. L.; Nascimento, A. M. (2015). As raízes do Estágio Curricular Supervisionado: fundamentos que sustentam suas práticas. In: Albuquerque, J. V. et alii (Orgs.). *O estágio na formação do pedagogo: reflexões e vivências*. Belém, EDUEPA, pp. 19-38.
- Machado, R. (2009). *Educação especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e práticas*. Editora Cortez, São Paulo.
- Mantoan, M. T. E. (2006). *Inclusão Escolar: o que é ? por quê? como fazer?.* Editora Moderna, São Paulo.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2008). *Metodologia Científica*. Editora Atlas, São Paulo.
- Marconi, M. D. A.; Lakatos, E. M. (1999). *Técnicas de pesquisa*. 3ª ed. Editora Atlas, São Paulo.

Mendes, E. G. (2010). Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía. Medellín*. Universidade de Antioquia. v. 22, n. 57, pp. 93-109. [Em linha]. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyep/>>. [Consultado em: 10/12/2018].

Ministério da Educação. (2017). *Censo Escolar Da Educação Básica 2016: Notas Estatísticas*. Brasília, INEP.

Ministério da Educação. (2018). *IDEB – Resultados e Metas*. [Em Linha]. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=1540476>>. [Consultado em: 18/12/2018]

Ministério da Educação-MEC. (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação*. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, MEC, SEB, DICEI. [Em linha]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. [Consultado em: 12/08/2018].

Ministério da Educação-MEC. (2014). *Relatório Educação para Todos no Brasil-2000-2015*. Brasília.

Ministério da Educação-MEC. (2007). *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília.

Ministério da Educação-MEC (2006). *Ensaio pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação*, Secretaria de Educação Especial, Brasília.

Ministério da Educação-MEC (2005). *Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas*. 1. ed. Brasília, MEC, SEESP.

Minayo, M. C de S. (2010). *Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade*. Emancipação. Ponta Grossa.

Ministério da Educação do Brasil. (2007). *Plano de Desenvolvimento da Educação*.

Mittler, P. (2003). *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre, Artmed. razões, princípios e programas. Brasília, MEC.

Morgado, J., Sampaio, C. (2014). As atitudes dos professores do primeiro ciclo do ensino básico face à educação inclusiva de alunos com necessidades educativas especiais. In: *Revista Interações*. Campo Grande. n. 33. pp. 153-188. [Em linha]. Disponível em: <<file:///C:/Users/Paulo/Downloads/6734-Texto%20do%20Trabalho-17670-1-10-20150405.pdf>>. [Consultado em: 22/11/2019].

Observatório do Plano Nacional de Educação. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br>>. [Consultado em: 10/12/2018].

Organização das Nações Unidas (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília, Secretaria de Direitos Humanos.

Organização dos estados ibero-americanos para a educação, a ciência e a cultura (OEI). (2008). *A Educação que queremos para a geração dos bicentenários: Metas Educativas 2021*. Madri: OEI. [Em linha]. Disponível em: <<https://www.oei.es/Educacion/metas2021/presentacion>>. [Consultado em: 18/08/2018].

Organização das Nações Unidas-ONU. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. [Em linha]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. [Consultado em: 18/08/2019].

Organização das Nações Unidas-ONU. *United Nations – Disability*. [Em linha]. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/disabilities/issues.html>>. [Consultado em: 02/03/2019].

Pacheco, J. (2007). *Caminhos para Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Editora Artmed, Porto Alegre.

Peterson, P. J. (2006). Inclusão nos Estados Unidos: filosofia, implementação e capacitação de professores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 12, n. 1, pp. 3 - 10. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v12n1/31981.pdf>>. [Consultado em: 29/12/2018].

Pimenta, S. G (2014). *Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos*. Editora Cortez, São Paulo.

Plano Nacional de Educação – PNE. (2018). Ministério da Educação. Brasília, MEC.

Pletsch, M. D. (2010). *Repensando a Inclusão Escolar: Diretrizes políticas, Práticas curriculares e Deficiência intelectual*. Rio de Janeiro.

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. (2007). Ministério da Educação. Brasília, MEC/Secretaria de Educação Especial.

Prefeitura Municipal de Franca - SP, Brasil. (2015). *Plano Municipal de Educação 2015-2025*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/images/EDUCACAO/1INSTITUCIONAL/PLANO_MUNICIPAL/plano_municipal_da_educacao.pdf>. [Consultado em: 12/12/2018].

Referencial Curricular da Educação básica das escolas públicas do Município de Franca. [Em Linha]. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/uncategorised/referencial-curricular-da-educacao>>

- basica-das-escolas-publicas-do-municipio-de-franca>. [Consultado em: 15/01/2019].
- Reis, E. A.; Reis, I. A. (2002). *Estatística descritiva – Tabelas e Gráficos*. Departamento de Estatística, UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais. [Em linha]. Disponível em: <<http://leg.ufpr.br/~shimakur/CE055/node6.html>>. [Consultado em: 20/01/2019].
- Rodrigues, D. (2016). *Direitos humanos e inclusão*. Editora Profedições, Porto.
- Santos, M. P. P.; Moreira, M. (2008). *Inclusão em educação: culturas políticas e práticas*. 2. ed. Editora Cortez, São Paulo.
- Sanches, I.; Teodoro, A. (2005). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. *Revista Lusófona de Educação*. n. 8. pp. 63-83, Portugal.
- Saviani, D. (2010). Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, pp. 380–393. [Em linha]. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>>. [Consultado em: 02/12/2018].
- Secretaria Municipal de Educação. (2018). *Referencial Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Franca*. Franca, SP. [Em linha]. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/uncategorised/referencial-curricular-da-educacao-basica-das-escolas-publicas-do-municipio-de-franca>>. [Consultado em: 12/12/2019].
- Silva, A. B. B. (2014). *Mentes inquietas: TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade*. 4 ed. Editora Globo, São Paulo.
- Small, M. L. (2011). How to conduct a mixed methods study: Recent trends in rapidly growing literature. *Annual Review Sociology*, 37, pp. 57–86.
- Sofiato, C. G. e Angelucci, C. B. (2017). Educação inclusiva e seus desafios: uma conversa com David Rodrigues. *Educ. Pesqui*, v. 43, n. 1, pp. 281-295. São Paulo.
- Souza, F. F. e Pletsch, M. D. (2017). A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de educação inclusiva no Brasil. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, v. 25, n. 97, pp. 831-853.
- Souza, F. F e Pletsch, M. D. (2017). A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.25, n. 97, pp. 831-853. [Em linha]. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000400831&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. [Consultado em: 15/12/2018].
- Toledo, E. H. e Vitaliano, C. R. (2012). Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual. *Revista*

Brasileira de Educação Especial. vol. 18, n. 2, pp. 319-336. ISSN 1413-6538. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000200010>. [Consultado em 29/12/2018].

Todos Pela Educação. 5 anos, 5 metas, 5 bandeiras. (2011). *Todos Pela Educação*, p. 119. São Paulo.

Unesco. Organização das Nações Unidas. (1998). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* Jomtien, 1990. [Em linha]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por>. [Consultado em: 25/10/2018].

Unesco. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2016). Educação 2030. *Declaração de Incheon e Marco da Ação da Educação: Romo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. Brasília, Unesco. [Em linha]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/imagens/0023/002331/233137_POR.pdf>. [Consultado em: 18/08/2018].

Valle, M. H. F., Guedes, T. R. (2003). Habilidades e competências do professor frente à inclusão. In: Nunes Sobrinho, F. D. P. (Org.). *Inclusão educacional – pesquisa e interfaces*. Livre Expressão, Rio de Janeiro.

Anexos

Anexo 1. Parecer Substanciado da Plataforma Brasil



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP E OS DESAFIOS DAS METAS EM EDUCAÇÃO SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Pesquisador: Jeniffer Vitorino da Silva Alves

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 28447019.2.0000.5495

Instituição Proponente: Universidade Fernando Pessoa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.982.298

Apresentação do Projeto:

O sistema educacional brasileiro passou por várias transformações nos últimos anos, transformações essas que visam garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação básica. Tanto no Brasil como em outros países da América Latina, essas mudanças são frutos de política pública relacionada estreitamente com a dívida externa. As reformas educacionais ganham força a partir da década de 90, a partir dos esforços das políticas públicas implementadas mediante orientações dos organismos internacionais (Evangelista, 2014). A partir dessas reformas, surgem vários marcos reguladores da educação, na esfera nacional e internacional que evidenciam o direito de todos a uma educação de qualidade; há referências também à importância da qualificação dos professores como imprescindível contributo para tal qualidade. Na esfera internacional destacamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948); a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989); a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (EPT): respeitando as necessidades básicas de aprendizagem; A Educação que queremos para a geração dos bicentenários: as metas educativas 2021 (OEI, 2008); a Declaração de Incheon Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos (UNESCO, 2015). Como repositórios de medidas e orientações nacionais, temos a Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, as

Endereço: Av. Dr.Armando Salles de Oliveira, 201

Bairro: Parque Universitário

CEP: 14.404-600

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3711-8904

Fax: (16)3711-8829

E-mail: cepe@unifran.edu.br



Continuação do Parecer: 3.982.298

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e o Plano Nacional de Educação (Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino MEC/ SASE). Os grandes destaques da Educação surgiram a partir da análise de relatórios e declarações como a da Conferência de Jomtien (UNESCO, 1998), na Tailândia, em 1990, que teve como resolução a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, realizada conjuntamente pelo Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Unesco. Tendo em vista a necessidade de mudanças educacionais a fim de garantir o desenvolvimento e o direito de educar todas as crianças, jovens e adultos, constatou-se a necessidade e a preocupação em potencializar o sistema educacional brasileiro com a criação das escolas inclusivas. Escolas essas reestruturadas para que se adaptem às necessidades e potencialidades de cada sujeito, tem sido de fundamental importância assegurar os direitos, que as pessoas com deficiência têm, de frequentar a escola regular. Tal decisão política foi reafirmada no recém-aprovado Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Partindo das grandes mudanças legais que ocorreram nos últimos anos surgem algumas inquietações como: O que é a inclusão escolar? Como se concretiza no dia a dia? Qual o papel docente, dos alunos e da comunidade escolar como um todo frente à proposta? Como se desenvolve o processo de ensino aprendizagem no contexto da inclusão escolar? Foi a partir dessas questões que surgiram o argumento e objetivos de especificidade acadêmica que subsidiaram a pesquisa. Como forma de avaliar e garantir se os direitos estão sendo assegurados, criaram-se indicadores do sistema, nomeadamente o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), no Brasil, que denota por meio de seus resultados o desempenho dos alunos e a necessidade de um olhar cuidadoso sobre esse desempenho, contribuindo para elucidar um dos grandes desafios da educação, o de desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem que sejam capazes de educar todas as crianças com êxito, inclusive as com necessidades educacionais especiais, sem permear a dialética da exclusão e segregação na divisão entre educação especial e ensino comum. De acordo com Carneiro (2012, p. 9), construir uma escola diferente implica um compromisso prioritário com a transformação do modelo tradicional de formação de professores. É preciso ter coerência entre o que os educadores aprendem e o que (e como? e quem?) queremos que ensinem. Precisamos, dessa forma, promover discussões e possibilitar a construção de parcerias entre a pesquisa científica e as práticas inclusivas. Foi a partir dos documentos citados acima que mudanças importantes aconteceram no Brasil, devido à necessidade de adequação a novos princípios universais. É a partir desses princípios universais que a educação inclusiva surge como uma nova realidade social. Sabemos o

Endereço: Av. Dr.Armando Salles de Oliveira, 201
Bairro: Parque Universitário **CEP:** 14.404-600
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3711-8904 **Fax:** (16)3711-8829 **E-mail:** cepe@unifran.edu.br



UNIFRAN
Universidade
de Franca

UNIVERSIDADE DE FRANCA -
UNIFRAN



Continuação do Parecer: 3.982.298

quão importante é fomentar mudanças profundas nas escolas, desde questões mais abrangentes como a da cultura escolar ou até mesmo a necessidade de novas estratégias de ensino/aprendizagem, garantindo a todos a superação de suas dificuldades, o desenvolvimento de suas qualidades, capacidades, potencialidades e habilidades, em prol da vida democrática. É por meio dessas discussões que passamos a questionarnos sobre as formas de atendimentos dadas até aqui aos alunos com necessidades educacionais específicas, se são ou não atendidos adequadamente a fim de garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos. A presente pesquisa se delimitou a analisar a literatura Nacional no que tange ao fomento da educação inclusiva, tendo por objetivo identificar e analisar a inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular brasileiro, ou seja, como este processo está sendo desenvolvido, considerando os recursos disponíveis em nossa realidade. Tendo em vista a importância do assunto para o desenvolvimento social, é fundamental disponibilizar materiais que auxiliem os profissionais da educação na construção desse novo modelo educacional, pois cada vez mais a escola recebe alunos que fogem à expectativa e os profissionais, que nem sempre sabem como lidar com essa diferença. Sob um olhar analítico esta pesquisa direciona-se para compreender a proposta de inclusão escolar do município de Franca SP, com o recorte sobre as séries iniciais do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), tendo por objetivo principal compreender as propostas municipais para Educação Especial inclusiva e o que se concretiza no ambiente escolar, e como objetivos específicos: • Verificar os traços de influência que as políticas públicas internacionais, nacionais e estaduais exercem sobre a esfera municipal para que ocorra a inclusão escolar. • Analisar o quanto as política públicas vem sendo realizadas pelos governos, tendo em vista a que ponto os alunos com necessidades especiais conseguem ter acesso a uma educação de qualidade, princípio este presente na Constituição Federal como inalienável. Esta pesquisa esta divida foi organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo é a introdução onde damos inicio a nossa discussão. O segundo capítulo “Educação inclusiva no âmbito internacional e nacional” apresenta a trajetória histórica da educação especial no Brasil e os principais documentos internacionais que estruturam esta modalidade de educação, proporcionando ao leitor a estrutura geral da educação especial, relacionando os aspetos pedagógicos que contribuíram para a análise e reflexão as necessidades especiais e suas possibilidades de aprendizagem relacionando a construção da Educação Inclusiva no Brasil e nos sistemas educacionais mundiais de forma geral, observando a construção política e social pelas quais a Educação Especial foi estruturada e aprofundada. Com o subtítulo “Construção e avaliação da educação inclusiva no Brasil” discutiram-se as estruturas que subsidiam o oferecimento dessa modalidade de educação e a avaliação do

Endereço: Av. Dr.Armando Salles de Oliveira, 201

Bairro: Parque Universitário

CEP: 14.404-600

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3711-8904

Fax: (16)3711-8829

E-mail: cepe@unifran.edu.br



Continuação do Parecer: 3.982.298

oferecimento desse direito. Dando sequencia são apresentadas em “Meta 4 – Uma escola plural” às práticas educacionais e as políticas públicas que embasa teoricamente a concessão desse direito a toda a população. “Metas propostas pelo Plano Nacional de Educação são estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais”. (Ministério da Educação Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, 2014). O terceiro capítulo, “Desafios e Metas da Educação Inclusiva”, discute as perspectivas das metas estabelecidas como melhoria e desenvolvimento da educação e os maiores obstáculos encontrados para realização da inclusão, tais como o repensar da prática docente, sua relação com o educando,

resinificação dos paradigmas educacionais, construção da aprendizagem, análise dos mecanismos de avaliação educacional, a necessidade de estruturação de acessibilidade físico/arquitetônica e didática. De maneira a compreender melhor o tema subdividiu-se o capítulo em “Desafios e metas da educação inclusiva” que fará uma análise dos desafios enfrentados e as metas a que se quer chegar a fim de se atingir o objetivo final de proporcionar uma educação para todos e de qualidade. No quarto capítulo, “Por dentro da Rede de ensino Municipal de Franca SP” foram analisadas as políticas públicas de inclusão que o município desenvolve, compreendo o papel do município no cenário educacional brasileiro, analisando a Lei Orgânica Municipal e seus direcionamentos quanto a educação, e a proposta e direcionamento da educação como garantia do direito irrevogável e intransferível materializada pelo Referencial da Educação Infantil e do Ensino Fundamental das escolas públicas de Franca (2008). No quinto capítulo “Revisão da Literatura” vem nos auxiliar a compreender e aprofundar sobre o estado da arte, o que se tem sobre pesquisas até aqui. No sexto capítulo, “Metodologia”, explicita-se o caminho metodológico percorrido para o desenvolvimento do trabalho de campo, a apresentação e a voz dos sujeitos da pesquisa e o cenário em que decorreu. A metodologia utilizada foi quali-quantitativa caracterizada como pesquisa aplicada devido ao olhar sobre os desafios a problemas específicos da inclusão, uma investigação descritiva na qual se pretendeu descrever e compreender o objeto de estudo por meio do levantamento de informação. Utilizaram-se os procedimentos de pesquisa bibliográfica que delimitou o problema. O desenho da pesquisa de campo foi um estudo comparativo de casos: foram observadas e descritas às situações em duas escolas municipais de Franca SP, sendo uma detentora de recursos e subsídios necessários para a efetivação da inclusão e outra sem esses recursos fazendo também um paralelo com seus resultados de desenvolvimento, onde se pretendeu compreender quais as características que mais influenciaram e colaboraram para a efetivação da inclusão escolar.

Endereço: Av. Dr.Armando Salles de Oliveira, 201
Bairro: Parque Universitário **CEP:** 14.404-600
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3711-8904 **Fax:** (16)3711-8829 **E-mail:** cepe@unifran.edu.br



Continuação do Parecer: 3.982.298

Hipótese: Uma escola inclusiva, preocupa-se com a estrutura e a formação continuada de todos os profissionais que atuam diretamente com os alunos com necessidades educacionais especiais e isso influencia nas avaliações externas do governo.

Metodologia Proposta: A elaboração de instrumentos para a coleta de dados deverá ser submetida a testes para assegurar sua eficácia em medir aquilo que a pesquisa se propõe a medir, antes de aplicá-la realmente. A coleta de dados que irá nos auxiliar na busca das informações para a elucidação do fenômeno será a técnica de inquérito por questionário, que definirá os procedimentos de operacionalização do método de forma padronizados. O questionário será aplicado aos gestores, pedagogos, coordenadores pedagógicos, docentes e a Secretaria de Educação Municipal.

Critério de Inclusão: Os participantes da pesquisa serão gestores, profissionais da Secretaria de educação Municipal e professores.

Critério de Exclusão: Serão excluídos da pesquisa aqueles que não se enquadrem entre os profissionais citados no critério de inclusão.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Neste trabalho busca-se identificar e analisar por meio de evidencia científica as características de uma escola inclusiva, o quanto a formação do professor interfere na melhoria da inclusão e da aprendizagem e qual relação os resultados de sucesso nas avaliações externas tem com as práticas inclusivas efetuadas nas escolas. Em uma análise mais aprofundada no município de Franca SP, considerando aspectos sociais e qualidade do ensino oferecido a esses alunos. Compreendendo como ocorre o processo de inclusão e verificando seus desafios e perspectivas de desenvolvimento.

Objetivo Secundário: • Verificar se o município de Franca-SP empreende as políticas nacionais destinadas a inclusão. • Analisar engendramento da escola inclusiva.

• Investigar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais acerca das metodologias propostas. • Relacionar a formação e conhecimento do professor e equipe educacional com desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram apresentadas as seguintes considerações pelos proponentes acerca dos possíveis riscos e benefícios resultantes da participação da pesquisa:

Riscos: Pode ser considerado riscos para Estudos com Aplicação de questionários e entrevistas:- Cansaço ou aborrecimento ao responder questionários;- Invasão de privacidade; - Responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade;- Vitimizar e perder o

Endereço: Av. Dr.Armando Salles de Oliveira, 201
Bairro: Parque Universitário **CEP:** 14.404-600
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3711-8904 **Fax:** (16)3711-8829 **E-mail:** cepe@unifran.edu.br



Continuação do Parecer: 3.982.298

autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados;- Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado;- Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE).- Tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista.- Considerar riscos relacionados à divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos. O que será feito para minimizar os riscos acima apresentados: - Disponibilidade de vários dias e em tempos curtos para responder os questionários, para não tomar tempo e nem ser cansativo e/ou exausto, tanto para o pesquisador quanto para os entrevistados; - Manter sigilo das informações do questionário, assinado pelo pesquisador um Termo de Confidencialidade e Sigilo que será entregue aos entrevistados; - Explicar de forma clara o objetivo do questionário e os pontos a serem abordados, para que seja minimizada a possibilidade de que o entrevistado se sinta ofendido e/ou discriminado.

Benefícios: Busca identificar as características de uma escola inclusiva, o quanto a formação do professor interfere na melhoria da inclusão e da aprendizagem, visando a melhoria da educação.

Considerando-se que o questionário é disponibilizado no projeto, pode-se perceber que os riscos são mínimos e os benefícios se sobrepõem aos riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide item Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide item Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Recomendações:

Recomenda-se atenção à escrita formal quando da elaboração do trabalho final. Há problemas básicos na estrutura da redação do projeto que podem comprometer a leitura.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando-se o cumprimento das solicitações de esclarecimento e adequação, não há óbices éticos para a realização da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

O parecer do relator foi acatado, projeto aprovado. O relatório final deverá ser entregue até a data especificada no cronograma. Que continuem sendo cumpridas as determinações da Resolução CNS 466/12, na realização da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av. Dr.Armando Salles de Oliveira, 201
Bairro: Parque Universitário **CEP:** 14.404-600
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3711-8904 **Fax:** (16)3711-8829 **E-mail:** cepe@unifran.edu.br

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



UNIFRAN UNIVERSIDADE DE FRANCA -
UNIFRAN



Continuação do Parecer: 3.982.298

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1439447.pdf	31/03/2020 15:51:44		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Consentimento_Livre_Esclarecido.doc	31/03/2020 15:50:19	Jeniffer Vitorino da Silva Alves	Aceito
Outros	termo_confidencialidade_sigilo.pdf	31/03/2020 15:49:31	Jeniffer Vitorino da Silva Alves	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso.pdf	31/03/2020 15:39:28	Jeniffer Vitorino da Silva Alves	Aceito
Outros	declaracao_tornar_resultados_publicos.pdf	31/03/2020 15:34:35	Jeniffer Vitorino da Silva Alves	Aceito
Outros	Carta_Resposta.doc	31/03/2020 11:56:00	Jeniffer Vitorino da Silva Alves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	31/03/2020 11:54:34	Jeniffer Vitorino da Silva Alves	Aceito
Declaração de concordância	declaracao_concordancia.pdf	12/01/2020 09:16:02	Jeniffer Vitorino da Silva Alves	Aceito
Outros	declaracao_orientador.pdf	23/11/2019 22:35:40	Jeniffer Vitorino da Silva Alves	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto_PlataformaBrasil.pdf	23/11/2019 22:19:41	Jeniffer Vitorino da Silva Alves	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 20 de Abril de 2020

Assinado por:

Marisa Afonso de Andrade Brunherotti
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dr.Armando Salles de Oliveira, 201

Bairro: Parque Universitário

CEP: 14.404-600

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3711-8904

Fax: (16)3711-8829

E-mail: cepe@unifran.edu.br

Anexo 02. Autorização

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Franca, 21 de agosto de 2019

Ao Exmo Sr.

Edgar Ajax dos Reis Filho

Secretário de Educação

Eu, Jeniffer Vitorino da Silva Alves, portadora do CPF 338.085.788-23, venho por meio deste ofício solicitar o que segue.

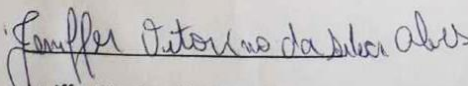
Sou aluna do curso de Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial, pela Universidade Fernando Pessoa, em Porto, Portugal, sob o projeto de pesquisa "A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP E OS DESAFIOS DAS METAS EM EDUCAÇÃO SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO".

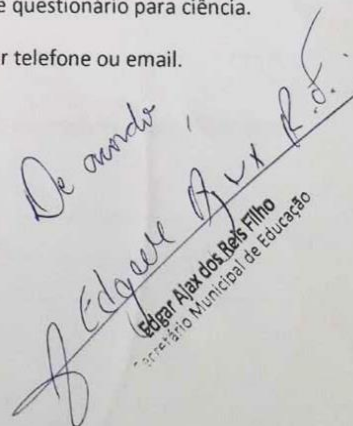
Como meu tema é direcionado a estudo de inclusão nas escolas municipais de Franca, é necessário uma entrevista e alguns questionários com profissionais da Secretaria Municipal de Educação. Isto é uma exigência da Universidade para conclusão de meu projeto de pesquisa.

Sendo assim, solicito autorização de vossa parte para que eu possa cumprir este requisito.

Encaminho em anexo uma cópia da entrevista e questionário para ciência.

Grato pela vossa atenção e aguardo retorno por telefone ou email.


Jeniffer Vitorino da Silva Alves
CPF: 309.082.818-97
Telefone: (16) 99213-1212
E-mail: jeny_vitorino20@hotmail.com

De acordo

Edgar Ajax dos Reis Filho
Secretário Municipal de Educação

Anexo 03. Resultados da Análise Descritiva das respostas aos Questionários

Tabela 5 – Políticas Públicas (GESTORES DA ESCOLA)

Nº Total de Inquiridos = 5

As % devem ser obtidas sobre o nº de inquiridos. Emendar acima no texto.

		N	%
1 - Enumere de 1 a 8, o que você considera serem barreiras mais importantes para implantação da inclusão escolar?*	barreira arquitetônicas	5	100,00%
	formação do professor	5	100,00%
	acessibilidade tecnológica	3	60,00%
	barreira informacionais	3	60,00%
	barreiras urbanísticas	3	60,00%
	equipe de apoio (fono, fisio, psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social)	3	60,00%
2 - Numa escala de 0 a 10 qual a articulação entre os Planos nacional, Estadual e Municipal de Educação?	0	0	0,00%
	1	0	0,00%
	2	2	40,00%
	3	0	0,00%
	4	0	0,00%
	5	0	0,00%
	6	0	0,00%
	7	0	0,00%
	8	2	40,00%
	9	1	20,00%
3 - Para a construção do Plano Municipal de Educação quem foram os participantes?	Equipe de coordenadores pedagógicos	3	60,0%
	Supervisão escolar	2	40,0%
	Encontros para discussão por área;	4	80,00%
	Palestras	3	60,00%
4 - Que tipo de formação continuada voltada para inclusão, já foi proferido aos profissionais escolares para que atendam de forma adequada os alunos com necessidades especiais? (É possível selecionar mais de uma opção)*	Oficinas/workshop;	2	40,00%
	Análise de pesquisa científica;	1	20,00%
	Observação a aula por parte do coordenador pedagógico	1	20,00%
	Análise e observação de aula;	1	20,00%
	Congressos;	1	20,00%
	Seminários de pesquisa	1	20,00%
	0	0	0,00%
5 - De zero a dez, qual o seu nível de satisfação com as estratégias de inclusão que são realizadas nas escolas?	1	0	0,00%
	2	2	40,00%
	3	0	0,00%
	4	0	0,00%
	5	0	0,00%
	6	0	0,00%
	7	0	0,00%
	8	2	40,00%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	9	1	20,00%
	10	0	0,00%
6 - Tendo em vista que o município de Franca SP vem atingindo as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, assinale quais estratégias de ensino e aprendizagem você julga satisfatórias para os bons resultados?	Diferentes metodologias	4	80,0%
	Formação de professor	1	20,0%
7 - Na sua escola qual o numero de alunos com necessidades especiais são atendidos?	Entre 5 e 10 alunos	2	40,0%
	Entre 10 e 15 alunos	3	60,0%

Tabela 6 – Políticas Públicas (PROFESSORES)

Nº Total de Inquiridos = 25

		N	%
1 - Enumere de 1 a 8, o que você considera serem barreiras mais importantes para implantação da inclusão escolar?*	Equipe de apoio (fono, fisio, psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social)	24	96,00%
	Formação do professor	22	88,00%
	Acessibilidade tecnológica	21	84,00%
	Barreira arquitetônicas	20	80,00%
	Barreira informacionais	11	44,00%
	Barreiras urbanísticas	10	40,00%
	Flexibilização do currículo	13	52,00%
	Acessibilidade tecnológica	8	32,00%
2 - Quais dos itens citados acima existe em sua escola?*	Avaliação diferenciada atendendo as necessidades as necessidades do aluno	7	28,00%
	Acessibilidade de informação (Libras, Braille, Equipamento de apoio)	3	12,00%
	Equipe de apoio (fono, fisio, psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social)	3	12,00%
	Formação do professor	3	12,00%
	Equipe de coordenadores pedagógicos	7	28,00%
3 - Para a construção do Plano Municipal de Educação quem foram os participantes?*	Equipe de diretores escolares	5	20,00%
	Supervisão escolar	5	20,00%
	Professores	3	12,00%
	Secretário da educação	3	12,00%
	Outros atores não destacados aqui:	2	8,00%
4 - Que tipo de formação continuada voltada para inclusão, já foi proferido aos profissionais escolares para que atendam de forma adequada os alunos com necessidades especiais?*	Palestras	21	84,00%
	Análise e observação de aula;	6	24,00%
	Observação a aula por parte do coordenador pedagógico	6	24,00%
	Oficinas/workshop	4	16,00%
	Curso de especialização	2	8,00%
	Dinâmica colaborativa de troca de experiências;	2	8,00%
	Análise de pesquisa científica;	1	4,00%
	Congressos	1	4,00%
	Encontros para discussão por área;	1	4,00%
Seminários de pesquisa	1	4,00%	

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	0	3	12,00%
	1	3	12,00%
5 - De zero a dez, qual o seu nível de satisfação com as estratégias de inclusão que são realizadas nas escolas?	2	3	12,00%
	3	2	8,00%
	4	5	20,00%
	5	5	20,00%
	6	2	8,00%
	7	1	4,00%
	10	1	4,00%
6 - Tendo em vista que o município de Franca SP vem atingindo as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, assinale quais estratégias de ensino e aprendizagem você julga satisfatórias para os bons resultados?	Formação de professor	9	36,00%
	Uso de materiais concretos	5	20,00%
	Diferentes metodologias	4	16,00%
	Material didático adequado	4	16,00%
	Incentivo à leitura e escrita de bons textos	1	4,00%
	Usos de jogos	1	4,00%
	Visitas pedagógicas para observação	1	4,00%
7 - Na sua escola qual o número de alunos com necessidades especiais são atendidos?	De 1 a 5 alunos	2	8,00%
	Entre 5 e 10 alunos	3	12,00%
	Entre 10 e 15 alunos	15	60,00%
	Entre 15 e 20 alunos	2	8,00%
	Entre 20 e 30 alunos	1	4,00%
	Mais de 30 alunos	1	4,00%
	Não se aplica	1	4,00%
8 - Qual o desenvolvimento da escola nos resultados do IDEB?	5,0 a 5,5	1	4,00%
	6,0 a 6,5	8	32,00%
	7,0 a 7,5	12	48,00%
	8,0 a 8,5	4	16,00%
9 - De zero a dez a escola regular está preparada para atender alunos com necessidades educacionais especiais?	0	3	12,00%
	1	1	4,00%
	2	6	24,00%
	3	4	16,00%
	4	6	24,00%
	5	5	20,00%
9.1 - Por quê? *	Falta formação equipe de apoio especializado	10	40,00%
	Falta formação para professores	6	24,00%
	Falta estrutura e tecnologias	3	12,00%
	Falta recursos e material	3	12,00%
	Devido a diversidade	3	12,00%
10 - De zero a dez, acha que crianças com necessidades educacionais especiais devem permanecer nas unidades de ensino especializado como APAE?	0	1	4,00%
	3	2	8,00%
	5	10	40,00%
	6	2	8,00%
	7	6	24,00%
	8	1	4,00%
	10	3	12,00%
11 - Considera que a inclusão de crianças com necessidade educacional	Concordo totalmente	2	8,00%
	Concordo parcialmente	4	16,00%
	Indiferente	1	4,00%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

no ensino regular é um fator prejudicial as outras crianças sem necessidades educativas especiais?	Discordo parcialmente	4	16,00%
	Discordo totalmente	14	56,00%
12 - Considera as tecnologias de apoio importantes para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais?	Concordo totalmente	12	48,00%
	Concordo parcialmente	12	48,00%
	Indiferente	1	4,00%
	Discordo parcialmente	0	0,00%
	Discordo totalmente	0	0,00%
12.1 - Qual (is) tecnologias mais te ajuda?	Jogos	7	28,00%
	Nenhuma	5	20,00%
	Notebook/Computadores	5	20,00%
	Material interativo	2	8,00%
	Mais Tecnologias	1	4,00%
	Áudio visual	1	4,00%
	Aulas adaptadas	1	4,00%
	Monitores especializados que os atendam individualmente	1	4,00%
	Profissional especializado e materiais concretos.	1	4,00%
	Teclado alternativo, os livros e publicações em áudio, planilhas eletrônicas, sublinhadores e organizadores gráficos, softwares para reconhecimento de fala, leitores de tela e sintetizadores de voz e a mesa digital.	1	4,00%

NOTA: * Perguntas que poderiam ser selecionadas mais de uma opção de resposta, por esse motivo o total de N ultrapassa a quantidade máxima de respondentes.

Tabela 7 – Políticas Públicas (Gestores educacionais da Secretaria de Educação)

Nº Total de Inquiridos = 4

	N	%	
1 - Enumere de 1 a 8, o que você considera serem barreiras mais importantes para implantação da inclusão escolar? *	acessibilidade tecnológica	4	100,00%
	barreira arquitetônicas	4	100,00%
	barreira informacionais	4	100,00%
	barreiras urbanísticas	4	100,00%
	equipe de apoio (fono, fisio, psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social)	4	100,00%
	formação do professor	4	100,00%
2 - Numa escala de 0 a 10 qual o grau de articulação entre os Planos nacional, Estadual e Municipal de	0	0	0,00%
	1	0	0,00%
	2	0	0,00%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Educação?	3	0	0,00%	
	4	0	0,00%	
	5	1	25,00%	
	6	0	0,00%	
	7	0	0,00%	
	8	3	75,00%	
	9	0	0,00%	
	10	0	0,00%	
	3 - Para a construção do Plano Municipal de Educação quem foram os participantes?	Equipe de coordenadores pedagógicos	2	50,0%
		Equipe de diretores escolares	1	25,0%
Supervisão escolar		1	25,0%	
4 - Que tipo de formação continuada voltada para inclusão, já foi proporcionada aos profissionais escolares para que atendam de forma adequada os alunos com necessidades especiais? (É possível selecionar mais de uma opção) *	Encontros para discussão por área;	4	100,00%	
	Palestras	4	100,00%	
	Oficinas/workshop;	4	100,00%	
	Análise de pesquisa científica;	4	100,00%	
	Observação a aula por parte do coordenador pedagógico	4	100,00%	
	Análise e observação de aula;	4	100,00%	
	Congressos;	4	100,00%	
Seminários de pesquisa	4	100,00%		
5 - De zero a dez, qual o seu nível de satisfação com as estratégias de inclusão que são realizadas nas escolas?	0	0	0,00%	
	1	0	0,00%	
	2	0	0,00%	
	3	0	0,00%	
	4	0	0,00%	
	5	0	0,00%	
	6	0	0,00%	
	7	4	100,00%	
	8	0	0,00%	
	9	0	0,00%	
10	0	0,00%		
6 - Tendo em vista que o município de Franca SP vem atingindo as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, assinale quais estratégias de ensino e aprendizagem você julga satisfatórias para os bons resultados?	Incentivo à leitura e escrita de bons textos	1	25,0%	
	Uso de materiais concretos	2	50,0%	
	Uso de tecnologias	1	25,0%	
8 - Qual o desenvolvimento da escola nos resultados do IDEB?	7,0 a 7,5	4	100,0%	

NOTA: * Perguntas que poderiam ser selecionadas mais de uma opção de resposta, por esse motivo o total de N ultrapassa a quantidade máxima de respondentes.

Tabela 8 – Desenvolvimento da Meta 4: Uma Escola Plural (Gestores de Escolas)

Nº Total de Inquiridos = 5

	Concordo totalmente		Concordo parcialmente		Indiferente		Discordo parcialmente		Discordo totalmente	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1 - São contabilizados para fins de repasse do FUNDEB as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.	2	40,00%	1	20,00%	0	0,00%	2	40,00%	0	0,00%
2 - As crianças de 0 a 3 com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, são atendidas em escolas públicas.	1	20,00%	2	40,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	40,00%
3 - Os alunos com necessidades educacionais especiais são beneficiados pela sala de recursos.	2	40,00%	2	40,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%
4 - Existe fomento a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas	0	0,00%	4	80,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%
5 - Para identificar necessidades educacionais especiais, superdotação e sua família são ouvidos e passam por avaliação.	2	40,00%	3	60,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
6 - foram criados juntamente ao trabalho da Secretaria Municipal de educação centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social,	1	20,00%	2	40,00%	0	0,00%	1	20,00%	1	20,00%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

7 - Os alunos com necessidade especiais fazem parte de programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir seu acesso e permanência realizando adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva.

1	20,00%	3	60,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%
---	--------	---	--------	---	-------	---	--------	---	-------

8 - É garantido a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete)

0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%	3	60,00%	1	20,00%
---	-------	---	--------	---	-------	---	--------	---	--------

9 - É garantido a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

2	40,00%	3	60,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
---	--------	---	--------	---	-------	---	-------	---	-------

10 - Existe acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao

2	40,00%	3	60,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
---	--------	---	--------	---	-------	---	-------	---	-------

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;											
11 - Existe fomento a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.	0	0,00%	4	80,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%	
12 - É promovido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência.	0	0,00%	2	40,00%	1	20,00%	2	40,00%	0	0,00%	
13 - Ocorre a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.	0	0,00%	3	60,00%	1	20,00%	1	20,00%	0	0,00%	
14 - Ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência.	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	60,00%	2	40,00%	
15 - Existem indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e	1	20,00%	2	40,00%	0	0,00%	2	40,00%	0	0,00%	

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência.

16 - É realizado a pesquisa, demografia e estatística competentes, para obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.

0	0,00%	4	80,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%
---	-------	---	--------	---	-------	---	--------	---	-------

17 - Os cursos de graduações existentes no município incentivam a formação desses profissionais observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

0	0,00%	4	80,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%
---	-------	---	--------	---	-------	---	--------	---	-------

18 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência.

1	20,00%	3	60,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%
---	--------	---	--------	---	-------	---	--------	---	-------

19 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando amplia

1	20,00%	3	60,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%
---	--------	---	--------	---	-------	---	--------	---	-------

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;											
20 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, profissionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.	0	0,00%	4	80,00%	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%	
Total Geral	16	320%	53	1.060%	2	40%	23	460%	6	120%	

Tabela 9 – Desenvolvimento da Meta 4: Uma Escola Plural (Professores)

Nº Total de Inquiridos = 25

	Concordo totalmente		Concordo parcialmente		Indiferente		Discordo parcialmente		Discordo totalmente	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1 - São contabilizados para fins de repasse do FUNDEB as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebiam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo	8	32,00%	6	24,00%	7	28,00%	2	8,00%	2	8,00%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

dessas matrículas na educação básica regular.

2 - As crianças de 0 a 3 com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, são atendidas em escolas públicas.

4	16,00%	11	44,00%	6	24,00%	0,00%	4	16,00%
---	--------	----	--------	---	--------	-------	---	--------

3 - Os alunos com necessidades educacionais especiais são beneficiados pela sala de recursos.

2	8,00%	8	32,00%	9	36,00%	5	20,00%	1	4,00%
---	-------	---	--------	---	--------	---	--------	---	-------

4 - Existe fomento a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas.

3	12,00%	7	28,00%	1	4,00%	4	16,00%	10	40,00%
---	--------	---	--------	---	-------	---	--------	----	--------

5 - Para identificar necessidades educacionais especiais, superdotação e sua família são ouvidos e passam por avaliação.

11	44,00%	9	36,00%	2	8,00%	2	8,00%	1	4,00%
----	--------	---	--------	---	-------	---	-------	---	-------

6 - foram criados juntamente ao trabalho da Secretaria Municipal de educação centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com

1	4,00%	6	24,00%	5	20,00%	9	36,00%	4	16,00%
---	-------	---	--------	---	--------	---	--------	---	--------

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;										
7 - Os alunos com necessidade especiais fazem parte de programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir seu acesso e permanência realizando adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva.	2	8,00%	10	40,00%	6	24,00%	3	12,00%	4	16,00%
8 - É garantido a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete)	2	8,00%	5	20,00%	4	16,00%	2	8,00%	12	48,00%
9 - É garantido a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	9	36,00%	11	44,00%	2	8,00%	1	4,00%	2	8,00%
10 - Existe acompanhamento e o	3	12,00%	13	52,00%	3	12,00%	2	8,00%	4	16,00%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;										
11 - Existe fomento a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.	2	8,00%	4	16,00%	6	24,00%	7	28,00%	6	24,00%
12 - É promovido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência.	1	4,00%	6	24,00%	9	36,00%	6	24,00%	3	12,00%
13 - Ocorre a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e	1	4,00%	8	32,00%	7	28,00%	4	16,00%	5	20,00%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.

14 - Ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência.

1	4,00%	8	32,00%	6	24,00%	5	20,00%	5	20,00%
---	-------	---	--------	---	--------	---	--------	---	--------

15 - Existe indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência.

1	4,00%	10	40,00%	7	28,00%	5	20,00%	2	8,00%
---	-------	----	--------	---	--------	---	--------	---	-------

16 - É realizado a pesquisa, demografia e estatística competentes, para obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.

3	12,00%	9	36,00%	9	36,00%	1	4,00%	3	12,00%
---	--------	---	--------	---	--------	---	-------	---	--------

17 - Os cursos de graduações existentes no município incentivam a

2	8,00%	10	40,00%	7	28,00%	2	8,00%	4	16,00%
---	-------	----	--------	---	--------	---	-------	---	--------

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

formação desses profissionais observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

18 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, 2 8,00% 7 28,00% 8 32,00% 3 12,00% 5 20,00% conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência.

19 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando 2 8,00% 7 28,00% 8 32,00% 3 12,00% 5 20,00% ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;											
20 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.	2	8,00%	7	28,00%	9	36,00%	3	12,00%	4	16,00%	
Total Geral	62	248%	162	648%	121	484%	69	296%	86	344%	

Tabela 10 – Desenvolvimento da Escola Plural (Gestores educacionais da Secretaria de Educação)

Nº Total de Inquiridos = 4

	Concordo totalmente		Concordo parcialmente		Indiferente		Discordo parcialmente		Discordo totalmente	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1 - São contabilizados para fins de repasse do FUNDEB as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

básica regular.										
2 - As crianças de 0 a 3 com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, são atendidas em escolas públicas.	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
3 - Os alunos com necessidades educacionais especiais são beneficiados pela sala de recursos.	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
4 - Existe fomento a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas.	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
5 - Para identificar necessidades educacionais especiais, superdotação e sua família são ouvidos e passam por avaliação.	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
6 - foram criados juntamente ao trabalho da Secretaria Municipal de educação centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação	0	0%	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%
7 - Os alunos com necessidade especiais fazem parte de programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir seu acesso e	0	0%	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

permanência realizando adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva.											
8 - É garantido a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.	0	0%	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	
9 - É garantido a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	
10 - Existe acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	
11 - Existe fomento a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e	0	0%	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

recursos de tecnologia assistiva, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;											
12 - É promovido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência.	0	0%	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	
13 - Ocorre a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar de alunos de alunos com necessidades educacionais especiais.	3	75,00%	1	25,00%	0	0%	0	0%	0	0%	
14 - Ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência.	1	25,00%	3	75,00%	0	0%	0	0%	0	0%	
15 - Existe indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência.	3	75,00%	1	25,00%	0	0%	0	0%	0	0%	
16 - É realizado a pesquisa, demografia e estatística competentes, para	2	50%	2	50%	0	0%	0	0%	0	0%	

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.										
17 - Os cursos de graduações existentes no município incentivam a formação desses profissionais observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;	1	25,00%	3	75,00%	0	0%	0	0%	0	0%
18 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência.	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
19 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso,	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;											
20 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Total Geral	50	1250%	30	750%	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 11 – Desenvolvimento Escola Inclusiva (Escolas)

Nº Total de Inquiridos = 5

	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Criatividade	10	0	10	10	10
Metodologia	10	0	10	10	10
Flexibilidade/aceitação	10	0	10	10	10
Avaliação e análise da aprendizagem	9,2	0,64	9	8	10
Comunicação	10	0	10	10	10
Pensamento crítico	9	0,8	9	8	10
Trabalho em equipe	10	0	10	10	10
Uso de tecnologia	7,6	0,96	7	7	10
Formação de professor	10	0	10	10	10
Adequação do ambiente escolar	9,2	0,96	10	8	10
Capacitação dos funcionários	10	0	10	10	10
Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas	10	0	10	10	10
Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência	10	0	10	10	10

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência	10	0	10	10	10
Adequação curricular	10	0	10	10	10
Adequação do número de alunos por sala de aula	9,6	0,64	10	8	10

Tabela 12 – Desenvolvimento Escola Inclusiva (Professores)

Nº Total de Inquiridos = 25

	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Criatividade	8,48	1,584	9	2	10
Metodologia	9,2	0,832	10	6	10
Flexibilidade/Aceitação	9,48	0,7072	10	6	10
Avaliação e análise da aprendizagem	8,92	1,1552	10	5	10
Comunicação	9,48	0,7904	10	5	10
Pensamento crítico	8,8	1,472	10	5	10
Trabalho em equipe	9,52	0,768	10	6	10
Uso de tecnologia	8,36	1,648	9	3	10
Formação de professor	9,32	1,088	10	5	10
Adequação do ambiente escolar	9,48	0,9152	10	4	10
Capacitação dos funcionários	9,52	0,8064	10	3	10
Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas	9,6	0,704	10	4	10
Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência	9,16	1,0752	10	2	10
Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência	9,64	0,6624	10	3	10
Adequação curricular	9,56	0,7392	10	6	10
Adequação do número de alunos por sala de aula	9,64	0,6624	10	3	10

Tabela 13 – Desenvolvimento Escola Inclusiva (Gestores educacionais da Secretaria de Educação)

Nº Total de Inquiridos = 4

	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Criatividade	10	0	10	10	10
Metodologia	10	0	10	10	10

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Flexibilidade/aceitação	10	0	10	10	10
Avaliação e análise da aprendizagem	10	0	10	10	10
Comunicação	10	0	10	10	10
Pensamento crítico	9,5	0,5	9,5	9	10
Trabalho em equipe	9,75	0,375	10	9	10
Uso de tecnologia	9,75	0,375	10	9	10
Formação de professor	10	0	10	10	10
Adequação do ambiente escolar	10	0	10	10	10
Capacitação dos funcionários	10	0	10	10	10
Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas	10	0	10	10	10
Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência	10	0	10	10	10
Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência	10	0	10	10	10
Adequação curricular	10	0	10	10	10
Adequação do número de alunos por sala de aula	8,5	0,75	8	8	10

Anexo 04. Resultado da Análise de Conteúdo das Entrevistas

Após a aplicação do questionário, foi feita a entrevista com alguns participantes que se colocaram à disposição para complementar as informações. Essas foram descritas abaixo, conforme os blocos do questionário.

Bloco III - Políticas Pública como meio de desenvolvimento da Educação

Em relação a compreensão acerca da inclusão, temos:

Tabela 14 a. Inclusão – Quadro síntese de conteúdos relevantes

	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Conceito universal	4	44%
Conceito restrito a PcD	2	22%
Apoio ao desenvolvimento na diversidade humana	1	11%
Meio de integração na sociedade.	1	11%
Processo complexo	1	11%

Total de unidades identificadas	9	100%
---------------------------------	---	------

Tabela 15 a. Preparo para a Inclusão – Quadro síntese de conteúdos relevantes

	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Adaptação da Infraestrutura da escola;	5	45%
Adaptação Instrumento Pedagógico;	4	36%
Formação continuada	2	19%
Total de unidades identificadas	11	100%

Tabela 16 a. Trabalho colaborativo entre escola e equipe multidisciplinar – Quadro síntese de conteúdos relevantes

	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Interação e colaboração	3	50%
Articular conhecimentos Técnicos	1	17%
Articulação e colaboração	2	33%
Interação e colaboração	3	50%
Total de unidades identificadas	6	100%

Tabela 17 a. Uma escola plural – Quadro síntese de conteúdos relevantes

	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Formação Continuada	4	34%
Adaptação da Infraestrutura da escola	3	25%
Adaptação Instrumento Pedagógico	2	17%
Planejamento pedagógico	1	8%

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Apoio pedagógico	1	8%
Políticas públicas	1	8%
Total de unidades identificadas	12	100%

Bloco IV - DESENVOLVIMENTO DA META 4 – UMA ESCOLA PLURAL

Tabela 18 a. Metas para inclusão – Quadro síntese de conteúdos relevantes

	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Formação continuada	5	30%
Infraestrutura	3	18%
Fim da segregação	3	18%
Material Pedagógico	2	12%
Recurso Tecnológico	2	12%
Melhorias de Leis	1	5%
Recursos financeiros	1	5%
Total de unidades identificadas	17	100%

Tabela 19 a. Formação Continuada – Quadro síntese de conteúdos relevantes

	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Formação Continuada	6	86%
Planeamento Pedagógico	1	14%
Total de unidades identificadas	7	100%

Bloco V - Desenvolvimento de uma Escola Inclusiva

Tabela 20 a. Práticas Pedagógicas – Quadro síntese de conteúdos relevantes

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Atividades adaptadas	5	50%
Formação continuada	2	20%
Atividade lúdica	1	10%
Educação humana	1	10%
Aprendizagem significativa	1	10%
Total de unidades identificadas	10	100%

Tabela 21 a. Construção da escola inclusiva – Quadro síntese de conteúdos relevantes

	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Formação Continuada	3	21%
Parceria escola, família e comunidade	2	14,4%
Material pedagógico adaptado	2	14,4%
Adaptação curricular	2	14,4%
Infraestrutura	2	14,4%
Rede de apoio	2	14,4%
Metodologia diversificada	1	7%
Total de unidades identificadas	14	100%

Tabela 22 a. Construção de valores e cidadania por meio da inclusão– Quadro síntese de conteúdos relevantes

	Frequência absoluta	Frequência Relativa
Respeito	6	27%
Empatia	5	23%
Cooperação	5	23%
Cidadania	5	23%

Aprendizagem Humana	1	4%
Total de unidades identificadas	22	100%

ESTUDO EXPLORATÓRIO E DESCRITIVO COM UMA ABORDAGEM QUALITATIVA

Tema do Estudo: *A Construção da escola inclusiva no município de Franca- SP e os desafios das metas em educação segundo o Plano Nacional de Educação.*

Técnica/método de recolha de dados: Entrevista presencial e semi-estruturada (contempla um guião com um conjunto de tópicos ou questões a abordar na entrevista) para alunos e professores para gestores seria via google docs.

Objetivos da entrevista: identificar e analisar por meio de evidencia científica as características de uma escola inclusiva, o quanto a formação do professor interfere na melhoria da inclusão e da aprendizagem e qual relação os resultados de sucesso nas avaliações externas tem com as práticas inclusivas efetuadas nas escolas. Em uma análise mais aprofundada no município de Franca SP, considerando aspectos sociais e qualidade do ensino oferecido a esses alunos. Compreendendo como ocorre o processo de inclusão e verificando seus desafios e perspectivas de desenvolvimento.

Contempla ambos os tipos de questões: abertas (o entrevistado tem a possibilidade de exprimir e justificar livremente a sua opinião. Por exemplo: «O que pensa de...? ou «Na sua opinião...»)

Participantes: professores dos anos iniciais do ensino fundamental I

Instrumento de recolha de dados: Guião de entrevista que será validado por peritos competentes antes da sua aplicação.

Categorias	Subcategorias	Objetivos	Tópicos / Questões
I - <u>Início da entrevista</u>	- Legitimação da entrevista (apresentação mútua). - Motivação do entrevistado.	- Legitimar a entrevista. - Motivar o entrevistado. - Dar a conhecer o tema do projeto de	- Apresentação do entrevistador e do entrevistado. - Tema do projeto de investigação/Estudo. - Objetivos da

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

		<p>investigação e os objetivos da entrevista.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorizar o contributo do entrevistado para o Estudo. - Garantir o carácter confidencial da identidade dos entrevistados e suas declarações. 	<p>entrevista.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorização do contributo dos participantes para o Estudo. - Confidencialidade de todas as declarações recolhidas e identificação dos entrevistados. - Divulgação dos resultados do Estudo. - Assinatura da “Declaração de Consentimento Informado”.
II - Perfil dos entrevistados	<ul style="list-style-type: none"> - Idade - Formação académica - Situação profissional - Tempo de serviço - Formação contínua - Formação no âmbito da Inclusão - Formação especializada - Experiência com Inclusão 	<ul style="list-style-type: none"> - Recolher dados pessoais e profissionais dos entrevistados que possam ser relevantes para aprofundar o tema do projeto de investigação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que idade tem? 2. Qual é sua formação académica? 3. Qual é a sua situação profissional? 4. Quanto tempo de serviço tem? 5. Costuma frequentar ações de formação contínua? 6. Tem formação especializada em Educação Especial?
BLOCO III =	- Conhecimento e	- Verificar se a Escola	1. O que entende por

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

<p><u>Políticas Públicas como meio de desenvolvimento da educação</u></p>	<p>definição do conceito inclusão.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resposta educativa por parte da Escola Regular/Pública aos alunos com deficiências. - Atitudes face à inclusão das crianças com necessidades especiais no Ensino Fundamental I. - “Malefícios” ou benefícios da inclusão para todos. - Trabalho colaborativo entre a equipa transdisciplinar. - Práticas inclusivas. 	<p>Regular favorece a inclusão das crianças com Necessidades Especiais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recolher informações sobre como são encaradas as crianças com alguma deficiência na sociedade atual. - Investigar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais acerca das metodologias propostas - Compreender como as políticas públicas interferem e/ou contribuem para melhoria da educação. - Investigar quais políticas públicas são realizadas nas escolas públicas. - Identificar se alguma Meta proposta no Plano Nacional de Educação está 	<p>inclusão?</p> <p>2. Acha que a Escola Regular está preparada para receber crianças com deficiência ?</p> <p>3. Considera importante que haja uma articulação e um trabalho colaborativo entre a escola, os docentes, os técnicos, os funcionários e a família em prol da inclusão e do desenvolvimento bio-psico-socio-motor das crianças autistas?</p>
---	---	--	--

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

		ignorada.	
IV- <u>Desenvolvimento da meta 4 – uma escola plural</u>	<p>- Conhecimento sobre a problemática em questão.</p> <p>- Conhecimento acerca da legislação em vigor que estabelece o regime jurídico da educação especial.</p> <p>- Prática pedagógica face de inclusão.</p> <p>- Relação entre a escola que atinge os índices estabelecidos pelos Metas do PNE, e se as mesmas são inclusivas.</p>	<p>- Compreender as Políticas Públicas para melhoria da educação.</p> <p>- Conhecer a legislação vigente.</p> <p>- Investigar sobre as práticas pedagógicas realizadas na escola e relacionar com o Plano Nacional e as Metas.</p> <p>- Comparar as escolas que atinge as metas propostadas com as práticas pedagógicas inclusivas.</p>	<p>1-Você acha que o governo e a prefeitura são compromissados em relação à inclusão nas escolas da rede municipal?</p> <p>2-Quais ações do governo você acredita que atende a Meta da inclusão?</p> <p>3-Você acredita que a prática da inclusão fomenta nas outras crianças sem NEE, atitudes e valores positivos face à diferença?</p>
V- <u>Desenvolvimento da escola inclusiva</u>	<p>- Conhecimento sobre a problemática em questão.</p> <p>- Malefícios” ou benefícios da inclusão para todos.</p> <p>- Trabalho colaborativo entre a equipa transdisciplinar.</p> <p>- Práticas inclusivas.</p>	<p>-Investigar sobre as práticas pedagógicas realizadas que contribuem para inclusão.</p> <p>- Compreender alguns aspectos referentes á inclusão pode interferem e/ou contribuem para melhoria da educação. no processo de</p>	<p>1- Você acredita que as práticas pedagógicas inclusivas sejam importantes apenas para os alunos dito normais ou também colabora com o aprendizado dos alunos com necessidades educativas especiais?</p> <p>2-Quais aspectos você considera mais</p>

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

		ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno	importante para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno? 3-Você acredita que a prática da inclusão fomenta nas outras crianças sem NEE, atitudes e valores positivos face à diferença?
V - Fim da entrevista	- Reflexão face à entrevista.	- Perguntar aos participantes se querem acrescentar mais alguma informação. - Agradecer a colaboração e disponibilidade dos entrevistados.	1. Deseja acrescentar mais alguma informação para enriquecer o Estudo em questão? - Muito obrigada pela sua colaboração e disponibilidade.

Jeniffer Vitorino da Silva

Anexo 05. Questionários



BLOCO III – POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

1. Enumere de 1 a 8, o que você considera serem barreiras mais importantes para implantação da inclusão escolar? (É possível selecionar mais de uma opção)

- barreiras arquitetônicas barreiras urbanísticas acessibilidade tecnológica
- formação do professor barreira informacionais
- equipe de apoio (fono, fisio ,psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social)
- barreiras atitudinais/ não estar aberto a realizar este tipo de trabalho
- Outra(s): _____

2. Numa escala de 0 a 10 qual a articulação entre os Planos nacional, Estadual e Municipal de Educação?

- 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

3. Para a construção do Plano Municipal de Educação quem foram os participantes?

- Prefeito Secretario da educação Supervisão escolar
- Professores
- Equipe de diretores escolares Equipe de pedagogos
- Comunidade
- Equipe de coordenadores pedagógicos
- Outros atores não destacados aqui : _____

4. Que tipo de formação continuada voltada para inclusão, já foi proferido aos profissionais escolares para que atendam de forma adequada os alunos com necessidades especiais? (É possível selecionar mais de uma opção)

- encontros para discussão por área Análise de Pesquisa científica
- oficinas / workshop
- análise e observação de plano de aula análise e observação de aula
- Palestras
- dinâmica colaborativa de troca de experiências congressos Seminários de pesquisa
- Observação da aula por parte do coordenador pedagógico Curso de especialização
- mestrado doutorado

5. De zero a dez, qual o seu nível de satisfação com as estratégias de inclusão que são realizadas nas escolas?

- 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

6. Tendo em vista que o município de Franca SP vem atingindo as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, assinale quais estratégias de ensino e aprendizagem você julga satisfatórias para os bons resultados?

- Formação de professor Diferentes metodologias Uso de matérias concretos
- Uso de jogos Material didático adequado Incentivo a leitura e escrita de bons textos
- Incentivo a leitura e escrita de bons textos Uso de tecnologias
- Visitas pedagógicas para observação e análise do que está sendo estudado em loco.

7. Na sua escola qual o número de alunos com necessidades especiais é atendido?

- De 1 a 5 alunos Entre 5 e 10 alunos Entre 10 e 15 alunos
- Entre 15 e 20 alunos
- Entre 20 e 30 alunos Mais de 30 alunos não se aplica.

8. Qual o desenvolvimento da escola nos resultados do IDEB?

- 1,0 a 1,5 2,0 a 2,5 3,0 a 3,5 4,0 a 4,5 5,0 a 5,5 6,0 a 6,5
- 7,0 a 7,5 8,0 a 8,5 9,0 a 9,5 10

BLOCO IV – DESENVOLVIMENTO DA META 4 – UMA ESCOLA PLURAL

AFIRMATIVAS Discordo totalmente Discordo parcialmente Indiferente Concordo parcialmente Concordo totalmente

	Discordo Totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1 - São contabilizados para fins de repasse do FUNDEB as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.					
2 - As crianças de 0 a 3 com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, são atendidas em escolas públicas.					
3 - Os alunos com necessidades educacionais especiais são beneficiados pela sala de recursos.					

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

4 - Existe fomento a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas					
5 - Para identificar necessidades educacionais especiais, superdotação e sua família são ouvidos e passam por avaliação.					
6 - foram criados juntamente ao trabalho da Secretaria Municipal de educação centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;					
7 - Os alunos com necessidade especiais fazem parte de programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir seu acesso e permanência realizando adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva.					
8 - É garantido a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.					
9 - É garantido a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.					
10 - Existe acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e					

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

proteção à infância, à adolescência e à juventude;					
11 - Existe fomento a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.					
12 - É promovido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência.					
13 - Ocorre a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.					
14 - Ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência.					
15 - Existe indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência.					
16 - É realizado a pesquisa, demografia e estatística competentes, para obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.					
17 - Os cursos de graduações existentes no município incentivam a formação desses profissionais observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;					
18 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com					

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência.					
19 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;					
20 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.					

BLOCO V – DESENVOLVIMENTO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

- 1. De zero a dez, quais aspectos você considera mais importante para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno?**

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aspectos importantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criatividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metodologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Flexibilidade/ aceitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação e Análise da aprendizagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comunicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pensamento crítico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalho em equipe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uso de tecnologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Formação de professor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação do ambiente escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacitação dos funcionários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação curricular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação do número de alunos por sala de aula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Deseja acrescentar mais alguma informação para enriquecer o estudo em questão?

Muito obrigado pela colaboração

12. Tem formação específica em educação especial?

Sim Não Se sim, qual?:

13. Já recebeu crianças com necessidades especiais durante o período letivo?

Sim Não Quais deficiências:

BLOCO II – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

NOME DA ESCOLA: _____

(SERÁ CARACTERIZADO COMO ESCOLA A, mantendo assim a confidencialidade da pesquisa)

Tipo de atendimento – Educação Infantil: 0 a 4 anos Ensino fundamental I
1º ao 5º ano

Quantidade de aluno matriculado _____

Atende aluno com necessidades educacionais especiais? Sim Não Se sim, quantos?
_____.

BLOCO III – POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

9. Enumere de 1 a 8, o que você considera serem barreiras mais importantes para implantação da inclusão escolar? (É possível selecionar mais de uma opção)

barreiras arquitetônicas barreiras urbanísticas
acessibilidade tecnológica

formação do professor barreira informacionais

equipe de apoio (fono, fisio ,psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social)

barreiras atitudinais/ não estar aberto a realizar este tipo de trabalho

Outra(s): _____

10. Quais dos itens citados a cima existe em sua escola?

Acessibilidade tecnológica Formação do professor

Flexibilização do currículo

Acessibilidade de informação (LIBRAS,BRAILE, EQUIPAMENTOS DE APOIO)

Equipe de apoio (fono, fisio ,psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social)

Avaliação diferenciada atendendo as necessidades do aluno

Outra(s): _____

11. Para a construção do Plano Municipal de Educação quem foram os participantes?

- Prefeito Secretário da educação Supervisão escolar
 Professores
 Equipe de diretores escolares Equipe de pedagogos
 Comunidade
 Equipe de coordenadores pedagógicos
 Outros atores não destacados aqui : _____

12. Que tipo de formação continuada voltada para inclusão, já foi proferido aos profissionais escolares para que atendam de forma adequada os alunos com necessidades especiais? (É possível selecionar mais de uma opção)

- encontros para discussão por área Análise de Pesquisa científica
 oficinas / workshop
 análise e observação de plano de aula análise e observação de aula
 Palestras
 dinâmica colaborativa de troca de experiências congressos Seminários de pesquisa
 Observação da aula por parte do coordenador pedagógico Curso de especialização
 mestrado doutorado

13. De zero a dez, qual o seu nível de satisfação com as estratégias de inclusão que são realizadas nas escolas?

- 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

14. Tendo em vista que o município de Franca SP vem atingindo as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, assinale quais estratégias de ensino e aprendizagem você julga satisfatórias para os bons resultados?

- Formação de professor Diferentes metodologias Uso de matérias concretos
 Uso de jogos Material didático adequado Incentivo a leitura e escrita de bons textos
 Incentivo a leitura e escrita de bons textos Uso de tecnologias
 Visitas pedagógicas para observação e análise do que está sendo estudado em loco.

15. Na sua escola qual o número de alunos com necessidades especiais é atendido?

- De 1 a 5 alunos Entre 5 e 10 alunos Entre 10 e 15 alunos
 Entre 15 e 20 alunos
 Entre 20 e 30 alunos Mais de 30 alunos não se aplica.

16. Qual o desenvolvimento da escola nos resultados do IDEB?

- 1,0 a 1,5 2,0 a 2,5 3,0 a 3,5 4,0 a 4,5 5,0 a 5,5
 6,0 a 6,5
 7,0 a 7,5 8,0 a 8,5 9,0 a 9,5 10

17. De zero a dez a escola regular está preparada para atender alunos com necessidades educacionais especiais? Por quê?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

18. De zero a dez, acha que crianças com necessidades educacionais especiais devem permanecer nas unidades de ensino especializado como APAE?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

19. Considera que a inclusão de crianças com necessidade educacional no ensino regular é um fator prejudicial as outras crianças sem necessidades educativas especiais?

Discordo totalmente Discordo parcialmente Indiferente
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

20. Considera as tecnologias de apoio importantes para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais?

Discordo totalmente Discordo parcialmente Indiferente
 Concordo parcialmente Concordo totalmente

Qual(is) tecnologias mais te ajuda?

BLOCO IV – DESENVOLVIMENTO DA META 4 – UMA ESCOLA PLURAL

Gentileza MARCAR a alternativa que mais contribui para a sua resposta:

AFIRMATIVAS: Discordo totalmente / Discordo parcialmente / Indiferente / Concordo parcialmente / Concordo totalmente

	Discordo Totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1 - São contabilizados para fins de repasse do FUNDEB as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica					

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

regular.					
2 - As crianças de 0 a 3 com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, são atendidas em escolas públicas.					
3 - Os alunos com necessidades educacionais especiais são beneficiados pela sala de recursos.					
4 - Existe fomento a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas					
5 - Para identificar necessidades educacionais especiais, superdotação e sua família são ouvidos e passam por avaliação.					
6 - Foram criados juntamente ao trabalho da Secretaria Municipal de educação centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;					
7 - Os alunos com necessidade especiais fazem parte de programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir seu acesso e permanência realizando adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva.					
8 - É garantido a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.					
9 - É garantido a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento					

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

educacional especializado.					
10 - Existe acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;					
11 - Existe fomento a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.					
12 - É promovido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência.					
13 - Ocorre a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.					
14 - Ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência.					
15 - Existe indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência.					
16 - É realizado a pesquisa, demografia e estatística competentes, para obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.					

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

17 - Os cursos de graduações existentes no município incentivam a formação desses profissionais observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;					
18 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência.					
19 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;					
20 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.					

BLOCO V – DESENVOLVIMENTO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

- 2. De zero a dez, quais aspectos você considera mais importante para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno?**

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aspectos importantes	[]	[]	[]	[]	[]	[]	[]	[]	[]	[]	[]

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Criatividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metodologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Flexibilidade/ aceitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação e Análise da aprendizagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comunicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pensamento crítico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalho em equipe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uso de tecnologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação de professor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação do ambiente escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacitação dos funcionários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação curricular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação do número de alunos por sala de aula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Deseja acrescentar mais alguma informação para enriquecer o estudo em questão?
Muito obrigado pela colaboração

Quantidade de aluno matriculado _____

Atende aluno com necessidades educacionais especiais? Sim [] Não [] Se sim, quantos?
_____.

BLOCO III – POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

21. Enumere de 1 a 8 o que você considera ser barreiras mais importantes para implantação da inclusão escolar? (É possível selecionar mais de uma opção)

- [] barreiras arquitetônicas [] barreiras urbanísticas []
acessibilidade tecnológica
[] formação do professor [] barreira informacionais
[] equipe de apoio (fono, fisio ,psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social)
[] barreiras atitudinais/ não estar aberto a realizar este tipo de trabalho
[] Outra(s): _____

22. Numa escala de 0 a 10 qual a existe articulação entre os Planos nacional, Estadual e Municipal de Educação?

- [] 0 [] 1 [] 2 [] 3 [] 4 [] 5 [] 6 [] 7 [] 8 [] 9 []
10

23. Para a construção do Plano Municipal de Educação quem foram os participantes?

- [] Prefeito [] Secretário da educação [] Supervisão escolar
[] Professores
[] Equipe de diretores escolares [] Equipe de pedagogos
[] Comunidade
[] Equipe de coordenadores pedagógicos
[] Outros atores não destacados aqui : _____

24. Que tipo de formação continuada voltada para inclusão, já foi proferido aos profissionais escolares para que atendam de forma adequada os alunos com necessidades especiais? (É possível selecionar mais de uma opção)

- [] encontros para discussão por área [] Análise de Pesquisa científica
[] oficinas / workshop
[] análise e observação de plano de aula [] análise e observação de aula
[] Palestras
[] dinâmica colaborativa de troca de experiências [] congressos []
Seminários de pesquisa
[] Observação da aula por parte do coordenador pedagógico [] Curso de
especialização
[] mestrado [] doutorado

25. De zero a dez, qual o seu nível de satisfação com as estratégias de inclusão que são realizadas nas escolas?

- [] 0 [] 1 [] 2 [] 3 [] 4 [] 5 [] 6 [] 7 [] 8 [] 9 []
10

26. Tendo em vista que o município de Franca SP vem atingindo as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, assinale quais estratégias de ensino e aprendizagem você julga satisfatórias para os bons resultados?

- Formação de professor Diferentes metodologias Uso de matérias concretos
- Uso de jogos Material didático adequado Incentivo a leitura e escrita de bons textos
- Incentivo a leitura e escrita de bons textos Uso de tecnologias
- Visitas pedagógicas para observação e análise do que está sendo estudado em loco.

27. Na sua escola qual o número de alunos com necessidades especiais é atendidos?

- De 1 a 5 alunos Entre 5 e 10 alunos Entre 10 e 15 alunos
- Entre 15 e 20 alunos
- Entre 20 e 30 alunos Mais de 30 alunos não se aplica.

28. Qual o desenvolvimento da escola nos resultados do IDEB?

- 1,0 a 1,5 2,0 a 2,5 3,0 a 3,5 4,0 a 4,5 5,0 a 5,5 6,0 a 6,5
- 7,0 a 7,5 8,0 a 8,5 9,0 a 9,5 10

BLOCO III – DESENVOLVIMENTO DA META 4 – UMA ESCOLA PLURAL

Gentileza MARCAR a alternativa que mais contribui para a sua resposta:

AFIRMATIVAS: Discordo totalmente / Discordo parcialmente / Indiferente / Concordo parcialmente / Concordo totalmente

	Discordo Totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1 - São contabilizados para fins de repasse do FUNDEB as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.					
2 - As crianças de 0 a 3 com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, são atendidas em escolas públicas.					
3 - Os alunos com necessidades educacionais especiais são beneficiados pela sala de recursos.					
4 - Existe fomento a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas					
5 - Para identificar necessidades educacionais					

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

especiais, superdotação e sua família são ouvidos e passam por avaliação.					
6 - Foram criados juntamente ao trabalho da Secretaria Municipal de educação centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;					
7 - Os alunos com necessidade especiais fazem parte de programas suplementares que promovem a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir seu acesso e permanência realizando adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático próprio e recursos de tecnologia assistiva.					
8 - É garantido a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.					
9 - É garantido a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.					
10 - Existe acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;					
11 - Existe fomento a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.					
12 - É promovido o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência.					
13 - Ocorre a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.					

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

14- Ocorre a ampliação da equipe educacional, por profissionais especializados em educação especial que atendam à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência.					
15 - Existe indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência.					
16 - É realizado a pesquisa, demografia e estatística competentes, para obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos.					
17 - Os cursos de graduações existentes no município incentivam a formação desses profissionais observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;					
18 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência.					
19 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;					
20 - A secretaria municipal de educação promove parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.					

BLOCO V – DESENVOLVIMENTO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

1. De zero a dez, quais aspectos você considera mais importante para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno?

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aspectos importantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criatividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metodologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Flexibilidade/ aceitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação e Análise da aprendizagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comunicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pensamento crítico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalho em equipe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uso de tecnologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação de professor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação do ambiente escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacitação dos funcionários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação da Escola a cada aluno, às suas necessidades pessoais e pedagógicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preparação da comunidade escolar para receber os alunos com deficiência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação da família no processo educativo do aluno com deficiência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação curricular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação do número de alunos por sala de aula	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Deseja acrescentar mais alguma informação para enriquecer o estudo em questão?

Muito obrigado pela colaboração

Anexo 06. Resultado do Questionário aberto

Tabela 23. Inclusão - Categorização

1. O que você entende por inclusão?		Conteúdo chave	Categorização
P1	É o meio pelo qual os indivíduos com deficiência podem ser inseridos e integrados em todos os setores da sociedade. No caso dos meus alunos, a inclusão começa a partir do momento que o aluno chega na sala. Pausa (...) esse processo, depende também da estrutura da escola, mas no geral, a inclusão começa pelo acolhimento.	Inclusão restringida a pessoas com deficiência. Meio de sua integração em toda a sociedade	Inclusão. Conceito restrito (a PcD)
P2	Pessoas com diversas deficiências e/Ou de etnias diferentes e/ou de raças diferentes convivendo e realizando atividades em um grupo de pessoas que são consideradas padrão, né! É assim que a gente vê a inclusão.	Inclusão de pessoas diferentes num grupo considerado padrão	Inclusão. Conceito universal
P3	Inclusão é estar junto e interagir, né! Não apenas ocupar o mesmo espaço. Na escola, a inclusão é a interação de todos os alunos e o comprometimento daqueles que são responsáveis pelo ensino. Acho que para incluir, todos precisam estar juntos nesta caminhada.	Todos juntos, ocupam e usam o mesmo espaço de forma igualitária	Inclusão. Conceito universal
P4	Incluir pessoas em grupos que antes não faziam parte, isso para mim é a inclusão de verdade!	Inclusão de pessoas diferentes num grupo considerado padrão	Inclusão. Conceito universal
P5	Bom (...), inclusão (pausa), vejo que é atender a todos em suas necessidades, ajudar a pessoa no que ela precisa e mostrar o caminho para o aprender. Sem essa ajuda, não vejo a existência da inclusão.	Todos têm o direito ser atendidos nas suas necessidades e orientados no aprender.	Inclusão. Conceito universal. Apoio ao desenvolvimento da diversidade humana.
P6	É o meio pelo qual os indivíduos com deficiência podem ser inseridos e integrados em todos os setores da sociedade. Essa é a minha definição! O processo de	Inclusão restringida a pessoas com deficiência Meio de sua	Inclusão. Conceito restrito (a PcD). Meio de integração na

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	inclusão é ainda mais complexo, envolve especialista, metodologias específicas e infraestrutura, assim que vejo a definição mais completa.	integração em toda a sociedade	sociedade. Processo complexo
--	--	--------------------------------	------------------------------

Tabela 24. Escola Regular e seu preparo para a inclusão

2. Acha que a Escola Regular está preparada para receber crianças com deficiência?		Conteúdo chave	Categorização
P1	Infelizmente não, (pausa) fico pensando que há sempre a necessidade de adaptação física e pedagógica. Na minha escola, por exemplo, é necessário reformas na infraestrutura para receber deficientes visuais. No caso das deficiências cognitivas, essas precisam muito de materiais pedagógicos inclusivos, mas isso não impede de ser feito todo um processo de inclusão, mesmo com a ausência desses elementos tão importantes.	Não há Infraestrutura física; Material Pedagógico	Adaptação da Infraestrutura da escola; Adaptação Instrumento Pedagógico;
P2	Acredito que existem muitas escolas preparadas, mas a minha não. Falta material pedagógico para todos os alunos, imagine aqueles que precisam de um planejamento mais específico e um material mais bem elaborado para atender a sua demanda. É muito triste! Penso que seria muito bom se todas as escolas, sem exceção, tivessem sua estrutura física e pedagógica inclusiva.	Material Pedagógico; Infraestrutura Física;	Adaptação da Infraestrutura da escola; Adaptação Instrumento Pedagógico;
P3	Não acredito. Infelizmente a infraestrutura ainda está longe de atender as demandas. No caso da minha escola, falta acessibilidade para os cadeirantes e faltam até material de papelaria, o que inviabiliza o nosso trabalho e a inclusão que nos propomos a fazer no planejamento anual.	Infraestrutura; Material Pedagógico; Planeamento Pedagógico;	Adaptação da Infraestrutura da escola; Adaptação Instrumento Pedagógico
P4	Acredito que não. É necessário primeiramente formar o professor para atender as diversas deficiências existentes, concorda? Então, a maior dificuldade que vejo, está em	Formação de Professores; Infraestrutura;	Formação Continuada; Adaptação da Infraestrutura da escola

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	oferecer um local que seja totalmente preparada para receber todo tipo de deficiência e transtorno. Isso seria maravilhoso! Pena que a realidade não condiz com o desejo.		
P5	Não. Falta material pedagógico especializado e formação do professor, além da infraestrutura que na maioria dos colégios públicos são precários. E minha realidade não é diferente da maioria. E isso é ruim!	Formação de Professores; Material Pedagógico	Formação Continuada; Adaptação Instrumento Pedagógico
P6	Não. É necessário primeiramente, buscar fazer todas as reformas necessárias e oferecer ao aluno deficiente, condições mínimas de acessibilidade, né! Vejo isso como prioridade (...) pausa, mas além disso, vejo também a necessidade de acolher e oferecer o melhor da educação para esses alunos que tem tanta dificuldade.	Infraestrutura	Adaptação da Infraestrutura da escola

Tabela 25. Trabalho colaborativo

	3. Considera importante que haja uma articulação e um trabalho colaborativo entre a escola, os docentes, os técnicos, os funcionários e a família em prol da inclusão e do desenvolvimento bio-psico-socio-motor das crianças com necessidades especiais?	Conteúdo chave	Categorização
P1	Sim, pois dessa forma, todos juntos podem ajudar as crianças a desenvolver suas habilidades de acordo com suas possibilidades. Já participei de tantos grupos de educadores que se ajudam, e a experiência que tive foi tão gratificante. Acho que em um processo de colaboração, todos saem ganhando. Percebemos durante o processo, o quanto somos capazes de aprender para ajudar o outro. Essa é a minha opinião!	Sim Parceria escola, docente e técnicos. Desenvolvimento da criança	Trabalho colaborativo
P2	Sim, este fator é essencial para que ocorra um bom desenvolvimento da criança. Às vezes penso o porquê da dificuldade em articular com o outro. Infelizmente, nem sempre	Sim Articular vários conhecimentos técnicos; Desenvolvimento	Articular conhecimentos Técnicos

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	encontramos pessoas dispostas a ajudar e a compartilhar aquilo que ela tem de melhor. Mas a vida é assim, né!!! Precisamos lidar com o outro que muitas vezes é mais complexo que a deficiência em si.	da criança	
P3	Certamente. Nenhum segmento, sozinho, consegue garantir a inclusão na escola. É um trabalho conjunto. Mas as vezes não conseguimos ter esse trabalho. Acho que a articulação depende muito do grupo de profissionais que atuam na escola que estamos. Mas sempre valorizei essa interação e colaboração e sempre busco fazer acontecer.	Garantia de inclusão. Interação e colaboração.	Interação e colaboração
P4	Com certeza para que a inclusão aconteça de verdade deve haver essa articulação com todos envolvidos. Não existe sucesso sem o outro. Vejo no meu grupo de professores, um engajamento muito verdadeiro. E no final, colhemos os frutos que é o sucesso do aluno. Esse não é o nosso objetivo maior??? Acho que sim.	Articulação e colaboração Sucesso na inclusão	Articulação e colaboração
P5	É importante, para que uma área auxilie a outra e o aluno seja atendido no que ele precisa. Sempre pensei desta forma. Mas a sua efetivação depende muito do espaço de trabalho que temos, da escola e inclusive, do governante que temos.	Interação e colaboração. Políticas Públicas	Interação e colaboração
P6	Lógico, seria muito importante essa articulação para corroborar com a formação do aluno. Sempre que possível, articulamos na minha escola um momento de troca de experiência e de formação para atendermos cada vez mais e melhor os nossos alunos com deficiência. Esse é o caminho! Pelo menos é o que eu acredito!	Articulação e colaboração Experiencia e formação continuada	Articulação e colaboração

Bloco IV- Desenvolvimento da Meta 4 - Uma Escola Plural

Tabela 26. Compromisso do Governo para a inclusão

1. Você acha que o governo e a prefeitura são comprometidos em relação à inclusão nas escolas da rede municipal?		Conteúdo chave	Categorização
P1	Não. Definitivamente não acho. Cada vez mais a educação não tem sido prioridade para os governantes. Faltam estrutura física e material pedagógico para atender a realidade de todos os alunos, sejam eles com deficiência ou não. Às vezes vejo a luta de muitos diretores para atender as demandas e prioridades que são impostas no dia a dia, com um recurso financeiro curto. É tão ruim isso. Temos que lutar por direitos que são garantidos pela constituição. Mas, enfim, essa é a realidade da educação pública no país.	Não Falta Infraestrutura; Material Pedagógico;	Adaptação da Infraestrutura da escola; Adaptação Instrumento Pedagógico
P2	Não. Já passei por tantos colégios nestes últimos 15 anos de profissão. A realidade da escola pública, em sua maioria, pelo menos nas que tive a experiência de lecionar, é de uma estrutura precária para atender a inclusão. Falta estrutura física, formação de professores, enfim, tudo o que seria necessário para oferecer aos alunos com NEE. Mas o que não falta é a força de vontade em ajudar dos professores. Me considero uma pessoa que persiste, dentro das dificuldades impostas.	Não Falta Infraestrutura Formação continuada	Adaptação da Infraestrutura da escola; Maior engajamento na formação continuada
P3	Acredito que estão caminhando. Já passei por diversas escolas municipais em que há um ótimo trabalho com alunos de inclusão. Em contrapartida, sabemos de vários casos em que a criança só pode contar com um cuidador após ação judicial. Acho que há ações em relação à inclusão, mas também há muito o que avançar.	Parcialmente Apoio pedagógico	Apoio pedagógico
P4	Eles até tem boas intenções, mas na prática isso muda totalmente.	Parcialmente Formação	Formação técnica;

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	Muitas vezes quem está no poder não tem formação técnica para avançar nos projetos e nas políticas públicas. Mas, dentre as limitações da gestão pública seja ela municipal, estadual ou federal, há sempre uma busca pela formalização de leis e decretos que garantam aos alunos a inclusão efetiva. E isso é um grande passo.	técnica; Políticas Públicas; Leis é um grande passo	Políticas Públicas
P5	Existem algumas políticas que ajudam no engajamento, mas nem sempre elas são efetivas, a inclusão ainda é um caminho que falta muito para ser feito, existem muitas lacunas que é preciso observar, a formação de quem atende deve ser melhorada dando melhores subsídios ao atendimento	Parcialmente Formação continuada	Formação continuada
P6	Sim, eles ajudam no processo de formação do professor. Mas em relação a manutenção das escolas e a adaptação dos materiais pedagógicos específicos para a inclusão é difícil. Infelizmente não há planejamento e recursos para atender a demanda de todas as escolas públicas que o município possui. Mas só de oferecer a formação, já ajuda para receber os alunos especial.	Sim Formação continuada; Infraestrutura; Material Pedagógico; Planeamento pedagógico	Formação continuada; Infraestrutura; Material Pedagógico; Planeamento pedagógico

Tabela 27. Metas da Inclusão

2. Quais ações do governo você acredita que atende a Meta da Inclusão?		Conteúdo chave	Categorização
P1	Na verdade, estamos vivenciando um governo que está fazendo o movimento contrário da inclusão. E com a nova lei que o governo votou, para oferecer escola especializada aos alunos com deficiência, mais segrega do que acolhe e isso me incomoda muito. Foram anos de luta para incluir, sem segregar e agora querem separar todos os alunos, isso é triste! Muito triste!	Não atende Volta de escolas especializadas Segregação	Volta de escolas especializadas Segregação
P2	A meu ver nenhuma, pois apesar de tentaram fazer a inclusão com o	Não atende Formação	Formação continuada

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	professor interlocutor dentro de sala de aula acompanhando o aluno, este profissional não é capacitado para atender tal função, esbarrando aí mais uma vez na barreira da formação do professor ou profissional que vai estar diretamente com esse aluno.	continuada	
P3	Quando o governo equipa a escola com materiais adequados, adequa o espaço físico, capacita seus profissionais, mas nem sempre vejo isso ocorrer, o que percebemos são formações sem muito aprofundamento e reflexão o que não muda a posição dos profissionais frente a inclusão e materiais pedagógicos nem sempre tão adequado que nos auxilie realmente com o aprendizado dos alunos.	Parcialmente Formação continuada; Infraestrutura; Material Pedagógico;	Formação continuada; Infraestrutura; Material Pedagógico;
P4	Capacitação dos profissionais e Recursos financeiros seriam elementos importantes para termos uma inclusão de fato (...) pausa, deveria existir regulamentação por parte das Gestores educacionais da Secretaria de Educação de Educação para capacitação dos professores para atendimento nas escolas regulares, e não abrir a brecha para a segregação, exclusão, preconceito e discriminação, como esse último decreto assinado agora em 2020. Se uma criança sem deficiência não convive com o diferente, dificilmente criará empatia e aprendizado de respeito ao convívio com pessoas com necessidades especiais.	Formação continuada; Recursos financeiros; Leis que fundamentem a inclusão; Volta de escolas especializadas Segregação	Formação continuada; Recursos financeiros; melhoria das leis; Fim da Segregação
P5	Salas de recurso, formação continuada, entretanto deve ser intensificada, materiais didáticos e recursos tecnológicos (...) pausa, já caminhamos bastante em relação a implementação da inclusão se pensarmos na época em que esses alunos nem podiam ir a escola, mas o trabalho com a inclusão deve ser	Formação continuada; Infraestrutura; Material Pedagógico; Recursos tecnológicos; Fim da segregação	Formação continuada; Infraestrutura; Material Pedagógico; Recursos tecnológicos; Fim da segregação

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	intensificado falta muitos aspectos ainda para a inclusão ser realidade realmente.		
P6	Adaptação da escola, formação do professor, e recursos tecnológicos são pontos fundamentais, o caminho é árduo precisamos investir mais nesses pontos para continuar caminhando e melhorando o espaço educacional e o momento de aprendizagem sem isso deixaremos muitos a margem do conhecimento, infelizmente né! ainda passamos por isso	Formação continuada; Infraestrutura; Recursos tecnológicos;	Formação continuada; Infraestrutura; Recursos tecnológicos;

Tabela 28. Fomento para a formação continuada

	3. Existe fomento a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas? Quais?	Conteúdo chave	Categorização
P1	Não, infelizmente não há nenhuma iniciativa para isso. Eu bem que gostaria de participar de formações voltadas para os atendimentos específicos dos alunos com deficiências mais raras. Mas o que temos, de vez em quando são palestras temáticas, sem aprofundar muito nos transtornos e deficiências.	Não Formação continuadas mais profunda	Formação continuadas mais profunda
P2	Infelizmente não. Bem que gostaríamos de ter formações que atendam a nossa realidade e demanda. Uma vez tive um aluno com esclerose múltipla e foi difícil compreender como seria o processo de adaptação dos instrumentos para que ele pudesse ter atividades que o atendam. Mas ainda temos expectativas para isso mudar!!!	Não Formação continuadas mais específicas	Formação continuadas mais específicas
P3	Sim, a escola proporciona palestras sobre os tipos de deficiências e como trabalhar com ela, também já realizamos oficinas, cursos e minicursos sobre o assunto, mas sinto que para implementar um bom trabalho ainda seja necessário discussões e aprofundamentos sobre	Sim Formação continuadas mais profundas	Formação continuadas mais profundas

	o assunto.		
P4	Infelizmente não. Mas a formação seria muito importante para nós. Vejo muitos colegas sem ação e planejamento para a inclusão. Muitas vezes até tem boa vontade, mas só de boa vontade não se inclui um aluno especial. Nesse quesito, falta avançar.	Não Formação continuadas mais profundas; Planeamento pedagógico;	Formação continuadas mais profundas; Planeamento pedagógico
P5	Sim, temos formação específica sobre as diversas deficiências existentes. Na escola que trabalho, sempre proporcionam roda de conversa e a formação de 3 em 3 meses. E o que mais é importante relatar, que a demanda das palestras ou formações, atendem como tema, a sugestão da maioria dos profissionais da escola.	Sim Formação específica	Formação específica
P6	Sim, a secretaria está constantemente proporcionando cursos de formação sobre libras e braile, e eles nos ajudam muito no dia a dia. Quanto a esse assunto, não tenho o que reclamar.	Sim Formação continuada Específica	Formação continuada Específica

Bloco V - Desenvolvimento de uma Escola Inclusiva

Tabela 29. Práticas pedagógicas inclusivas

	1. Você acredita que as práticas pedagógicas inclusivas sejam importantes apenas para os alunos dito normais ou também colabora com o aprendizado dos alunos com necessidades educativas especiais?	Conteúdo chave	Categorização
P1	Acredito que os alunos vão aprender de maneira diferente, aprendendo um com os outros e não só os conteúdos escolares, se faz muito importante a aprendizagem de valores. Quando busco adaptar as atividades, essas são dadas para todos os alunos, assim ofereço novas perspectivas acerca de um conteúdo e os alunos veem como pode ser oferecido aos alunos com deficiência cognitiva.	Adaptação das atividades	Adaptação das atividades
P2	Elas colaboram, mas poderiam ser	Formação técnica	Formação

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	um pouco mais bem elaboradas para que o aproveitamento fosse realmente válido, mas isso depende muito do conhecimento, competências e habilidades que os docentes tem para fazer diferente né! Ter muita criatividade pra criar contextos para um processo de ensino que satisfaça as necessidades e potenciais dos alunos com necessidades educacionais especiais.	Adaptação das atividades Planeamento Pedagógico	técnica
P3	São importantes para todos os alunos, e também para nós, professores. Aprendemos juntos. O que acredito é que todos tem suas limitações uns indivíduos em complexidade maior e outros menos mas todos nós temos limitações e isso deve ser respeitado, e nesse caso o professor como profissional deve ter o olhar para essas dificuldades não para apontar o que há de errado mas buscando quais ações pode ser aplicada para poder ajudar.	Conhecimento técnico; Atividades adaptadas	Formação técnica Atividades adaptadas
P4	As práticas pedagógicas inclusivas atendem todos nas suas limitações. Enquanto profissional da educação acredito que temos que romper com ideias antigas sobre a inclusão e começar a pensar a partir do princípio de que todas as crianças podem e devem aprender que se respeite todas as diferenças existentes entre os alunos e que a metodologia pedagógica deve atender às necessidades de todos os alunos. É necessário ter uma visão holística da situação, ter atitudes mais dinâmicas, flexíveis, lúdicas, abrangentes, atitudes voltadas para uma escola cidadã, a diferença deve ser valorizada e não vista como algo ruim.	Adaptação curricular e metodológica Atividades lúdicas	Atividades adaptadas Atividades lúdicas
P5	As práticas inclusivas auxiliam a todos tendo em vista que todos tem limitações, quando o fazer	Educação humana; Metodologias inclusivas;	Atividades adaptadas Educação

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	pedagógico está alinhado com a proposta de inclusão a educação de maneira geral vai ao encontro à condição humana, a condição de respeito, promove mais igualdade, acredito que todos são beneficiados, todos aprendem muito mais, aprendendo a partir de sua singularidade.		humana;
P6	Sim, as práticas adaptadas podem contribuir com a aprendizagem de um outro ponto de vista. Aprender deve ser prazeroso e significativo, tem mesmo é que pensar em aulas desafiadoras para todos, diversificar as formas de apresentar e explorar os conteúdos curriculares, porque temos que pensar que todos podem aprender.	Adaptação curricular; Aprendizagem significativa	Atividades adaptadas Aprendizagem significativa

Tabela 30. Escola inclusiva no desenvolvimento integral do aluno

	2. Quais aspectos você considera mais importante para que a escola seja inclusiva no processo de ensino-aprendizagem, e desenvolvimento integral do aluno?	Conteúdo chave	Categorização
P1	Acredito que em primeiro lugar os professores devem estar abertos para mudanças, penso que também se faz importante a capacitação, tanto dos educadores quanto aos demais funcionários formando uma rede de apoio.	Flexibilidade dos professores; Formação continuada; Rede de apoio	Formação continuada; Rede de apoio
P2	Além da parte da infraestrutura local adequada para receber estes alunos uma equipe qualificada, especializada e se possível multidisciplinar para que desenvolvimento seja completo. Fora a questão da parceria entre a escola e a família que é muito importante né!	Infraestrutura; Formação continuada; Colaboração escola e família	Infraestrutura; Formação continuada; Colaboração escola e família
P3	Primeiramente garantir o acesso, propiciar os materiais necessários, capacitação e equipe de apoio, a parceria com as equipes de	Materiais pedagógicos; Rede de apoio; Adaptação	Materiais pedagógicos; Rede de apoio;

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	profissionais que atendem os alunos PNEEs, é muito importante por causa das trocas de informações, e adequação curricular, olhando para as habilidades que devem ser desenvolvidas.	curricular	Adaptação curricular
P4	Mudança no currículo, dando atenção especial às necessidades básicas de aprendizagem, tem que dar oportunidade para todos aprender e ser atendido dentro de suas necessidades educacionais observando sempre as competências, capacidades e potencialidades de cada aluno, porque quando se é aprendiz devemos pensar que todos em algum momento de sua trajetória escolar pode passar por dificuldades de aprender em algum momento, então sabe como é né temos que pensar numa escola onde todos faça parte.	Adaptação curricular; Acolher todos em suas necessidades	Adaptação curricular;
P5	Sala de recursos, profissionais preparados, orientação a comunidade escolar e a família são elementos importantes na construção da escola inclusiva que deveria ser o que na verdade a educação precisa ser para todos. Ela tem que criar sentidos, oportunidade, deixar com que todos a participe e estar conectada com a realidade que vivemos.	Infraestrutura; Formação continuada; Parceria escola, família e comunidade	Infraestrutura; Formação continuada; Parceria escola, família e comunidade
P6	Que a escola possa ter instrumentos pedagógicos adaptados para todas as diferenças, por exemplo quando criamos um material para que uma aluno cego consiga compreender o que está sendo estudado, de primeiro momento não pensamos que o aluno que não é cego também precisa de informações sensoriais para compreender algumas coisas. Quando oferecemos isso, despertamos nas crianças várias percepções. O grupo inteiro vai	Materiais pedagógicos adaptadas; Diversificar a metodologia	Materiais pedagógicos adaptadas; Diversificar a metodologia

	aprender muito mais junto.		
--	----------------------------	--	--

Tabela 31. Prática da inclusão e valores positivos

3. Você acredita que a prática da inclusão fomenta nas outras crianças sem NEE, atitudes e valores positivos face à diferença?		Conteúdo chave	Categorização
P1	Sim, a convivência pode fazer com que as crianças compreendam as diferenças e que possa respeitá-la. Às vezes o maior desafio é fazer os pais e os outros professores da sala regular compreenderem a importância da inclusão e da sala de recursos. Quando me refiro aos pais, não quero dizer somente os pais dos alunos que necessitam da sala de recursos, mas os pais de todos os alunos. O desenvolvimento da empatia é fundamental para que a inclusão de certo acreditar que todos tem direito de aprender e que todos devem estar na escola já é um trabalho difícil de se fazer, não acha?	Sim Convivência e respeito; Empatia; Colaboração entre escola e família	Respeito, empatia, cooperação e cidadania
P2	Lógico, com essa convivência podemos trabalhar a alteridade e o respeito. Às vezes é necessário desenvolver a sociabilidade dos alunos e promover a inclusão, aí realizo atividades para sensibilizar os alunos para a importância da inclusão, mas isso raramente acontece, por que os alunos de modo geral são muito receptivos.	Sim Convivência e respeito;	Respeito, empatia, cooperação
P3	Sim. Ajudaria a trabalhar as limitações e o sentimento de equipe. Muitas vezes percebemos uma diferenciação entre o trabalho da professora das salas regulares e o das professoras das salas de recurso, para muitos, só por que na sala de recurso utilizo	Sim Equipe e colaboração; Aprendizagem lúdica	Respeito, empatia, cooperação e cidadania

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	muitos jogos e materiais alternativos, não realizo um trabalho pedagógico que vise o desenvolvimento dos alunos para que ele consiga aprender		
P4	Sim, poderá despertar valores que muitas vezes não são ensinadas em casa. Quando tenho a oportunidade de trabalhar a alteridade, proporciono aos meus alunos um momento de troca, partilha e emoções. Estar no lugar do outro é muito significativo, vejo que a partir desse exercício, os alunos que porventura tenha algum preconceito, se tornam mais humanos. É muito bom essa troca!!! Acredito muito nos valores que possam estar no interior das pessoas.	Sim Partilha, respeito e empatia	Respeito, empatia, cooperação e cidadania
P5	Sim, é possível fazer com que os colegas aprendam mais sobre as diferenças, porque se a gente pensar pra que serve a educação, é muito mais do que ensinar e aprender a fazer conta, ler e escrever, não é? Considero que é também formar para a vida, para sociedade. Ai eu penso, que tipo de cidadania se está ensinando para as pessoas quando elas estão em um espaço à parte? Que há uma cidadania para aqueles que são “normais” e outra para aqueles que são “diferentes”, isso não constrói a cidadania que a sociedade precisa.	Sim Aprendizagem humana, respeito, cidadania	Aprendizagem humana, respeito, cidadania
P6	Sim, poderá ajudar no processo de aprendizagem do aluno com NEE, porque quando todos entendem que cada aluno tem seu próprio ritmo de aprendizagem e respeita os avanços e/ou retrocessos um do outro podemos então trabalhar a empatia, cooperação, ajuda mutua, educando pra vida e não só ensinando conteúdos, a inclusão	Sim Respeito, empatia, cooperação e cidadania	Respeito, empatia, cooperação e cidadania

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE FRANCA (SÃO PAULO) E OS DESAFIOS DAS METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

	cumprir com o papel da escola vai além, vai pra sociedade mais humana e justa.		
--	--	--	--